

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 533 | Ano XIX | 1/4/2019

 **FAPERGS**



Direito à moradia, direito à cidade

**Ricardo Machado
Ermínia Maricato
Bárbara Szaniecki**

**Cristiano Schumacher
Cristiano Müller
Orlando Alves Santos Jr**

Leia também

- **Guilherme Delgado**
- **Angela Ganem**
- **João Ladeira**

Direito à moradia, direito à cidade

2

A história da urbanização no Brasil é marcada por sistemáticos processos patrimonialistas de divisão do espaço urbano, que se conectam aos dispositivos de permanência da desigualdade social. A Constituição Brasileira, de 1988, consagrou o Direito à moradia como um Direito fundamental da pessoa humana. O desafio da contemporaneidade brasileira tem sido o de fazer valer o Direito Constitucional à moradia e à fiscalização do uso social da propriedade privada.

Assim, o Direito à moradia, o Direito à cidade é o tema de capa da presente edição da revista **IHU On-Line**.

O artigo *O Abismo da Moradia*, de **Ricardo Machado**, revela a angústia e a insegurança de quem vive em espaços de ocupação, na cidade de São Leopoldo, RS.

Ermínia Maricato, urbanista e ex-secretária executiva do Ministério das Cidades, critica as políticas de habitação e aponta que o *boom* imobiliário expulsa os pobres para as periferias, onde o Estado está ausente.

Barbara Szaniecki, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, aponta que o design pode ser político e criar políticas tanto de segregação como de inclusão nas cidades modernas.

Cristiano Schumacher, da direção gaúcha do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, aborda a questão das ocupações por moradia digna e relata experiências, acertos e erros da luta.

Cristiano Müller, advogado que representa movimentos pela moradia, aponta problemas na aplicação da lei, pois, quando há embate entre quem ocupa uma área em busca do direito à moradia e o proprietário do terreno, o segundo sai vitorioso.

Para **Orlando Alves dos Santos Junior**, sociólogo e doutor em Planejamento Urbano, o problema do déficit de moradia no país é com-

plexo e requer mudanças de concepções que assegurem não só teto, mas modos de vida dignos nas cidades.

A edição 533 da **IHU On-Line** ainda aborda o tema da Reforma da Previdência proposta pelo governo de Jair Bolsonaro, numa entrevista com o doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, **Guilherme Delgado**. Ainda sobre economia, o número traz uma entrevista com **Angela Ganem**, mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e doutora em Economia pela Universidade de Paris X, em que revisita a obra de *Adam Smith*, *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017).

Por fim, **João Ladeira**, doutor em Sociologia e mestre em Comunicação, professor do programa de pós-graduação em Comunicação Social da Unisinos, apresenta uma crítica do filme *Green Book: o Guia*, eleito pela Academia do Oscar como o Melhor Filme de 2019.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana.



Ocupação Vitória, em São Leopoldo | Foto: Gabriel Ost/AgexCom

Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 9 ■ **João Vitor Santos** | Realidade da Região Metropolitana é tema de mostra que discute políticas públicas
- 11 ■ **Cinema | João Martins Ladeira:** Guia para um território esquecido
- 14 ■ **Tema de capa | Ricardo Machado:** O abismo da moradia
- 17 ■ **Tema de capa | Ermínia Maricato:** Moradia urbana tem que levar em consideração a política urbana, principalmente de terra urbana
- 24 ■ **Tema de capa | Barbara Szaniecki:** As cidades que excluem, mas que também podem incluir
- 30 ■ **Tema de capa | Cristiano Schumacher:** Por uma cidade de todos, para além do patrimonialismo
- 36 ■ **Tema de capa | Cristiano Müller:** Apesar dos avanços da legislação, direito de propriedade ainda prevalece sobre o direito à moradia
- 40 ■ **Tema de capa | Orlando Alves dos Santos Junior:** Mais do que construir casas, Brasil precisa democratizar acesso à terra urbanizada
- 46 ■ **Tema de capa | Marilene Maia, João Conceição e Guilherme Tenher:** Análise de dados
- 48 ■ **Guilherme Delgado** | Reforma da Previdência. Projeto conspira simultaneamente contra a justiça social e o equilíbrio das finanças públicas
- 54 ■ **Angela Ganem** | O autointeresse não é incompatível com o bem-estar social. Leituras sobre a obra de Adam Smith
- 58 ■ **Publicações | Angela Ganem:** A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra
- 59 ■ **Outras edições**



ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling
(inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS
(ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos – MTB 13.051/RS
(joaovs@unisinos.br)

Patricia Fachin – MTB 13.062/RS
(prfachin@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Gustavo Guedes Weber

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson,
Patricia Fachin, Cristina Guerini,
Evlyn Zilch, Stefany de Jesus Rocha,
Wagner Fernandes de Azevedo,

Juliana Borgmann, Amanda Bier e
Liege Barcelos.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Nestor Pilz
(nestor@unisinos.br)

Entrevistas completas em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

Refundar o PT para solucionar os problemas da esquerda é uma ilusão



“Há várias maneiras de entender o termo ‘refundação’. Mas o termo dá margem a interpretações equivocadas. A principal delas é a ilusão de que haverá uma solução mágica para os problemas do PT e da esquerda brasileira”.

Valter Pomar, historiador, dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores - PT

O mundo vive uma insurgência da sociedade civil contra as elites



“O que existe é uma insurgência da sociedade civil, em seus respectivos países, contra uma elite que se isolou do povo e que não coloca mais o skin in the game [o seu na reta]”.

Martim Vasques da Cunha, doutor em Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo e mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

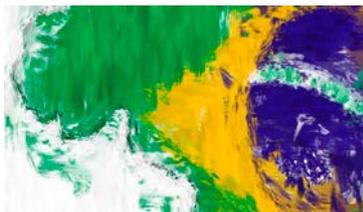
O ambiente virtual exclui a frustração. A desconexão é algo essencial



“Propiciar mais experiências no mundo real seria fundamental para trabalhar a frustração, a empatia e o diálogo, mas não o diálogo de uma perspectiva de uma ‘varinha mágica’, porque o diálogo é uma coisa difícil: dialogar é se colocar na frente de algo diferente”.

Rodrigo Ratier, doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - FE-USP, pesquisador do Grupo de Pesquisa Práticas de Socialização Contemporâneas - GPS-FEUSP.

A eleição de Bolsonaro encerrou um ciclo de 30 anos



“Temos um desafio: se quisermos manter os avanços conquistados ao longo dos anos, em termos de direitos e acessos a bens públicos financiados pelo Estado, teremos que mexer na distribuição desses benefícios”.

Sérgio Fausto, cientista político e superintendente da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Thomaz Lisboa: um exemplo da radicalização da missão da Igreja junto aos povos indígenas



“No Mato Grosso, o grupo de jesuítas foi profético na denúncia destes massacres e assim se articulava para que as propostas de desenvolvimento do país às custas da morte dos indígenas não fossem tão perversas”.

Aloir Pacini, padre jesuíta, mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e doutor na mesma área pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

**Textos na íntegra em www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias**

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Para uma transição ecológica... e feminista

“A relação entre o combate ecológico e a questão do feminismo parece-me ainda mais óbvia, uma vez que o machismo e o patriarcado, em vigor nos últimos 5000 anos, levaram à destruição da Terra”. A reflexão é de Gaël Giraud, economista e jesuíta francês, em artigo publicado por La Vie, 20-03-2019.

Disponível em <http://bit.ly/2V1NRfl>

“O problema da esquerda não é a pauta dita identitária, mas sim a lacração”

No ano passado, a filósofa e matemática Tatiana Roque, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, decidiu se filiar ao Partido Socialismo Liberdade - PSOL e se candidatar a deputada federal pelo Rio, conseguindo 15.789 votos. Não foi o suficiente para entrar na Câmara dos Deputados. De volta à vida acadêmica, Roque agora ajuda a articular um movimento transversal de pessoas independentes que não se enquadram ou não se identificam com as correntes de partidárias.

Disponível em <http://bit.ly/2HXGiCL>

Projeto: Análise de políticas de saúde no Brasil

Doutora em Ciência Política, militante e teórica com papel fundamental na construção da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS), Sônia Fleury é a entrevistada do mês de junho do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS). A entrevista foi publicada por Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS) e reproduzida nas Notícias do Dia de 29-07-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Disponível em <http://bit.ly/2uCDLpF>.

5

Câmara envia recado indigesto a Bolsonaro antes de analisar Previdência

A terça-feira deveria ter sido o marco dos primeiros passos da Reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A abertura com chave de ouro para o Governo seria o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicando aos parlamentares os detalhes da proposta de emenda constitucional enviada pela gestão Jair Bolsonaro (PSL). Uma demonstração de respeito ao Parlamento.

Disponível em <http://bit.ly/2OwG5Yz>

“Querem que os refugiados morram afogados”

Francisco, ao responder ao jornalista espanhol do canal espanhol LaSexta, afirmou: “Manter o navio parado é uma injustiça. Para que se faz isso? Para que se afoguem.” Foi assim que o Papa Francisco respondeu ao jornalista espanhol Jordi Évole quando perguntado se sabia que, “no porto de Barcelona, o navio da Open Arms estava parado”. Reportagem de Nello Scavo, publicada em Avvenire, 27-03-2019.

Disponível em <http://bit.ly/2Oyoklm>

Reforma da Previdência de Bolsonaro sacrifica os mais pobres, afirma CNBB

Reunidos entre os dias 26 e 28 de março na sede provisória da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília (DF), os bispos que integram o Conselho Permanente da entidade emitiram uma mensagem na qual demonstram preocupação com a Reforma da Previdência - PEC 06/2019. Reportagem do Conselho Nacional dos Bispos Brasileiros - CNBB, 28-03-2019.

Disponível em <http://bit.ly/2CLOVgm>

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

Políticas Públicas e transição demográfica: cenários e perspectivas (inter) nacionais e locais

02/Abr

Horário
14h

Conferencista

Dr. Pedro Tonon Zuana-
zzi – Secretaria de Plane-
jamento, Governança e
Gestão/RS

Local

Salas TEDU 807, 808, 809
e 810 | Campus Unisinos
Porto Alegre

Ecofeira Unisinos

03/Abr

Horário
das 9h às 17h

Venda e comercialização
de produtos

Local

Corredor Central da
Unisinos – Campus São
Leopoldo (em frente
ao IHU)

As falas populares numa nova história da literatura brasileira

03/Abr

Horário
19h30min

Conferencista

Prof. Dr. Luís Augusto
Fischer – UFRGS

Local

Salas TEDU 803 e 804 |
Campus Unisinos
Porto Alegre

6

A saúde de adolescentes no RS e a violação de direitos: indicadores e estratégias de proteção

04/Abr

Horário
17h30min

Conferencista

Profa. Dra. Rosangela Bar-
biani, MS Taiana Miguel
Beltrame, Profa. Tisiâne
Molder, Betina Berlitz e
Mariane Oliveira – PPG em
Enfermagem – Unisinos

Local

Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU

Tecnologias e geração empreendedora? Jovens autônomos e menos independentes

04/Abr

Horário
19h30min

Conferencista

Profa. Dra. Maria Isabel Men-
des de Almeida – PUC-Rio

Local

Sala Ignacio Ellacuría e
Companheiros – IHU

Uma introdução ao filme *O evangelho segundo São Mateus*, de Pier Pasolini

06/Abr

Horário
9h

Conferencista

Prof. Dr. Inácio Neutzling –
Unisinos

9h20min - Apresentação e
debate do filme

Local

Sala TEDU 807 e 808 |
Campus Unisinos
Porto Alegre



ONTOLOGIAS ANARQUISTAS

**03 de abril a
30 de maio de 2019**

ihu.unisinos.br/eventos



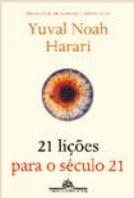
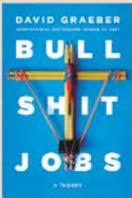
<p>Cristo Vive. Apresentação e debate do documento sinodal do Papa Francisco sobre os jovens</p> <p>08/Abr</p> <p>Horário 19h30min</p> <p>Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU</p>	<p>Oficina Observasinos – SPSS – Statistical Package for the Social Sciences</p> <p>09/Abr</p> <p>Horário 14h30min</p> <p>Palestrante Profa. Dra. Patricia Sorgato Kuyven – Unisinos</p> <p>Local Laboratório B09 009 Campus Unisinos São Leopoldo</p>	<p>Revolução 4.0 e (des) igualdade no Brasil e na América Latina</p> <p>09/Abr</p> <p>Horário 19h30min</p> <p>Palestrante MS João Roncati – Peo- ple+Strategy Consultoria Empresarial – SP</p> <p>Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU</p>
<p>Ecofeira Unisinos</p> <p>10/Abr</p> <p>Horário das 9h às 17h</p> <p>Venda e comercialização de produtos</p> <p>Local Corredor Central da Unisi- nos – Campus São Leopol- do (em frente ao IHU)</p>	<p>Atividades Culturais Ecofeira Unisinos - Oficina de Plantas Medicinais</p> <p>10/Abr</p> <p>Horário 12h30min</p> <p>Conferencista: Profa. MS Denise Schnorr – Unisinos</p> <p>Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU</p>	<p>Da profanação à desidolatrização. Agamben, Flusser, Didi- Huberman e o Brasil de hoje</p> <p>11/Abr</p> <p>Horário 17h30min</p> <p>Conferencista: Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza – PUCRS</p> <p>Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU</p>



A CONTEMPORANEIDADE EM DEBATE
INTÉRPRETES E OBRAS

4ª EDIÇÃO

09 DE MAIO E
06 DE JUNHO DE 2019

Programação completa em ihu.unisinos.br/eventos

<p>Uma introdução ao filme <i>A paixão de Cristo</i>, de Mel Gibson</p> <p>13/Abr</p> <p>Horário 9h</p> <p>Conferencista Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos</p> <p>9h20min - Apresentação e debate do filme</p> <p>Local Sala TEDU 807 e 808 Campus Unisinos Porto Alegre</p>	<p>As proposições de política econômica de Keynes e alternativas para a atual situação econômica</p> <p>15/Abr</p> <p>Horário 19h30min</p> <p>Conferencista Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo – Unicamp e Facamp</p> <p>Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU</p>	<p>Bullshit Jobs – A Theory. Obra de David Graeber, 2018</p> <p>9/Mai</p> <p>Horário 19h30min</p> <p>Conferencista Profa. MS Isamara Della Favera Allegretti – Unisinos</p> <p>Local Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU</p>
---	--	---

8

IHU IDEIAS

Quintas-feiras
17h30min às 19h
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br/evento/ihu-ideias-2019

Frota de veículos



Fonte: Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN

Dados como a frota de veículos são importantes para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana

Realidade da Região Metropolitana é tema de mostra que discute políticas públicas

9

Exposição, organizada pelo ObservaSinos, programa do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, se inicia no dia 2 de abril na Unisinos Porto Alegre

João Vitor Santos

Conhecer a realidade local para, a partir desses dados, debater políticas públicas que possam melhor atender as populações. Isso é o que inspira a mostra *Políticas públicas na Região Metropolitana de Porto Alegre*, organizada pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, através de seu programa Observatório das Realidades e das Políticas Públicas do Vale do Sinos - ObservaSinos. São dez banners que fazem um diagnóstico de áreas como educação, saúde, trabalho, moradia, mobilidade, proteção social, violência, assim como perfil do eleitorado. O material fica exposto no Espaço Luis Fernando Verissimo, no campus Porto Alegre da Unisinos, de 2 até 17 de abril. Depois, segue para exposição no Campus São Leopoldo da Unisinos até o dia 25 de abril.

O Observa, como é conhecido o programa, nasce com o objetivo de aprofundar os co-

nhecimentos sobre a região em que a Unisinos está inserida e, com a ampliação da atuação da Universidade em Porto Alegre, o foco se estende da região do Vale do Sinos para toda Região Metropolitana da capital. “Realidades que necessitam ser amplamente analisadas, debatidas e confrontadas com as políticas públicas implementadas em cada um dos 34 municípios da região”, aponta a professora Marilene Maia, que coordena as atividades do Observa.

Marilene ainda afirma que o debate sobre essas realidades “é constitutivo de um Estado e de uma sociedade democráticos, que estão garantidos pela Constituição Federal de 1988 e que está gravemente ameaçada”. Por isso, segundo ela, é fundamental que a partir desses dados se possam pensar em políticas públicas que deem conta das necessidades dessas realidades.

E isso, como frisa a professora, é um processo de construção que não se limita apenas a uma atribuição do poder público. “As políticas públicas e, em especial, as políticas sociais são mediações estratégicas para o desenvolvimento civilizatório que tem na centralidade a cidadania. Pretende-se que as políticas públicas sejam respostas às necessidades e, ao mesmo tempo, potencializadoras das capacidades humanas”, define. E reitera: “a participação dos/as cidadãos/ãs é fundamental para o planejamento, monitoramento, avaliação e controle social. E isso só irá acontecer se toda a população analisar ampla e profundamente as realidades”.

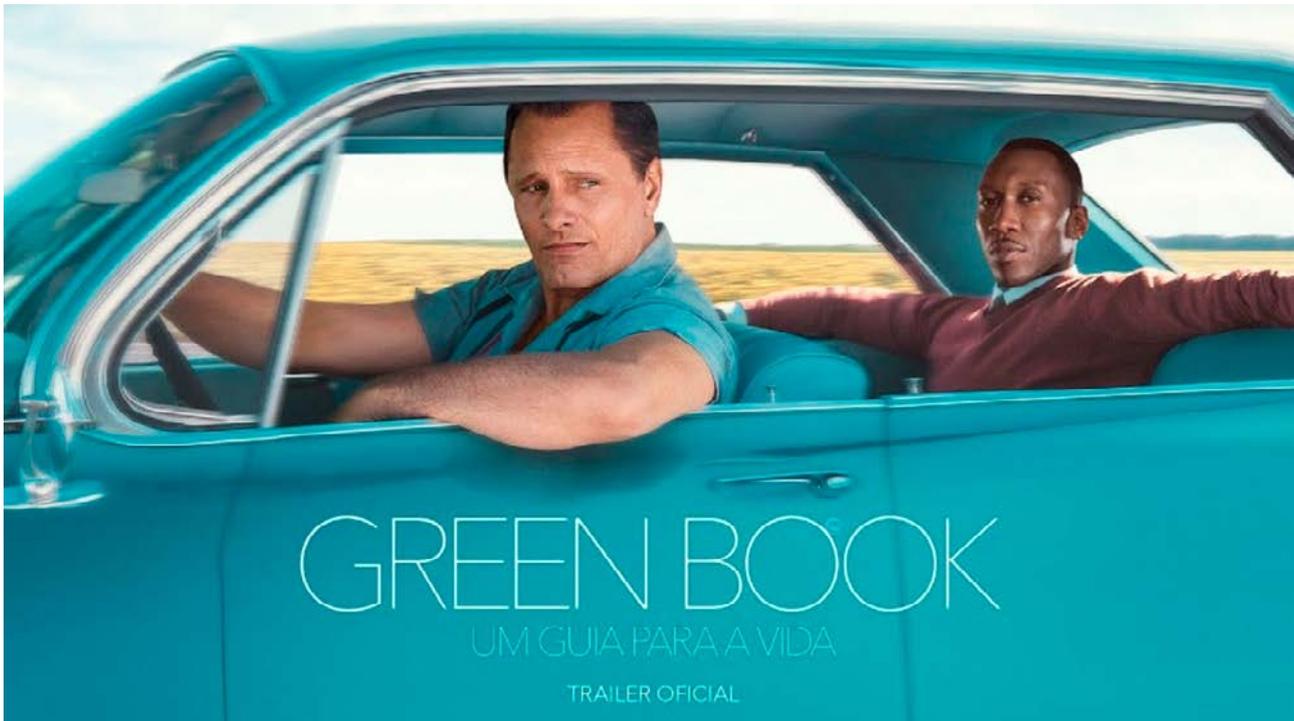
A mostra *Políticas públicas na Região Metropolitana de Porto Alegre* ocorre como parte das atividades do *Ciclo de Debates Políticas Públicas no atual contexto brasileiro – desafios e possibilidades para*



A violência é outro dado importante para se levar em conta no desenvolvimento de políticas pública

a *democracia*, promovido pelo IHU. As atividades iniciaram em março e seguem até dia 25 de abril. A programação completa das conferências está disponível no site ihu.unisinos.br/evento/politicas-publicas#apresentacao. O Ciclo é inspirado no tema da Campanha da Fraternidade de 2019, *Fraternidade e Políticas Públicas*, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. ■

Siga o IHU no Instagram



Cartaz de divulgação do filme

Guia para um território esquecido

Green Book: O Guia ganhou um Oscar, de fato. Mas não seria apenas a Academia, de uma distância segura, refletindo sobre seus mitos – estes que, talvez, importem só para ela?

João Martins Ladeira¹

Pode ou não ser uma decisão consciente. Mas há tempos não se via uma defesa tão clara da mística fundamental que anima o cinema norte-americano como em *Green Book: O Guia* (*Green Book*, 2018, de Peter Farrelly). Sua proposta encontrou eco, e o mais intenso foi certamente o Oscar de Melhor Filme. É uma conexão muito previsível, numa coordenação muda de vontades que, contudo, talvez não ultrapasse o lado de lá da Hollywood Boulevard nº 6801.

Pois, em todos os sentidos, este é um filme do passado. Há nele a fantasia primordial que Griffith fundou: o desejo pela união de um povo em meio às suas próprias diferenças, como se todos os opostos, vindos de tantos pontos distintos do globo, pudessem se encontrar na Terra Prometida da América. Pois ali, e só ali, seria possível a amizade de um artista negro intelectualizado e gay com um brutamente ítalo-americano heterossexual, glutão e bem distante de qualquer sofisticação.

¹ João Martins Ladeira é professor Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Unisinos, possui doutorado em sociologia pelo IUPERJ, mestrado e graduação em Comunicação pela UFF. (Nota da **IHU On-Line**)

“Talvez seja apenas Hollywood vendo a si própria pelo espelho retrovisor”

Tocante até às lágrimas...

A despeito do abismo que separa ambos, para este sonho não custa nada que Dr. Don Shirley (Mahershala Ali) aprenda a comer frango frito e a tocar blues, ou que Frank “Tony Lip” Vallelonga (Viggo Mortensen) alcance os segredos do jazz moderno. Esta fantasia se mostra em toda sua clareza na última cena. Pois, mesmo após se encerrar viagem, mesmo depois de já se ter invertido o papel de patrão e empregado, faltava ainda um *finale*: a comunhão do músico com a família do Bronx.

Este caldeirão de mesclas em torno da ceia de Natal foi lentamente construído, na jornada onde estes dois extremos intocáveis encontram a solidariedade a uni-los. Naquilo que o patrulheiro rodoviário racista deixa bem claro, brota, do Jim Crow, o encontro a partir do qual o proletário branco compreende sua negritude. Tudo muito tocante, como convém, e a crítica brilhante de A.O. Scott no New York Times recuperou as muitas reminiscências despertadas por estes personagens de dois homens – um branco, o outro, negro – viajando pela América.

Pergunta política, enrascada política

Resposta velha a um velho problema, recorre-se a ela exatamente quando já não serve mais. *Green Book* fala de integração quando ninguém parece acreditar muito nisso. As premiações enxergaram algo no filme, mas talvez seja apenas Hollywood vendo a si própria pelo espelho retrovisor. Soa descolado do mundo tal cinema: exatamente ele que soube se apropriar de certas expectativas quando elas ainda estavam em gestação. De súbito, uma imagem se transformou, e o que dela restou adquire um sentido bem distante daquele que teve outrora.

Esta expectativa de comunhão parece carente de adeptos. Para os setores mais progressistas, transformou-se numa ideia difícil de aceitar, rapidamente identificada como uma obrigação imposta de cima para baixo por algum poder. A crença na integridade de identidades auto-centradas tornou qualquer coesão coisa difícil de obter. Não passa pela cabeça de nenhuma minoria algo como jurar a bandeira, e estes signos puderam ser tranquilamente apropriados por segmentos mais conservadores.

Valores que outrora serviram a tal congregação retornaram do modo mais quadrado, em algumas imagens bem caretas. Mas nada é tão ruim que não possa piorar. Pois, hoje, quando esta fração conservadora caminha alegremente para a radicalização, até estes símbolos parecem facilmente descartáveis. A roupagem recente privilegia a invenção de inimigos imaginários, pondo à prova qualquer diálogo. Se ambos os grupos se encontram presos na incapacidade de rever uma conciliação, *Green Book* se torna um espetáculo para ninguém.

Cuspir já não pode

O Oscar reconheceu a mística do filme porque é sobre ela que a premiação se assenta. Mas o ato talvez mais se assemelhe a uma rotina, como se a Academia, a despeito do descrédito generalizado, estivesse sendo indulgente consigo mesma. Os valores aos quais se atém são certamente necessários, mas dificilmente uma defesa de tal tipo será suficiente. Se esta ideia poderá ou não durar para o futuro é outra história, e vai depender do que outros filmes farão com ela, talvez de maneira mais inventiva que o trabalho de Farrelly.

O período em que vivemos é de disputa, e as consciências mais razoáveis buscam algum outro princípio aglutinador: uma imagem capaz de oferecer unidade a nosso tempo. Pois ele tem dificuldade em aderir tranquilamente a organismos sem fronteiras, permeáveis a todas as diferenças. E também não dispõe – por sorte – da bÍlis necessária para se nutrir da brutalidade radical, misógina e xenófoba. Ao menos não depois de se encerrar o calendário dos plebiscitos radicalizados.

Um ponto intermediário se encontra em gestação, vindo nem sempre de onde alguns de nós (mais progressistas) gostaríamos de discerni-lo. Mas o cinema parece ainda lento demais para entender o que está ocorrendo. É emblemático que assim seja. Encarar um projeto desse porte implicaria já se ter encontrado coerência para uma “arte de massas” desatrelada desta ou daquela fábrica de ideologias. Mas essas massas não existem mais, nem existe criatividade na busca pelo “povo”. São tempos estranhos, na certeza da indecisão. ■

Ficha técnica

Título original: Green Book

Direção: Peter Farrelly

Elenco: Viggo Mortensen, Mahershala Ali, Linda Cardellini mais

Gêneros Drama, Biografia

Nacionalidade EUA

Ciclo de Estudos

JESUITAS BRASIL

AS JUVENTUDES DO BRASIL
Mutações e (im)possibilidades

28 de março a 30 de maio de 2019

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus Unisinos São Leopoldo
e Porto Alegre

O abismo da moradia

A extenuante luta dos brasileiros por um direito básico: um lugar digno para viver

Ricardo Machado

Em *Autotomia*, poema de Wislawa Szymborska, a poetisa encerra o texto com o seguinte epíteto: “O abismo não nos divide. O abismo nos cerca”. A eloquente frase serve como uma luva para descrever o problema da desigualdade no Brasil, que tem na questão da moradia uma importante materialidade de nosso abismo social.

São Leopoldo, cidade de colonização alemã, na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, está longe de ser uma metrópole nos termos que conhecemos. Em 2010, segundo o Censo, a cidade tinha uma população de 213 mil habitantes, estimada em 234 mil em 2018. Do total, o déficit habitacional, segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação, alcança a cifra de 10 mil famílias, algo como 30 mil pessoas. Separados na maior parte das vezes por poucos quilômetros de distância, residências de milhares de Reais, abastecidas por toda a sorte de serviços públicos e privados, convivem com casas de um único cômodo e sem acesso a itens absolutamente básicos, como acesso à água potável e saneamento, tampouco energia elétrica.

Na tentativa de construir conexões entre esses mundos, um grupo de aproximadamente 20 pessoas, entre estudantes, professores e outros profissionais da Unisinos, visitaram no dia 15 de março quatro ocupações no município onde está instalado o campus central da Universidade. Após a visita, uma série de outras atividades foram realizadas, tais como audiências públicas, encontros com autoridades, audiência com o reitor da Unisinos, o Pe. Marcelo Fernandes Aquino, e reuniões com membros do Judiciário. O resultado de todo esse processo será publicado detalhadamente no *Relatório da Missão em defesa da moradia digna nas ocupações de São Leopoldo/RS*.

Cruzar o Rio dos Sinos é como atravessar um oceano que divide realidades muito distintas. De um lado, residências que somam a casa dos milhões e, de outro lado, na Ocupa-

ção Steigleder, mais de 200 famílias sobrevivem em casas, na maior parte das vezes, com apenas quatro paredes, edificadas com materiais usados ou recicláveis, que também é uma das principais fontes de renda dessas famílias. Sem acesso à água ou saneamento, os moradores caminham quilômetros para encherem baldes e tonéis de água na de ida e volta à bica, que fica em frente a uma igreja, no bairro vizinho. Nos tempos de seca, o cenário lembra, também pela precariedade de serviços disponíveis, a parte esquecida



Ocupação Anita | Foto: Ricardo Machado/IHU

do sertão brasileiro, com vegetação baixa e terra vermelha e seca. No período chuvoso, ou mesmo nos temporais de verão, a região alaga, transforma-se em um banhado com água pela cintura, que fica represada entre a cidade asfaltada, que margeia a ocupação, e o dique do Rio dos Sinos, vizinho próximo dos moradores da Steigleder. O que a distância geográfica aproxima, o abismo social separa unindo, nesse oxímoro que explica e expõe nosso paradoxo habitacional, onde a pobreza é escondida dos olhos escandalizados da classe média alta ao mesmo tempo que cresce exponencialmente debaixo de suas barbas.

Não muito distante dali, a Ocupação Vitória, que tem no nome a esperança pelo aces-



Ocupação Justo | Foto: Gabriel Ost/AgexCom

so à moradia digna, 245 famílias vivem em um espaço relativamente pequeno, divididas em três ruas, mas em uma situação bastante diferente da ocupação anterior. O local é uma ilha de moradores que vivem cercados por serviços públicos básicos, tais como educação, saúde e infraestrutura mínima. Isso reduz a precariedade das famílias, à medida que construíram autonomamente formas de distribuição de água e compartilhamento de energia elétrica. Organizados em uma associação de moradores, as pessoas da Ocupação Vitória têm se movimentado de forma mais orgânica para exigir seus direitos junto às autoridades, tendo, inclusive, se cotizado para pagar o IPTU da área, na expectativa de usarem o documento em favor próprio na busca por seus direitos fundamentais. O



Ocupação Vitória | Foto: Gabriel Ost/AgexCom

gesto ilustra e responde criticamente à ideia de senso comum de que as ocupações buscam esbulho, quando, ao contrário, estão simplesmente à procura de uma vida digna.

Do outro lado da cidade, a Ocupação Cerâmica Anita vive uma situação diferente. Numericamente menor, a comunidade tem 68 famílias que, depois de muita briga com o poder público, fez valer as políticas públicas de direito à habitação e aguarda ações concretas da prefeitura. O resultado da conquista dos terrenos, que ainda precisam ser loteados e organizados urbanisticamente – com água, saneamento e energia elétrica –, vem de uma longa luta e da organização dos moradores. O fato de o território ocupado ser de propriedade da prefeitura também facilitou o processo de regularização da área, o que não deixa de ilustrar a força da propriedade privada particular em nossas sociedades. É a legitimação, por vias tortas, dos interesses de poucos que se sobrepõem aos interesses



Ocupação Steigleder | Foto: Ricardo Machado /IHU

de muitos, que no final das contas, desejam tão somente viver em uma casa, sem serem completamente excluídos.

Para chegar à Ocupação Justo, saindo da região da Cerâmica Anita, um dos caminhos possíveis exige cruzar o bairro Morro do Espelho, em São Leopoldo, bairro vizinho ao centro da cidade. A região tem um dos metros quadrados mais caros do município. A alguns quilômetros de distância 2.500 famílias brigam pelo direito à moradia digna. O movimento começou ainda no final dos anos 1990, com a retirada de famílias da região onde passaria a linha do trem, quando foi estendida até a Estação Unisinos. Mais tarde, nos anos 2010, a linha seria, por fim, aumentada até Novo Hamburgo, cidade vizinha, ao Norte de São Leopoldo. Ameaçados pela possibilidade de despejo, os moradores da Ocupação Justo e o município se veem diante do risco do agravamento de um problema que não pode ser resolvido evocando o direito à propriedade privada e desapropriando a área. Afinal, a

questão a ser respondida, e que despertou a realização da Missão de visitação às ocupações, é a seguinte: O que fazer com essas mais de 2.500 famílias? Para onde irão as quase 10 mil pessoas que vivem no local?

A questão da moradia no Brasil é, historicamente, nosso samba ou, melhor dizendo, nosso choro de uma nota só, onde a população empobrecida é cada vez mais afastada da cidade e de tudo o que significa o termo “cidade” – serviços públicos, infraestrutura e, até mesmo, imaginário. As questões em torno do direito à habitação, no caso brasileiro, não passam por uma insuficiência de

imóveis, como aponta o estudo realizado, em 2015, pela Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, em que mostra que há 7,9 milhões de imóveis vagos para um déficit habitacional que na época era de 6,3 milhões de famílias. O problema da moradia digna no Brasil é político, mas não exclusivo do poder público, senão de uma sociedade empenhada em cavar fundo o buraco que nos divide. Melhor seria, talvez, se pudéssemos, na distância que nos separa, simplesmente construir pontes, mas como nos lembra com aturdida clarividência a poetisa polonesa que mencionamos no começo deste texto: “O abismo não nos divide. O abismo nos cerca.” ■

Ocupação Steigleder

Urbanização: nenhuma

Água: os moradores buscam água em uma igreja no bairro vizinho

Saneamento básico: nenhum

Iluminação: inexistente

Famílias: 211

Trabalho: maior parte catadores de material reciclável

Renda Média: R\$ 300

Ocupação Vitória

Urbanização: nenhuma

Água: rede irregular, com distribuição feita por mangueiras que se ligam entre as casas

Saneamento básico: nenhum

Iluminação: inexistente

Famílias: 245

Trabalho: variados, maior parte dos moradores trabalham fora de casa

Renda Média: R\$ 900

Ocupação Cerâmica Anita

Urbanização: nenhuma

Água: rede irregular, com distribuição feita por mangueiras que ligam todas as casas

Saneamento básico: nenhum

Iluminação: inexistente

Famílias: 68

Trabalho: variados, parte dos moradores trabalham fora de casa e parte são catadores de material reciclável

Renda Média: R\$ 900

Ocupação Justo

Urbanização: nenhuma

Água: rede irregular e regiões sem abastecimento nenhum

Saneamento básico: nenhum

Iluminação: inexistente

Famílias: 2.500

Trabalho: maior parte dos moradores trabalham fora de casa e parte são catadores de material reciclável

Renda Média: variado

Moradia urbana tem que levar em consideração a política urbana, principalmente de terra urbana

Ermínia Maricato critica as políticas de habitação e aponta que o *boom* imobiliário expulsa os pobres para as periferias, onde o Estado está ausente

Wagner Fernandes de Azevedo

A matemática da habitação no Brasil é complexa. A construção e a entrega de mais de 4 milhões de moradias durante o programa Minha Casa Minha Vida gerou um aumento no déficit habitacional, criando cidades dispersas. Segundo a professora e urbanista Ermínia Maricato, “nos períodos de *boom* imobiliário houve um aumento exponencial no preço da terra, dos imóveis e dos aluguéis [...] houve uma verdadeira regressão do ponto de vista das condições de vida urbana”.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Maricato analisa criticamente as políticas nacionais de habitação e apresenta suas principais falhas, que além de deteriorarem o problema da moradia, criaram cidades dispersas. Para a urbanista, os programas nacionais “investiram muito na cidade sem discutir a política urbana”, pois foram antes “uma política econômica pós-crise de 2008 para segurar PIB e emprego do que propriamente uma política habitacional”.

Maricato defende que a política habitacional deve levar em conta a cidade, “porque não se mora na casa, simplesmente; se mora na cidade”. A dispersão das cidades criou um novo poder de controle nas regiões em que o Estado não chega. “Hoje, em muitos lugares é

o crime organizado que controla esses conjuntos, porque são ilhas, não tem nada em volta, é perfeito para essas organizações”, relata a professora.

No entanto, Maricato recorda que no passado recente políticas habitacionais com participação popular já foram elaboradas e projeta que “a democracia brasileira não tem solução se ela não passa pela cidade, pela capilaridade da participação, da politização e da informação, mas as cidades não estão sendo discutidas”.

Ermínia Maricato é urbanista, professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é professora visitante do Instituto de Economia da Unicamp e colaboradora do curso de Pós-Graduação da FAUUSP, professora visitante do Human Settlements Centre da University of British Columbia, Canadá, e da School of Architecture and Urban Planning of Witwatersrand - Johannesburg/South Africa, além de participar de corpos editoriais. Foi secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano da prefeitura de São Paulo na gestão de Luiza Erundina e secretária executiva do Ministério das Cidades no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Confira a entrevista.

IHU On-Line — Qual o maior problema das cidades brasileiras hoje?

Ermínia Maricato — É necessário perceber que grande parte das nossas cidades é constituída de ocupações ilegais. Historicamente a força de trabalho no Brasil nunca

conseguiu ganhar o suficiente para comprar moradia no mercado capitalista, formal, nem foi atendida, em suas demandas e necessidades, pelas políticas públicas. Estamos diante de cidades em que a força de trabalho não teve a sua necessidade de moradia atendida nem pelo mercado, nem pelo Estado.

Como essa força de trabalho não evapora no final da jornada — mostro isso no documentário *Fim de Semana* (1975), dirigido pelo Renato Tapajós¹ —, se constituiu um proces-

¹ **Renato Tapajós**: escritor e cineasta, nasceu em Belém, Pará, em 1943, estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo - USP. É autor de romances como *Em Câmara Lenta* (1973), novelas infanto-juvenis como *Carapintada*

so de produção da moradia da classe trabalhadora pela autoconstrução nas grandes metrópoles, por todo Brasil, praticamente pré-moderno, pré-capitalista. O Chico de Oliveira², em 1972, mostrou em um artigo que essa forma de produção de moradia, ou seja, o trabalhador construindo sua própria casa com os amigos no final de semana, permitiu o processo de acumulação industrial, já que garantiu uma força de trabalho barata, de baixo salário.

O Brasil se industrializou praticamente no século XX, especialmente entre os anos 1940 e 1980, e esse processo de industrialização é conhecido pelos baixos salários. Trago isso para pensarmos a urbanização de baixos salários. Isso significa que a remuneração dos trabalhadores era suficiente para pagar alimentação, transporte, o mínimo indispensável para a sobrevivência, mas não para moradia. Então a maioria dos nossos espaços, das nossas cidades, resultou em ocupações. Isso é regra, não é exceção. Em parte, depende da região do país; por exemplo, no Sul a parte das cidades que é fruto dessa informalidade é menor, mas se for ao Norte ou ao Nordeste, seguramente mais da metade das grandes metrópoles é fruto de ocupação ilegal.

Ocupação ilegal como regra

Por que esses prolegômenos? Por que a ocupação ilegal é regra e não

exceção, dada a característica de um mercado que produz uma mercadoria — a habitação — para poucos, muito cara. Em alguns lugares é produto de luxo, às vezes nem a classe média consegue acesso ao mercado formal, é muito difícil. Você não tem o mercado produzindo moradia barata, de acesso fácil. Nós tivemos dois booms imobiliários, que foi o Banco Nacional de Habitação - BNH³, de 1965 a 1980, e o Minha Casa Minha Vida, de 2008 a 2015. Mas, fora isso, é o povão construindo a cidade. A sua própria cidade.

Ocupação é regra e o Estado é ausente

E agora com essa característica de muitas preponderâncias, com a ausência do Estado, há milícias e o crime organizado entrando fortemente nas cidades do Brasil todo, não dá para dizer que é somente o Rio de Janeiro. Por mais que as milícias preponderem no Estado fluminense e o Primeiro Comando da Capital - PCC⁴ em São Paulo, tem-se uma expansão do crime organizado substituindo o Estado em todas as periferias. É muito impressionante a organização do PCC em São Paulo, por exemplo, porque garante até uma certa previdência nas periferias.

Então quando discutimos habitação é muito importante entender que não é só falar de casa. Isso porque se mora na cidade. Se você morar na sua casa, mas ela estiver fora da cidade — como tivemos muito nesses períodos de *boom* imobiliário — e ao mesmo tempo não é rural, você não tem transporte, esgoto, água, escola

próxima, então você não vive. Não tem condição. A lógica da habitação urbana não pode ser desvinculada do desenvolvimento urbano.

Os dois insumos principais da habitação, sem os quais ela não existe, são a terra e o financiamento para construir ou adquirir uma casa. Se não tem nenhum dos dois, como nossa força de trabalho não tem, a terra é ocupada ilegalmente. Há, por exemplo, um milhão de pessoas morando em proteção de mananciais em São Paulo, onde é proibida a moradia concentrada, então a ocupação da área deve ser de baixa densidade. Mas o que há é ocupação de alta densidade, de pobres, o que ocorre há 40 anos, pois os trabalhadores não têm acesso à terra, que é o principal para a habitação, isto é, terra urbanizada e bem localizada. Assim eles acabam sendo expulsos para áreas que são, inclusive, reservas ambientais. Eles não têm escolha.

Existem teses que mostram que 25% das moradias do Rio de Janeiro são ilegais, diante de toda legislação urbanística, mas principalmente diante da ocupação do solo, isto é, sem registro ou escritura. Essas pessoas não fazem parte de movimentos organizados, isso é resultado da falta de uma política de controle do uso e ocupação do solo. Mas a terra no Brasil, rural ou urbana, funciona como um nó nas relações sociais. A história da propriedade da terra no Brasil permeia a dominação, os privilégios, a especulação; isso vários autores já escreveram.

Então essa questão das ocupações tem que ser vista nesse contexto. Os pobres ocupam compulsoriamente, porque eles não têm outra solução. Se olhar o número de brasileiros que ganham menos de dois salários mínimos, onde estão? É a maioria da população. Eles vão morar onde na cidade? São atendidos por quem? Pelas políticas públicas? Isso não, porque política pública de moradia é feito susto, de vez em quando vem uma. Houve uma época interessante, a das prefeituras democráticas populares, mas acabou.

(2006) e *A Infância Acabou* (2006). Também produziu documentários como *Universidade Em Crise* (1966), *Um Por Cento* (1967), *Vila da Barca* (1968), *Fim de Semana* (1973), *Linha de Montagem* (1982) e *Chão de Fábrica* (2018). (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Francisco de Oliveira**: sociólogo brasileiro, também conhecido como **Chico de Oliveira**, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Professor aposentado de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), foi um dos fundadores do Cebrap. Coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic – da USP, deixou o Partido dos Trabalhadores e recentemente filiou-se ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Em 2003, ano em que deixou o PT, Francisco de Oliveira disse que Lula nunca foi de esquerda. Em 25 de agosto de 2006, foi-lhe concedido o título de doutor honoris causa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Economia da UFRJ. Em 28 de agosto de 2008, o de professor emérito pela FFLCH-USP. Em 22 de novembro de 2010, o de doutor honoris causa na Universidade Federal da Paraíba. Sua contribuição mais recente à **IHU On-Line** foi a entrevista *A democracia brasileira é chata. Não entusiasma ninguém*, publicada nas Notícias do Dia, de 20-8-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1LuKW8P> (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Banco Nacional de Habitação - BNH**: foi criado pelo Plano Nacional de Habitação, pela lei nº 4380, de 1964, de autoria da deputada Sandra Cavalcanti. O BNH existiu entre os anos 1965 até 1985. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Primeiro Comando da Capital - PCC**: organização criminosa que comanda rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e narcotráfico. Atua principalmente em São Paulo, mas tem presença em 22 dos 27 estados brasileiros, além de países próximos, como Bolívia, Paraguai e Colômbia. Estima-se que tenha cerca de 30 mil membros, sendo mais de 8 mil em São Paulo. É considerada uma das maiores organizações criminosas do país. Seu financiamento decorre principalmente da venda de maconha e cocaína, além de roubo de cargas e assaltos a bancos. Está presente em 90% dos presídios paulistas e fatura cerca de 120 milhões de reais por ano. O PCC surgiu em 1993 no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté, no Vale do Paraíba, que acolhia prisioneiros transferidos por serem considerados de alta periculosidade pelas autoridades. Vários dos ex-líderes da organização estão presos, como Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola). (Nota da **IHU On-Line**)

Ocupação ilegal por parte da elite

Existe também uma ocupação ilegal por parte da elite. A lei é um ardid no Brasil. A legislação urbanística é muito detalhada, e a legislação federal é avançadíssima para uma sociedade atrasada. Então tem muita moradia que é feita dentro do mercado, que aparentemente seria legal, mas não é, como é o caso dos loteamentos fechados. Eles se multiplicaram no Brasil inteiro na última década e constituem uma ilegalidade, porque loteamento, quando a mercadoria é o lote e não a construção, é regido pela lei federal 6.766/79⁵. Essa lei obriga o loteador a doar para o município as ruas públicas — você não poderia morar e fechar — e, obrigatoriamente, uma porcentagem da gleba sob a forma de praças e áreas verdes. Mas existem, inclusive, juizes morando em loteamentos fechados. Recentemente, no governo Temer, saiu a Medida Provisória 759/2016, que pode resolver esses conflitos fundiários, e é possível regularizar loteamentos fechados.

A história do Brasil é uma história de ilegalidade fundiária, de grilagem, de fraude registrada; há uma vasta bibliografia demonstrando isso. Escrevi, em um artigo para Carta Capital⁶, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST⁷ e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST⁸ não são vilões, e sim as vítimas do problema fundiário no país. Eles são uma minoria. Hoje, por exemplo, está sendo — ou já foi — aprovada uma lei para transformar

⁵ Lei Federal 6.766/79: foi assinada pelo presidente João Figueiredo em 19 de dezembro de 1979 e dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ O referido artigo foi publicado na edição de 18-12-2018 e está disponível em <http://bit.ly/2HQ7Pqy>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: movimento político-social brasileiro que busca a reforma agrária. Teve origem na oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente nos anos 1970, que priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica. Contrariamente a este modelo, o MST busca fundamentalmente a redistribuição das terras improdutivas. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST: movimento social, político e popular organizado em 1997 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST para atuar nas grandes cidades com o objetivo de lutar pela reforma urbana, por um modelo de cidade mais justa e pelo direito à moradia. (Nota da **IHU On-Line**)

todo o patrimônio público em terras em um fundo imobiliário, fundiário. Nós temos um patrimônio gigantesco e, para se ter uma ideia de como ele é tratado, não temos no Brasil um levantamento detalhado desse patrimônio, não temos um cadastro disso que é uma riqueza de todos nós. Por que é desconhecido? Porque sempre foi usado em benefício privado. Então, poderíamos ter tranquilamente um cadastro do que se tem em patrimônio de terras públicas.

IHU On-Line — A partir da sua introdução, podemos aprofundar melhor alguns pontos. Primeiro, poderia relatar melhor as políticas de habitação citadas anteriormente? Por que essas políticas foram limitadas? E que pontos positivos elas tiveram?

Ermínia Maricato — Elas foram limitadas porque para fazer política habitacional precisa-se de terra urbanizada, não só terra. E precisa de financiamento. Em qualquer país do mundo, a menos que se tenha uma herança, precisa-se de financiamento, e a moradia é o bem de consumo privado mais caro.

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, criado em 1967, é um fundo que também serve para financiar moradia. No período do BNH e do Minha Casa Minha Vida houve um investimento forte, mas os fundos principais desse investimento ainda são os mesmos: caderneta de poupança privada e FGTS. No Minha Casa Minha Vida houve um importante subsídio que veio do Orçamento Geral da União, e foi desenhado muito semelhantemente ao BNH, mas mais voltado à população de baixa renda. No BNH, na época, houve algum desvio no subsídio para faixas de renda média e média alta, porque tanto o FGTS quanto o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE são duas fontes de dinheiro baratas.

Houve também muita produção de baixa renda. Entre os anos 1975 e 1980 foram produzidos por volta

de 4 milhões de moradias e prédios. E no Minha Casa Minha Vida também, o mesmo número de moradias foi entregue. O que se tem nos dois períodos é uma especulação com terras que mudou a configuração das cidades brasileiras, então as cidades passaram a ser mais dispersas. Este é um conceito urbanístico importante: cidade dispersa é aquela em que você tem uma baixa densidade de ocupação do solo, e isso torna a cidade muito mais cara, precisa levar água, esgoto, pavimentação, transporte, coleta de lixo etc. para áreas onde a população está dispersa. Em ambos os booms imobiliários houve um forte investimento em habitação, então ocorreu uma expansão horizontal das cidades e os conjuntos habitacionais foram construídos fora da malha urbana consolidada.

Um cidade mais cara

O que acontece quando isso se dá? A cidade fica muito mais cara para todo mundo, e se tem a incorporação, na cidade, de terras vazias. No caso do Minha Casa Minha Vida, por exemplo, a Caixa Federal exigia que o conjunto habitacional respeitasse o limite de ocupação urbana, dentro do perímetro urbano, e as Câmaras Municipais então estenderam esse perímetro, incorporando o Minha Casa Minha Vida nesses terrenos. Quando se incorpora muita terra dentro do perímetro urbano, desorganiza-se o mercado fundiário, mexe-se com o preço da terra, dos imóveis e dos aluguéis.

Então houve, nesses dois períodos de boom imobiliário, um aumento exponencial no preço da terra, dos imóveis e dos aluguéis. Em São Paulo, por exemplo, depois de 2005, houve um aumento de 225% no preço da moradia, no metro quadrado construído, e de 260% no Rio de Janeiro. E também houve um aumento muito grande do valor do aluguel. Além disso, segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP, ocorreu a ampliação das viagens interurbanas, que ficaram mais longas, com isso as pessoas levam mais tempo para chegar ao trabalho,

porque ele é muito concentrado nas cidades. Portanto, houve uma verdadeira regressão, do ponto de vista das condições de vida urbana, com esse *boom* imobiliário, apesar do incrível investimento que foi feito.

IHU On-Line – A senhora apresenta o argumento de que “habitação não é só casa” e as políticas de habitação executadas não levaram em conta esse princípio. Porém, pode-se dizer que, pelo menos em números, esses programas resolveram o problema do déficit habitacional?

Ermínia Maricato — Esse contexto é muito complexo. As pessoas pensam que se constroem casas e diminui o déficit. Havia em 2007 mais de 7 milhões de moradias no déficit, medido pela Fundação João Pinheiro. Nós construímos e entregamos mais de 4 milhões de moradias e saímos desse período, em 2016/2017, com um déficit ainda maior. É uma matemática difícil de entender.

O que aconteceu? Muita gente que não entrava no déficit porque pagava um aluguel que cabia perfeitamente dentro do orçamento, passou a fazer parte do déficit porque o aluguel subiu. O ônus excessivo com aluguel é parte do déficit, o qual tem também outros critérios: coabitação familiar, mais de uma família no mesmo domicílio, congestionamento, que considera o número de pessoas por quarto, qualidade do material de construção etc.

Somente em SBPE, FGTS e OGU, entre 2008 e 2015, foram 800 bilhões de reais em moradia. Esse dinheiro responde ao desemprego e ao crescimento do PIB? Em parte. Tudo isso foi para responder à crise de 2008, e não exatamente para produzir moradia urbana. Moradia urbana tem que levar em consideração a política urbana, principalmente de terra urbana. Nós temos lei avançada no Brasil, que fala que toda propriedade tem que cumprir uma função social. E o Plano Diretor fala que toda propriedade vazia, ociosa, que não cumpre a função social, vai pas-

sar por penalidades, como o IPTU progressivo. A gente não consegue aplicar a lei.

Em São Paulo existem 400 mil imóveis vazios no município, ou seja, há um número de vagas maior do que o déficit. Esse investimento massivo nas cidades gerou a ampliação horizontal e vertical, em um novo padrão de horizontalização e verticalização, com dispersão; investe-se um mundo de dinheiro, mas não se regula o solo. Então aumentou o preço da moradia, por especulação, e o déficit também aumentou.

“A maioria dos nossos espaços, das nossas cidades, resultou em ocupações. Isso é regra, não é exceção”

IHU On-Line – A senhora considera isso políticas públicas de habitação?

Ermínia Maricato — Claro que foram políticas públicas, foi com dinheiro público. Mas dentro do Minha Casa Minha Vida existia um programinha que pegou 2% desse dinheiro todo, que era o Minha Casa Minha Vida Entidades. Esse programa veio dessa tradição das prefeituras democráticas e populares. Fui secretária de Habitação em São Paulo, na gestão da Luiza Erundina⁹, e começamos esse programa de movimentos sociais, de universidades, que se mobilizaram muito inspirados pelas cooperativas de habita-

ção do Uruguai. E nós constituímos um programa, que se deu em Porto Alegre e também em São Leopoldo, onde o Ary Vanazzi¹⁰ fez parte dessa construção, que chamávamos de Reforma Urbana: uma reforma no solo para ele cumprir uma função social na cidade e produzir moradia de forma participativa, muitas vezes com os próprios futuros moradores participando da construção, ou apenas fazendo a gestão da obra. E nisso se incorporaram arquitetos, engenheiros, advogados e assistentes sociais. Essa política gerou no Brasil um conjunto de habitações marcadas por boa arquitetura, boa construção e preço baixo.

O que me incomoda é não ter bibliografia sobre isso, pois os alunos de Arquitetura não sabem que durante mais de 20 anos nós fizemos boa política habitacional com boa arquitetura. Essa tradição abriu, com certa dificuldade, espaço no Minha Casa Minha Vida e, pelo menos, chegou a essa produção de 2% do orçamento, em que os moradores de baixa renda organizados em movimentos sociais discutem o projeto: primeiro eles conquistam um terreno – em geral essa conquista é uma doação dos municípios ou dos governos estaduais –, depois os governos pagam uma assessoria técnica para discutir os projetos com os moradores e posteriormente é orçado e a comunidade vai atrás de um financiamento – foi o que aconteceu com o Minha Casa Minha Vida Entidades¹¹. São conjuntos muito interessantes.

IHU On-Line – Por que apenas 2% do orçamento foi destinado a esse programa?

¹⁰ **Ary Vanazzi**: prefeito por três mandatos da cidade de São Leopoldo (2005-2008, 2009-2012 e 2017-2020), comandou a Secretaria de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul, foi deputado federal por dois mandatos (2001-2003) e (2003-2005). Presidiu o Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (2013-2016). Também foi presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), o qual aprovou políticas públicas para habitação como o Moradia Popular, Cooperativismo Habitacional e Habitação para Os Povos Indígenas e preside a Associação Brasileira de Municípios - ABM para o triênio 2019-2021. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ **Minha Casa Minha Vida Entidades**: O Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, foi criado em 2009, com o objetivo de tornar a moradia acessível às famílias organizadas por meio de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. (Nota da IHU On-Line)

⁹ **Luiza Erundina de Sousa** (1934): assistente social e deputada federal pelo estado de São Paulo, pelo Psol. Foi coordenadora-geral da coligação Unidos pelo Brasil, que lançou Marina Silva como candidata à Presidência da República, em 2014. Ganhou notoriedade nacional quando foi eleita a primeira prefeita de São Paulo, representando um partido de esquerda, o PT, em 1988. (Nota da IHU On-Line)

Ermínia Maricato — Isso você deveria perguntar para o governo, mas eu tenho uma resposta rápida: essa produção de coparticipação social, muitas vezes na obra, mas em geral no projeto, não é tão rápida. Ela pode não ser lenta, mas não é tão rápida como chegar e falar para uma construtora que você será responsável pela terra, por elaborar o projeto e construir e a prefeitura dirá quem são os beneficiários, para quem vai a moradia.

Com isso, sobra uma questão entre a Caixa e os beneficiários finais, que irão morar no local. Mas a tradição que inauguramos foi tão importante que gerou a Lei Federal da Assistência Técnica¹². Então, se formos ao Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou no próprio Instituto de Arquitetos do Brasil, encontraremos muitas pessoas, entre elas o Clóvis Ilgenfritz¹³, que foi deputado federal e é o “pai” dessa lei de Assistência Técnica, que gostariam que os arquitetos pudessem dar assistência técnica a toda periferia urbana, não só na produção de novas moradias. Por quê? Porque há bairros construídos apenas pelos moradores, porém eles têm problemas urbanísticos, mas é possível resolvê-los a partir de um projeto urbanístico que corrige as casas que são insalubres — que não têm ventilação e que são focos de doenças respiratórias —, a drenagem das águas, o problema da circulação de área e de pedestres.

Lobby empresarial

A discussão do déficit tem uma armadilha, porque os empresários gostam muito de discutir déficit e dizer que “faltam sete milhões de

moradias e nós precisamos construir isso rapidamente”; mas não é só isso. Se olharmos para uma cidade podemos tirar do déficit muita coisa se melhorarmos as residências, se fizermos uma reforma ou uma ampliação da moradia. Uma parte desse déficit é de infraestrutura, então o reduziremos se levarmos infraestrutura. Isso não é muito legal para empresário que quer construir muito. E para construir rápido e em grande quantidade, eles acham que tem que ser “daquele jeito”: pegam uma terra, que em geral é cara e eles não conseguem colocar dentro do orçamento, portanto estendem o perímetro urbano e colocam terra rural dentro da cidade — era rural e passou a ser urbana — e ali podem construir o conjunto habitacional. E muitas das pessoas que fizeram isso estão ligadas à especulação fundiária: construiu o conjunto habitacional, é o dono da terra que fica entre o conjunto e a cidade consolidada, e ganha muito mais na terra até do que na obra.

“Então você tem muita moradia que é feita dentro do mercado, que aparentemente seria legal, mas não é, que é o caso dos loteamentos fechados”

IHU On-Line — A senhora trabalhou no Ministério das Cidades como secretária-executiva (2003-2005). Tem muita pressão da especulação imobiliária

sobre as políticas de habitação? Como se dá a relação entre os agentes da especulação imobiliária e o Estado? E quem são os agentes que controlam o mercado imobiliário e o espaço urbano?

Ermínia Maricato — Tem total. A cidade é um grande negócio e existem os interesses. Quem são os capitais que comandam o investimento urbano? Eles controlam, inclusive, o fundo público, por quê? Porque muda o preço da terra quando a infraestrutura de determinado bairro é melhorada. Por exemplo, constrói a Vila Olímpica, no Rio de Janeiro, coloca metrô que vai da Barra para o Galeão, é alterado o preço da terra com este investimento. E nós abandonamos o que foi na nossa época das prefeituras democráticas o principal programa do ciclo: o Orçamento Participativo.

O controle sobre o orçamento público é uma das coisas mais estratégicas e importantes que a sociedade, a comunidade e os cidadãos podem fazer; é controlar a localização do investimento, no que e onde será investido, porque interfere no preço da terra. Portanto, temos sobre o orçamento público um *lobby* fortíssimo, como nós tivemos no PAC da Mobilidade ou como tivemos na localização dos conjuntos habitacionais. Quem são esses *lobbies*? O capital de construção de infraestrutura — as grandes empreiteiras —, o capital de construção de edificações, o capital financeiro e imobiliário e os proprietários de terra.

Isso existe em muitas cidades agora subordinadas a esses interesses e são interesses que casam com o financiamento de campanha eleitoral. E as nossas cidades ficam dominadas pelos interesses de quem ganha dinheiro com a produção das cidades, com a produção de infraestrutura e, às vezes, até com a zeladoria — manutenção da cidade, como a coleta do lixo. Quando vamos para a periferia vemos que é diferente o padrão de manutenção. E o metro quadrado tem um custo que varia de

¹² **Lei Federal da Assistência Técnica:** assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. Acesse a íntegra da matéria em <http://bit.ly/2Cl8UFR>. (Nota da IHU On-Line)

¹³ **Clóvis Ilgenfritz:** é professor, arquiteto, urbanista e político, nascido em Ijuí/RS (1939). Foi professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Foi candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores - PT quatro vezes, sendo eleito suplente em 1998, e assumindo a legislatura a partir de 2001. Também foi candidato a vice-governador do Rio Grande do Sul, em 1985, mas não se elegeu. (Nota da IHU On-Line)

acordo com a localização na cidade: em certos bairros tem um preço e em outros tem preços diferentes; em alguns bairros aqui em São Paulo a expectativa de vida é menos de 60 anos e em outros a expectativa média é de 80 anos. Tudo isso pesa no custo do metro quadrado e se colocarmos muito dinheiro na produção desse espaço, se não for controlado o preço da terra e o investimento, é o reino da especulação. Não dá para separar moradia — casa — de cidade, em hipótese alguma.

IHU On-Line — A reforma urbana depende da reforma política?

Ermínia Maricato — Estou escrevendo um artigo perguntando por que as cidades saíram da agenda nacional. Não é que não seja importante discutir o que está acontecendo na conjuntura, porque estamos em uma encruzilhada grande no Brasil neste momento. Mas acredito que a democracia brasileira não tem solução se ela não passa pela cidade, pela capilaridade da participação, da politização e da informação, e as cidades não estão sendo discutidas, por quê? Por que saíram da agenda, se nós fomos tão felizes durante o período das prefeituras democráticas e populares? Por que o orçamento participativo foi replicado no mundo inteiro — 2.800 cidades, incluindo Nova York e cidades da Escandinávia? E por que isso foi esquecido? Por que foi ignorado?

A política habitacional do governo federal recente foi muito mais uma política anticíclica, isto é, foi antes uma política econômica pós-crise de 2008 para segurar PIB e emprego do que propriamente uma política habitacional. Mas por que tudo o que fizemos de virtuoso foi esquecido? Por que a questão da participação que era tão cara na década de 1980, por exemplo, ficou refém da pasta institucional? Eu fui para o governo federal na equipe de transição para criar o Ministério das Cidades. Nós tínhamos Ministério, Conferência e Conselho nacionais, conferências municipal e estadual. Em certa

ocasião fui ministrar uma palestra em Porto Alegre e o pessoal de São Leopoldo queria que eu fosse à Conferência Municipal, mas eu já não acreditava mais nisso, eu não acreditava mais em uma participação que estava restrita à pasta institucional, que valoriza cargos, mandatos, eleições e ignora essa capilaridade necessária que tínhamos nos anos 1970 e 1980 nos bairros. Uma participação que traz essa solidariedade entre as mulheres, especialmente as mulheres chefes de família e de baixa renda, em relação ao cuidado com os filhos, à reivindicação da creche.

Política habitacional não deve ser tratada em separado

Estou dizendo tudo isso porque não dá para isolar a política habitacional desses aspectos, como fez o Minha Casa Minha Vida. Apesar de que, olhando o esforço da Caixa Econômica Federal percebemos que havia uma regulação, com trabalho de um quadro técnico competente, e a ideia era não permitir que os conjuntos ficassem fora da cidade — existia essa ideia. Mas é importante registrar: eu quero fazer a crítica, acredito que foi um projeto desenvolvimentista equivocado porque investiu muito na cidade sem discutir a política urbana, embora a Caixa tivesse regras para a localização dos conjuntos habitacionais. Eles deveriam ter certa distância de escolas, de postos de saúde, de transporte. No entanto, muitas vezes esses equipamentos foram construídos posteriormente e, na verdade, estavam a muita distância da cidade consolidada — como eu falei.

Quem define a localização dos conjuntos habitacionais é o município; é competência constitucional. Por isso que os proprietários de terra e especulação imobiliária são problemas locais, estaduais ou metropolitanos. Uma prefeitura poderia perfeitamente ter negado a licença para a construção de conjuntos habitacionais em lugares ermos, como aconteceu.

Hoje, em muitos lugares, é o crime organizado que controla esses conjuntos, porque são ilhas, não tem

nada em volta, é perfeito para essas organizações. O Estado esteve presente porque construiu o conjunto, assegurou que terá coleta de lixo e transporte durante a semana — não no final de semana —, mas não assegurou mais nada, não tem cidade ali — e não moramos na casa, moramos na cidade.

IHU On-Line — Qual o futuro que a senhora vislumbra para a política habitacional e para os movimentos de luta por moradia e pela terra?

Ermínia Maricato — Em primeiro lugar, a partir de um posicionamento da Frente Brasil Popular¹⁴, nós estamos constituindo uma rede e é impressionante o poder de atração das pessoas de se juntarem à questão para formular propostas. É o que estamos chamando de *BrCidades — Um projeto para as cidades do Brasil*. Começamos redigindo um manifesto pensando no médio e longo prazo, porque olhando a história do Brasil e das cidades brasileiras, não dá para pensar que mudaremos as coisas rapidamente, pois são muitas práticas e relações sociais consolidadas com o ambiente construído, com a apropriação da renda imobiliária e com a segregação.

Nós temos um aspecto muito positivo no fim do túnel que é essa reunião de pesquisadores, acadêmicos, lideranças sociais e entidades profissionais — da Engenharia, da Arquitetura e do Serviço Social. Além disso, professores de 26 universidades já estão mobilizados pensando moradia, mobilidade, saneamento, gênero, raça — o problema racial é crucial para a história do Brasil. Esse é o lado interessante que está dando muita esperança, é um crescimento muito forte e muito espontâneo. É possível perceber que as pessoas estão sentindo a ausência de um projeto para a cidade, estão sentindo a expansão de religi-

¹⁴ **Frente Brasil Popular:** organização que congrega diversos movimentos sociais, sindicatos, centrais sindicais, pastorais sociais e movimentos estudantis nos níveis nacional, estadual e local, criado em 2015, a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff, que visa, além da defesa da Democracia, a implementação de alternativas à política econômica que tem como eixo principal a austeridade fiscal. (Nota da **IHU On-Line**)

ões conservadoras que ocuparam um espaço que foi deixado pelos partidos progressistas de esquerda.

Desafio do Estado e frustração da esquerda

Por outro lado, existe um dado de crescimento do crime organizado, e, se considerarmos a criminalização dos movimentos, chega a ser ridículo diante do crescimento do crime organizado. O ministro [Sérgio] Moro¹⁵ vai ter muito trabalho se ele quiser enfrentar realmente o crime

15 **Sérgio Fernando Moro** (1972): juiz federal nascido em Maringá (PR), ganhou notoriedade por comandar o julgamento dos crimes identificados na Operação Lava Jato. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá em 1995, tornando-se juiz federal em 1996. Também cursou o programa para instrução de advogados da Harvard Law School em 1998 e participou de programas de estudos sobre lavagem de dinheiro promovidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. É mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Além da Operação Lava Jato, conduziu o caso Banestado. No caso do Escândalo do Mensalão, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber convocou o juiz Sérgio Moro para auxiliá-la. Em 2014, Moro foi indicado pela Associação dos Juizes Federais do Brasil para concorrer a vaga deixada por Joaquim Barbosa no STF, mas em 2015 foi preenchida por Luiz Fachin. (Nota da **IHU On-Line**)

organizado no Brasil, porque ele está se expandindo de forma exponencial. Verificamos isso exatamente nos bairros onde o Estado não está presente; no máximo temos escolas, um ou outro equipamento de saúde e de educação e a polícia. Uma polícia que mata e morre não é só algoz, ela também é vítima, porque a desigualdade é muito profunda.

Se estudarmos mobilidade no Brasil, o preço da tarifa e o tempo que as pessoas passam no transporte, é possível percebermos que é uma situação explosiva. E essa situação de extrema desigualdade, segregação, é um sofrimento que aumentou muito com o crescimento do desemprego e do subemprego.

Existe uma tensão muito forte para manter essa segregação, essa desigualdade, como normal, e é mantido pela polícia. Em 2016 o Atlas da Violência no Brasil mostra que morreram por armas de fogo 62 mil pessoas, em 10 anos

foram 500 mil pessoas, ou seja, estamos vivendo uma guerra. Isso é uma coisa que a esquerda não teve sensibilidade para perceber. A esquerda perdeu duas bandeiras fundamentais: uma é a luta contra a corrupção e a outra é a luta pela paz, pela Segurança Pública.

IHU On-Line — Deseja acrescentar algo?

Ermínia Maricato — Eu estou aposentada, mas trabalhando muito. Para além das minhas tarefas acadêmicas, eu trabalho voluntariamente, com muitos colegas, para retomar uma luta pelo conhecimento técnico, científico e para combater o analfabetismo urbanístico. E, além disso, para mostrar que isso está muito relacionado. E se o Brasil está atravessando uma crise política, econômica, social e ambiental, nas periferias das grandes cidades essa crise adquire contornos dramáticos e explosivos. ■

Leia mais

- **A “distribuição de cidade” contra a senzalização da metrópole.** Entrevista especial com Ermínia Maricato, publicada nas Notícias do Dia de 07-02-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos — IHU, disponível em: <http://bit.ly/2JI3N58>.

- **“As vítimas da falta de moradia têm cor no Brasil”.** Entrevista com Ermínia Maricato publicada por Brasil de Fato, reproduzida nas Notícias do Dia de 26-03-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos — IHU, disponível em <http://bit.ly/2UgUfIK>.

- **Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula.** Entrevista com Ermínia Maricato, publicada por BBC News Brasil, reproduzida nas Notícias do Dia de 05-06-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos — IHU, disponível em <http://bit.ly/2uyGRLk>.

V CICLO DE ESTUDOS

REPENSANDO OS
CLÁSSICOS DA ECONOMIA

De 27 de março a
28 de maio de 2019

As cidades que excluem, mas que também podem incluir

Para Barbara Szaniecki, o design pode ser político e criar políticas tanto de segregação como de inclusão nas cidades modernas

João Vitor Santos e Wagner Fernandes de Azevedo

O design pode ser tanto uma ferramenta política quanto uma ferramenta para a política. Segundo a professora Barbara Szaniecki, o design é político porque “lida continuamente com controvérsias e conflitos seja onde for, na esfera artística ou ainda num projeto educacional”. Deste modo, Szaniecki afirma que o trabalho do profissional na gestão política para “transformar a representação vertical por meio de articulações horizontais segue sendo um desafio para o designer em sua relação com o poder público”.

A relação do design com a questão urbana está presente desde a criação das cidades, que, segundo a professora, na sociedade industrializada têm “muros menos visíveis” do que nas Idades Antiga e Média: “esses muros foram aos poucos perdendo sua função, largados ao abandono ou destruídos, mas também substituídos por muros menos visíveis”.

Para Szaniecki, a questão da moradia deve perpassar diversas dimensões do direito à cidade. “Não é apenas um direito de ida ao trabalho e de volta para o descanso em casa, e sim o direito de usufruto pleno da vida urbana”, e para isso o designer “pode e deve optar pela construção de vias e valores democráti-

cos”, defende, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

Barbara Szaniecki é professora adjunta na Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, possui graduação em Comunicação Visual pela École Nationale Supérieure des Arts Décoratifs, e mestrado e doutorado em Design pela Pontifícia Universidade Católica - PUC Rio. É coeditora das revistas Lugar Comum - estudos de mídia, comunicação e cultura (Universidade Nômade, Rio de Janeiro), Multitudes - revue politique, philosophique et artistique (Paris) e ArcosDesign (Esdi/ UERJ). Suas pesquisas têm ênfase nas relações entre Design Gráfico (em particular do cartaz) e conceitos políticos como multidão, poder e potência, manifestação e representação. Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado intitulada “Tecnologias digitais e autenticidade: o estatuto da imagem fotográfica na linguagem visual contemporânea” na Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ. É autora dos livros *Estética da Multidão* (Editora Civilização Brasileira, 2007) e *Disforme Contemporâneo e Design Encarnado: Outros Monstros Possíveis* (Editora Annablume, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender os processos de exclusão que se dão na Metrópole?

Barbara Szaniecki - Processos de exclusão urbana sempre existiram. A exclusão social e econômica tem uma “tradução” imediata em

termos urbanos. Das cidades antigas até as cidades medievais, muito sucintamente, a exclusão tinha como marco territorial os muros que cercavam a cidade. Ora, esses mesmos muros que a protegiam de invasores, entre outras categorias consideradas perigosas, também restringiam seu

pleno desenvolvimento que, até então, era baseado essencialmente em produções artesanais e trocas mercantis. Assim, esses muros foram aos poucos perdendo sua função, largados ao abandono ou destruídos, mas também substituídos por muros menos visíveis.

“O design pode efetivamente articular inclusão e exclusão de modo sutil e, por esse motivo, sua participação é tida como central nas ditas ‘classes criativas’ e ‘cidades criativas’”

A cidade moderna possui “muros internos” tais como os muros das instituições, assim como divisões nítidas entre os espaços privados e os espaços públicos – divisão que constitui por si mesma um dos marcos da modernidade – com suas respectivas regras de funcionamento. Essas delimitações foram construídas visando uma organização social que proporcionasse um melhor desempenho econômico, inicialmente ancorado nas manufaturas e, em seguida, nas indústrias.

A organização territorial entre centro e periferias trazia consigo novas formas de exclusão. Ora, esse “desenho” disciplinar muito próprio da sociedade industrializada foi criticado e tensionado nas décadas de 60 e 70 por movimentos sociais como também por pensadores de vários campos do conhecimento. Tudo isso levou ao fortalecimento daquilo que autores como Foucault e Deleuze chamam respectivamente de “segurança” e “controle” que, mais do que uma absoluta exclusão, são na realidade uma reorganização da relação entre inclusão e exclusão por modulações nos tecidos urbanos sempre mais complexos – policêntricos – que constituem as metrópoles contemporâneas.

IHU On-Line - Por que é importante compreender que nem sempre ter uma casa significa estar incluído e de fato ter o “direito à cidade”? Quais os desafios para enfrentar o déficit de moradia indo além da construção de casas?

Barbara Szaniecki - Um dos autores que mais trouxe reflexões à questão do “direito à cidade” foi, sem dúvida, Henri Lefebvre¹. Em 1968 descrevia os limites da filosofia assim como das ciências para apreender a vida urbana. Essa, com efeito, requer uma apreensão que vai além de uma divisão por funções – moradia, trabalho, lazer e circulação – e, a partir dele, seus respectivos direitos.

O “direito à cidade” é tudo isso ao mesmo tempo e é muito mais. Devemos também reconhecer o mérito de Jane Jacobs² que, já em 1961, enfatizava a diversidade, as diferentes táticas para obtê-la e, assim, processos de inclusão bem mais complexos do que a mera construção de casas.

Anos mais tarde, David Harvey³ retoma as perspectivas abertas por Lefebvre e traz novos desafios em seu livro *Rebel cities* (título completo com subtítulo, editora, ano; tradução brasileira, editora, ano etc etc. A proposta de uma *urban revolution* é interessante na medida em que inclui as ocupações urbanas, no caso aquelas decorrentes da crise do *subprime* nos EUA, entre as formas de lutar. Ou seja, não basta construir

casas, é preciso mantê-las visto que a moradia é submetida a todo tipo de especulação, o que leva à experimentação de novas formas de lutas. Nisso, Harvey tem totalmente razão. Contudo, ao qualificar essas lutas como meramente “anticapitalistas”, Harvey parece ignorar o papel dos governos nos fenômenos que articulam especulação financeira com modos de urbanização que têm como consequências diretas os despejos.

Nesse sentido, é preciso afirmar que ocupações em geral e também as favelas resistem aos processos de especulação e expulsão pelo capital, pelos governos e pelo aparelho estatal. Enfrentar o déficit de moradia para além da construção de casas – construção que permanece necessária – passa, por exemplo, pelo reconhecimento desses modos de vida como potência da cidade que merece investimento em termos de projetos e políticas.

IHU On-Line - Que contribuições o design pode trazer para a inclusão das pessoas no espaço urbano? E, por outro lado, podemos falar em um “design que exclui”?

Barbara Szaniecki - Sim, o design é uma prática e também um campo de conhecimento que pode tanto incluir quanto excluir pessoas do espaço urbano. Contudo, como dissemos anteriormente, processos de inclusão e de exclusão estão em relação e operam por modulações. Falando mais concretamente: a partir das críticas e também das contribuições dissidentes que lhe foram

¹Henri Lefebvre (1901-1991): filósofo marxista e sociólogo francês. Estudou filosofia na Universidade de Paris, onde se graduou em 1920. (Nota da IHU On-Line)

²Jane Jacobs (1916-2016): foi uma jornalista e urbanista nascida nos Estados Unidos e com atuação política no Canadá. Dentre suas obras destaca-se *Morte e Vida de Grandes Cidades* (1961), na qual descreve sua pesquisa etnográfica comparando criticamente os problemas cotidianos nas metrópoles estadunidenses aos esquematismos dos seus planejadores urbanos. (Nota da IHU On-Line)

³David Harvey (1935): é um geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da IHU On-Line)

endereçadas nos anos 60 e 70, o planejamento urbano sofreu transformações por meio da incorporação de outros atores e de outros objetivos.

Nos últimos anos, prevaleceu um “planejamento estratégico” visando um desenvolvimento econômico atrelado ao empreendedorismo cultural e criativo. O design participou e segue participando desses processos e, neles, é denominado “design estratégico”. Sua flexibilidade resulta numa ambiguidade. No que diz respeito à renovação dos espaços urbanos, por exemplo, suas intervenções podem ser menores e menos traumáticas do que as grandes obras oriundas das parcerias público-privadas e, portanto, garantir a permanência da população local em suas moradias.

Por outro lado, essas intervenções geradoras de uma revitalização *soft* podem, ainda assim, acarretar exclusões por dificuldade da população local em se manter em espaços urbanos renovados e, portanto, submetidos à especulação imobiliária com valores globais. O design pode efetivamente articular inclusão e exclusão de modo sutil e, por esse motivo, sua participação é tida como central nas ditas “classes criativas” e “cidades criativas” – termos de Charles Landry⁴ e de Richard Florida⁵ respectivamente – cujo desenvolvimento econômico vem infelizmente causando o fenômeno social conhecido como *gentrification*. A ambiguidade não é, contudo, definitiva. Nas lutas urbanas, o designer pode e deve optar pela construção de vias e valores democráticos.

⁴ **Charles Landry** (1948): autor, palestrante e consultor internacional sobre o futuro das cidades mais conhecidas por popularizar o conceito de Cidade Criativa. Seu livro *A Cidade Criativa: Um Kit de Ferramentas para Inovadores Urbanos* tornou-se um movimento para repensar o planejamento, o desenvolvimento e a gestão das cidades. Ele presidiu vários júris de inovação urbana, incluindo o Prêmio Capital Europeia da Inovação - iCapital, Novas Inovações na Economia Criativa (NICE) e Atores para a Mudança Urbana. Ele é um membro da Robert Bosch Academy em Berlim. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Richard Florida** (1957): teórico norte-americano do Urbanismo. É licenciado em Ciências Políticas pela Universidade Carnegie Mellon, em Pittsburgh, mas a sua principal atividade acadêmica encontra-se associada à área de Economia Urbana. É professor da Rotman School of Management da Universidade de Toronto. (Nota **IHU On-Line**)

IHU On-Line - De que forma a ação do designer no espaço urbano pode influenciar na participação político-democrática?

Barbara Szaniecki - De modo geral, quando se associa design e espaço urbano, pensa-se numa atuação em termos de mobiliário urbano – bancos e luminárias, entre outros produtos – ou em termos de comunicação visual – cartazes, entre outras peças gráficas. Em momentos de mobilização social, o designer pode ser solicitado para a realização de peças maiores, como faixas e *banners*, e peças mais pervasivas, como campanhas para as ruas e para as redes. Contudo, com frequência, outras possibilidades de contribuição dos designers passam totalmente ignoradas.

Na descrição que o antropólogo David Graeber⁶ faz do movimento Occupy Wall Street⁷, por exemplo, vemos uma infinidade de possibilidades de atuação. Nas assembleias, a heterogeneidade dos grupos presentes torna extremamente difícil a articulação dos múltiplos pontos de vista em um encaminhamento comum. O designer teria um potente papel a desempenhar nessas circunstâncias por meio de um design do comum ou do *commoning*, isto é, do próprio processo de tomada de decisão articulando as várias percep-

⁶ **David Graeber** (1961): é um anarquista, antropólogo e professor de antropologia social, no Colégio Goldsmith da Universidade de Londres. Anteriormente foi professor associado na Universidade de Yale, instituição que, anteriormente, se negou a reconstruí-lo após o término de seu contrato em junho de 2007, assunto em torno do qual se apresentam controvérsias e cartas de apoio ao professor e de repúdio à decisão da diretoria da universidade. Graeber participa ativamente em movimentos sociais e políticos, protestando contra o Fórum Econômico Mundial de 2002 e o movimento *Occupy Wall Street*. Ele é membro do Industrial Workers of the World e faz parte do comitê da Organização Internacional para uma Sociedade Participativa. (Nota da **IHU On-Line**)

⁷ **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street): é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua, denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense *Adbusters*, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

ções dos participantes. E não apenas por meio da visualização dos processos – com cartografias e infográficos por exemplo –, como da condução aberta dos mesmos. Esses processos podem ser pensados e aplicados em âmbitos de movimentos e de governos com suas instituições, assim como nas articulações entre eles e, desse modo, influenciar na participação político-democrática. Uma democracia mais participativa e até mais direta demanda um redesenho dos próprios processos de decisão.

IHU On-Line — Em suas pesquisas, a senhora tem refletido sobre o controle que se exerce sobre os corpos através do design das cidades. Como se dá esse controle? Em que medida a exclusão de corpos em zonas periféricas de centros urbanos se constitui com parte desse controle?

Barbara Szaniecki - Na realidade, eu me aproprio de leituras de Michel Foucault⁸ para pensar o design como biopolítico. Em seus cursos de 77-78 e 78-79, a questão da biopolítica emerge com suas análises de transição de poderes: a modernidade não se caracteriza por um poder soberano – poder de fazer morrer ou deixar viver – e sim pelos mecanismos disciplinares e pelo controle. Operando sobre os corpos e as mentes, esses poderes modernos são, contudo, poderes de fazer viver, ou seja, poderes de aumentar as possibilidades de vida.

⁸ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde *A História da Loucura* até *A História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada *'História da loucura' e o discurso racional em debate*, disponível em <https://goo.gl/wjqFL3>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

Um dos exemplos trazidos por Foucault é o da vacinação. Em caso de doença, não se trata mais de confinar os indivíduos e sim prevenir o contágio da população por meio da vacina, assim permitindo a continuidade da sua circulação. Para além da saúde, Foucault aborda a segurança. E então cabe perguntar: segurança para quem? Como? A segurança para uns é insegurança ou mesmo morte para outros. Nada disso é evidente. E, de fato, a biopolítica é ambivalente.

Alguns autores a desdobram então em biopoder como poder sobre a vida – um poder que controla e constrange, restringe as possibilidades de atuação – e a biopolítica como potência da vida, da vida emancipada, da vida com sentido. O designer é sem dúvida um ator biopolítico. Se pensarmos na questão da segurança na cidade, por exemplo, ele pode participar das produções de artefatos, de arquiteturas, de espaços, de circuitos e de políticas que restringem ou, ao contrário, que ampliam a circulação dos corpos na cidade. O sentido democrático da sua atuação será construído na medida de suas articulações e envolvimento com os cidadãos.

IHU On-Line - O que as ocupações de espaços urbanos revelam sobre as desigualdades e resistências presentes nos contextos dos espaços urbanos?

Barbara Szaniecki - As ocupações estão relacionadas a um déficit de moradia, mas não apenas, e suas causas podem ser mais estruturais ou mais circunstanciais. No caso do *Occupy Wall Street*⁹, embora a ocupação focasse sua crítica na desigual-

⁹**Occupy Wall Street:** é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento continua denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense *Adbusters*, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

dade socioeconômica, o movimento também atacava o sistema financeiro e seu papel na crise do *subprime* que se arrastava desde 2007 – crise motivada pelos empréstimos hipotecários de alto risco que levaram à perda da moradia. Com o slogan “We are the 99%”, os ocupantes protestavam contra o 1% de privilegiados. Já nas cidades brasileiras, as ocupações de prédios centrais assim como as ocupações informais denominadas favelas indicam um problema estrutural de déficit de moradia. Ambas revelam nossas profundas desigualdades sociais, mas, ao mesmo tempo, indicam potentes processos de resistência. Nesse sentido, podemos comparar as perspectivas de dois autores: se para Mike Davis¹⁰, autor de *Planeta Favela*, as favelas são percebidas como local de risco e perigo para seus moradores – o que é em parte fato – e constituem por sua vez um perigo para o mundo, para Giuseppe Cocco¹¹, autor de *Mundobraz*, é preciso reconhecer o esforço realizado por gerações de retirantes em sua construção do espaço urbano e, nele, apreender o próprio sentido da construção da via democrática.

Ocupações e favelas são resistência aos mais variados processos de expropriação, mas são, sobretudo, constituintes do próprio direito à cidade. Não se trata de romantizar o fenômeno, mas de deixar de condená-lo como um todo e apostar em seus pontos vitais.

Na Esdi/UERJ, instituição de ensino superior na qual leciono e pesquisei, crescem os números de TCCs,

¹⁰**Mike Davis:** intelectual de origem operária, chofer de caminhão, é professor de urbanismo no Southern California Institut of Architecture e articulista da imprensa americana. É autor dos livros *Cidade de Quartz*. *Escavando o futuro de Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1990 e *Ecologia do Medo. Los Angeles e a fabricação de um desastre*. Rio de Janeiro: Record, 2001. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹**Giuseppe Cocco:** cientista político pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne), onde concluiu seu doutorado em História Social. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Cocco concedeu inúmeras entrevistas à **IHU On-Line**, entre as mais recentes, destacamos *A novidade da Lava Jato. Ataque ao modo de reprodução do patrimonialismo mafioso e neocolonial*, disponível em <http://bit.ly/2UpCsJ6>; e *O levante de Junho de 2013 atacou o "hard power" brasileiro*, disponível em <http://bit.ly/2CQYQRH>. (Nota da **IHU On-Line**)

dissertações de mestrado e teses de doutorado voltados para o design em favelas nos quais as práticas projetuais não são apenas contextualizadas como também questionadas e reelaboradas sob outros pontos de vista, inclusive os de estudantes moradores de comunidades.

IHU On-Line - Como se pode estabelecer uma relação entre um designer e o poder público, indo além da perspectiva da moradia, levando em conta também o direito à cidade?

Barbara Szaniecki - Vimos logo acima que o design pode contribuir para processos de decisão no seio de movimentos sociais e também de governos com suas instituições, em contextos de assembleias e também nos âmbitos da representação. O designer Carl Di Salvo¹² faz uma interessante distinção entre *political design* e *design for politics*. Para o autor, o político (*political*) diz respeito à dimensão de antagonismo que é inerente às relações humanas e, nesse sentido, *political design* é aquele que assume seu caráter político na medida em que opera nessas relações de corpos e ideias, em diferentes campos. O design é político, pois que lida continuamente com controvérsias e conflitos seja onde for, na esfera artística ou ainda num projeto educacional.

Já o *design for politics* é um tipo de design voltado para o desenho de políticas, isto é, de estruturas e mecanismos que permitem governar. O design é uma incrível ferramenta de governança cujo caráter democrático deve ser construído por meio de articulações entre associações, organizações da sociedade civil, movimentos, municipalidades e até os altos níveis de governo. Transformar a representação vertical por meio de articulações horizontais segue sendo um desafio para o designer em

¹²**Carl Di Salvo:** é PhD em Design pela Carnegie Mellon University de Pittsburgh, Pensilvânia, Estados Unidos. Di Salvo é professor assistente no The Georgia Institute of Technology. Sua pesquisa é focada em smart cities, mídia cívica, práticas emergentes de data science e o papel do design para a educação cívica. (Nota da **IHU On-Line**)

sua relação com o poder público. E este desafio se estende da questão da moradia para muito além dela, abrangendo as outras dimensões constitutivas do direito à cidade tal como formulado por Lefebvre: não apenas um direito de ida ao trabalho e de volta para o descanso em casa, e sim o direito de usufruto pleno da vida urbana. Trata-se, portanto, de uma produção de direitos por meio de uma cidadania ativa que tanto o *design político* quanto o *design para políticas* podem contribuir para ativar e articular.

IHU On-Line - Na sua pesquisa de doutorado, a senhora mergulhou na realidade da Ocupação Prestes Maia¹³, em São Paulo. A partir dessa experiência, no que consiste o espaço da ocupação? O que buscam e como vivem essas pessoas?

Barbara Szaniecki - Minha pesquisa não se deteve no espaço em si, e sim na análise da comunicação produzida pela Prestes Maia para se relacionar com a população do entorno, com as forças policiais, com a universidade, com os meios de comunicação, com o poder público e com a sociedade em geral. Assim, num primeiro momento, foram analisados os cartazes produzidos pelos moradores e por coletivos de artistas e designers que se juntaram a eles. Num segundo momento, foram analisados não apenas os cartazes como também outras formas de produção visual em sua circulação pela cidade por ocasião de manifestações e performances artísticas.

O que me interessava era a capacidade dessas produções afetarem outros cidadãos e gerarem articulações heterogêneas, associações efêmeras, agenciamentos das singularidades, em suma, uma estética-política da multidão. Ao longo desse processo de doutoramento, percebi quão po-

tentes são esses movimentos de ocupação e o quanto colocam em xeque muitos de nossos modos de conceber as cidades e, sobretudo, de viver juntos nos espaços urbanos. Mais uma vez, não se trata de romantizar e sim de problematizar, procurando entender a violência que caracteriza as cidades brasileiras à luz – ou à sombra – da violência do projeto urbano.

“Talvez seja nas ocupações que mais podemos nos dar conta de que projetos democráticos de cidade dependem de processos de cidadania”

IHU On-Line - Que legado as experiências das ocupações podem deixar para a cidade, desde a perspectiva política até a urbanística?

Barbara Szaniecki - Em primeiro lugar, eu perguntaria: que legado os grandes projetos de revitalização urbana têm deixado para as cidades brasileiras? Não se trata de negar a necessidade de renovação de infraestruturas ou de inovação em termos de equipamentos culturais, muito pelo contrário, elas são necessárias à vitalidade urbana. Mas a aceleração em nome do “desenvolvimento” tem trazido danos percebidos como irreversíveis pelos cidadãos, incluindo violentos despejos. No Rio de Janeiro, uma boa parte dos equipamentos construídos ou reformados para os megaeventos encontram-se deteriorados e até abandonados. A população não se beneficia e ainda paga a conta de uma cidade falida, sem falar no próprio Estado. Perdemos.

Podemos então, em segundo lugar, aventar e mesmo afirmar que as ocupações requerem e produzem um outro projeto de cidade e de cidadania. Em termos de projeto de cidade, o senso comum costuma distinguir “design” de “planejamento urbano” por questões de escala (micro ou macro) e por questões de perspectiva (*bottom-up* ou *top-down*). Isso é em parte verdadeiro, mas nada é tão simples assim. Recentemente, o “estratégico” os uniu: planejamento estratégico e design estratégico se tornaram inseparáveis entre si e inseparáveis de projetos de desenvolvimento. Não sei se no campo do planejamento urbano existe vontade de descolar o projeto de cidade do projeto de desenvolvimento, mas, no campo do design, é possível observar propostas que procuram valorizar os processos em curso antes de estabelecer qualquer plano.

Para além do problema do desenvolvimento, que já não é pequeno, é preciso entender um outro aspecto do “design”. Ele pode ser delimitado como campo de práticas e conhecimentos e, ao mesmo tempo, atravessar outras práticas e conhecimentos. Na economia e nas políticas, ele é, portanto, tanto “setor” quanto “vetor”, e assim entendido, ele não é necessariamente micro ou macro, *bottom up* ou *top-down*. Ele opera de diversas maneiras, com grande capacidade de articular as diversas escalas e perspectivas. Cabe ao designer fazer opções éticas junto aos atores presentes. Talvez seja nas ocupações que mais podemos nos dar conta de que projetos democráticos de cidade – das cidades concêntricas de outrora às metrópoles policêntricas da contemporaneidade – dependem de processos de cidadania – em assembleias nas praças, nas associações das comunidades ou em outros âmbitos ainda.

Hoje, para além das ocupações explicitamente relacionadas à moradia e a partir das experiências Occupy a nível global, o legado que temos é a convicção de que é preciso ocupar os espaços da cidade e de cidadania, e que o que precisamos efetivamente desenvolver são novas ferramentas e habilidades. ■

¹³Ocupação Prestes Maia: é um prédio de 21 andares ocupado por aproximadamente 1500 pessoas, de mais de 450 famílias, no centro de São Paulo, na rua Prestes Maia, nº 911. O edifício que abrigava uma fábrica têxtil foi abandonado nos anos 1980 e desde 2010 tem sido ocupado para moradia. (Nota da IHU On-Line)

Referências

COCCO, Giuseppe. *Mundobraz: O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DI SALVO, Carl. *Adversarial Design*. Cambridge (Massachussets), London (England): The MIT Press, 2015.

GRAEBER, David. *Um projeto de democracia – uma história, uma crise, um movimento*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HARVEY, David. *Rebel cities – from the right to the city to the urban revolution*. London, New York: Verso, 2012.

JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: Vintage Books, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2010.

SZANIECKI, Barbara. *Disforme contemporâneo e design encarnado: outros monstros possíveis*. São Paulo: Annablume, 2014 (acessível em: <https://uerj.academia.edu/Barbaraszaniecki>).

Leia mais

- **Autonomia política e ativismo estético: outras formas de pensar a representação política.** Entrevista especial com Barbara Szaniecki, publicada nas Notícias do Dia de 08-06-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://twixar.me/ptdK>.

- **Monstro e multidão: a estética das manifestações.** Entrevista especial com Barbara Szaniecki, publicada nas Notícias do Dia de 18-03-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://twixar.me/NtdK>.

- **A metrópole monstro e sua multiformance em busca de outro mundo possível.** Reportagem sobre conferência com Barbara Szaniecki, publicada nas Notícias do Dia de 10-06-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://twixar.me/CtdK>.

Ciclo de Estudos
A China e o mundo
 A (re)configuração geopolítica global

07 de maio de 2019
 Campus Unisinos São Leopoldo
 e Porto Alegre

Por uma cidade de todos, para além do patrimonialismo

Cristiano Schumacher aborda a questão das ocupações por moradia digna a partir da perspectiva de quem vive o movimento desde dentro e relata experiências, acertos e erros na luta

Ricardo Machado

As políticas públicas de habitação, construídas por meio de um longo processo de tensionamentos e negociações entre os movimentos de moradia e o Estado, tornaram-se sementes que resistem a brotar na aridez do tempo presente. “Estamos em uma situação muito dramática, com uma tendência de aumento do déficit habitacional e dos despejos. O que vivemos agora é uma terra arrasada”, lamenta Cristiano Schumacher, membro da direção estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. “O atual governo simplesmente acabou com o Ministério das Cidades, incorporando ao Ministério da Integração Social os assuntos da moradia, do transporte e do saneamento”, complementa.

De acordo com Schumacher, o orçamento necessário para resolver a questão da moradia no Brasil seria de R\$ 2,2 bilhões, mas o valor previsto é de somente R\$ 400 milhões. Depois das políticas públicas de habitação do Banco Nacional da Habitação - BNH, durante o regime militar, um programa que era restritivo em termos de acesso à moradia, o Minha Casa Minha Vida acabou se tornando um programa de caráter mais amplo. A modalidade “Entidades” do Minha Casa Minha Vida foi uma experiência, apesar de pequena em comparação aos recursos destinados às empreiteiras, interessante para mobilização dos movimentos sociais. “As entidades brigaram muito para operar uma faixa

em que o volume era pequeno, já que o programa contratava um milhão de casas por ano e apenas 30 a 40 mil eram por meio do Minha Casa Minha Vida Entidades, realizado por autogestão das comunidades”, pontua. “Isso implica que a comunidade desenvolve todo um processo de organização das famílias e de discussão sobre cooperativismo, sobre a concepção do bairro – de como serão os serviços públicos em torno da região. Assim a comunidade se apresenta na Caixa Federal, faz gestão, faz pressão para liberar os recursos”, explica.

“Estamos tratando de um momento muito difícil do país, com o crescimento de um pensamento extremamente estranho à história do Brasil, que gera violência, exclusão social e segregação entre as pessoas. Entretanto é um momento em que precisamos construir unidade entre o povo, solidariedade para superar esse tempo e reconstruir um projeto nacional, pensar uma cidade justa para todos, onde todos estejam incluídos”, propõe.

Cristiano Schumacher faz parte da direção estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM. Foi secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano em Cachoeira do Sul, entre 2012 e 2015. Trabalhou no governo Olívio Dutra na Secretaria da Habitação, no período 1999 a 2001. Formou-se em técnico agrícola no Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como você definiria a situação das ocupações no Rio Grande do Sul atualmente?

Cristiano Schumacher – Não só no Rio Grande do Sul, mas no país todo, era para estarmos comemorando os dez anos do Minha Casa Minha Vida, mas o

cenário que temos é o incêndio em São Paulo e a morte das pessoas¹. Estamos

¹ Ocupação Favela do Cimento: no dia 23 de março de

“Hoje seriam necessários apenas 2,2 bilhões para resolver a questão da moradia, mas o governo tem orçado somente 400 milhões”

em uma situação muito dramática, com uma tendência de aumento do déficit habitacional e dos despejos, e com o fim da política pública habitacional que vinha sendo construída com muita dificuldade, mas que nos últimos 15 anos vinha ocorrendo de forma crescente. Tratava-se de uma política pública de interesse social, que passou pelo programa de subsídio à habitação, pelo crédito solidário, pelo uso de recursos do FGTS para o Minha Casa Minha Vida. Isso tudo produziu quase cinco milhões de unidades, mas de 2015 para cá o programa não funciona, todas as tratativas e negociações estão ameaçadas e a pobreza cresce numa velocidade extraordinária nas periferias e nas ocupações. É nesse território, onde moram aqueles que foram excluídos da cidade, que bate primeiro a miséria e a pobreza. É uma situação grave com tendência a piorar. Estamos trabalhando na conscientização das famílias para resistir a esse momento e fortalecer a organização.

IHU On-Line – Essas mobilizações em torno da moradia digna remontam de modo mais recente à década de 1990...

Cristiano Schumacher – Sim, mas é importante separar minha experiência pessoal da experiência da classe trabalhadora, que é muito antiga e remonta à história dos

primeiros quilombos, que é uma experiência de resistência daqueles que nunca tiveram acesso à terra e ao território. Em vários momentos da história do Brasil, nos anos 1950 e 1960, há movimentos envolvendo arquitetos, organizações populares, entidades que falam de reforma urbana, mas que foram interrompidos pelo Golpe Civil-Militar, de 1964. Depois do regime ditatorial, volta a ocorrer, em todo o país, um conjunto de mobilizações, em função da falta de política habitacional e da pobreza da população. Isso porque durante a ditadura, o programa que existia era do Banco Nacional da Habitação - BNH, que exigia um padrão de renda e salário que a maioria dos trabalhadores, naquele momento, não tinha. Isso foi desencadeando uma série de ocupações apoiadas por setores importantes da Igreja Católica, que queriam dar suporte a esse povo, e de ONGs de apoio à moradia, o que foi criando o caldo para a construção das entidades nacionais de reforma urbana como conhecemos hoje, como, por exemplo, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, a União Nacional de Moradia Popular - UNMP, a Central dos Movimentos Populares - CMP e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST.

Toda essa movimentação, que tem início nos anos 1990, começa a se articular para fazer ação organizada nacionalmente e propor políticas públicas. Há uma experiência na Constituição que propõe leis relacionadas ao usucapião urbano e à função social da propriedade, o que vai, depois, desenrolando na proposição

do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, uma iniciativa do movimento popular, com milhares de assinaturas.

De um lado, o movimento pela moradia exerceu o direito da ação direta quando a moradia era negada, com as ocupações, mas também pressionando o poder público, brigando com prefeito, deputado, governador, por meio da apresentação de proposta de políticas públicas de habitação, de regularização fundiária. Esse processo tem o ápice na criação do Ministério das Cidades, no Conselho Nacional das Cidades, com suas secretarias de saneamento, transporte e mobilidade urbana. Aqui no Rio Grande do Sul já existia a Secretaria Estadual de Habitação, o Conselho Estadual e boa parte dos municípios já tinham conselhos e, inclusive, alguns tinham secretarias.

Finalmente, nos anos 2000 foi publicado o Estatuto das Cidades. Então havia se construído um arco legal de garantia da moradia como um direito, que foi incluído na Constituição Federal como direito fundamental, consolidando-se programas. O que vivemos agora é uma terra arrasada. Durante todo esse período, nesse resgate de mais ou menos 30 anos, mesmo com o poder público produzindo alguma coisa, o déficit habitacional nunca baixou de 7% da população. Imagina agora com o governo anunciando o fim dessas políticas públicas e desses subsídios. Viveremos um momento muito difícil e de muita resistência.

Levando em conta a minha história, creio que vamos viver como

2019, um incêndio na Favela do Cimento, no entorno do Viaduto Bresser, na Zona Leste de São Paulo, vitimou fatalmente um homem. As causas do acidente não foram apuradas, mas suspeita-se de que se tratou de um incêndio criminoso. No dia seguinte ao incêndio estava prevista e foi realizada uma reintegração de posse da área. Todas as casas da ocupação queimaram. No local havia mais de 200 pessoas morando. (Nota da **IHU On-Line**)

no início dos anos 1990, com muita gente desempregada, sem condições de pagar luz e água, com trabalho precarizado, tendo que trabalhar somente para trazer o que comer, porque muitos e muitos trabalhos serão insuficientes para pagar o aluguel.

Ocupação Santa Marta

Eu sou da Ocupação Santa Marta, em Santa Maria, em uma área que era da Cohab, no antigo sistema do BNH, onde os moradores mais pobres não tinham acesso a essa moradia. Era uma fazenda do Governo do Estado que foi ocupada por famílias em dezembro de 1991. Nesse momento eu estava lá e acompanhava o movimento, mas passei a atuar de maneira mais orgânica nos anos de 1995 e 1996. A Santa Marta foi uma das comunidades que, ao longo do tempo, aprendeu a lutar, a construir política pública e a fincar pé na estrada. Aprendeu a brigar politicamente com as autoridades e a exigir política pública para avançar. Se formos resgatar na história, a Santa Marta foi uma das poucas comunidades que precisou brigar muito para ser incluída no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, pois se tratava de uma área estadual e, na época, a governadora Yeda Crusius² não tinha nenhuma preocupação com os mais pobres.

Foi oferecido, pela União, um empréstimo para fazer as obras na ocupação, que tem mais de cinco mil famílias, com aproximadamente 150 hectares de área. Ao longo do tempo, as famílias conquistaram uma escola municipal, uma escola estadual e há, atualmente, uma obra de um centro de lazer, que seria uma praça da juventude, uma creche que ainda não está concluída, além de asfalto, esgoto, água.

Isso é resultado de muita luta, da permanência da organização e da comissão de moradores das sete vilas que estão envolvidas. Em 2007 toda essa população foi trancar es-

trada para exigir que o município e o prefeito conseguissem o empréstimo para efetivar as obras. Isso tudo nos mostra que as políticas acontecem quando o povo luta.

O momento atual exige luta, não exatamente pelas políticas públicas, mas para resistirmos ao momento que estamos vivendo. Trata-se de pessoas que trabalham para manter a riqueza do Estado e ele tem obrigação de devolver o mínimo de políticas públicas. Já aprendemos que saúde é direito, por isso batemos na porta do prefeito para reclamar do posto de atendimento, e, se não resolvemos, vamos à justiça e mandamos cumprir o direito à saúde; a mesma coisa em relação à educação – imagina uma criança ficar sem acesso à escola. Mas ainda temos que aprender a lutar pelo número imenso de pessoas que têm o direito à moradia negado e não há mobilização do judiciário em relação a isso. Deveríamos nos importar com as pessoas que vivem à própria sorte na beira da calçada.

“Se a política atual continuar, vamos nos tornar, em breve, um país de velhos abandonados nas calçadas”

IHU On-Line – Como está sendo a articulação dos movimentos de moradia com o fim do Ministério das Cidades?

Cristiano Schumacher – Desde a destituição de Dilma Rousseff³,

uma das medidas do Temer⁴ – que foi preso de uma maneira meio estranha, pois já deveria ter sido preso há muito tempo – foi cancelar o mandato dos conselheiros das cidades, que era uma experiência extraordinária com o Conselho Nacional das cidades, o qual reunia o setor público em todas as esferas e as entidades civis que defendiam a moradia e a reorganização urbana. Isso vinha funcionando e houve até uma ação civil pública contra o governo, pela manutenção dos mandatos e restauração do Conselho. O atual governo simplesmente acabou com o Ministério das Cidades, incorporando ao Ministério da Integração Social os assuntos da moradia, do transporte e do saneamento.

No começo de março, todos os movimentos de reforma urbana, rural e aqueles que tratam da questão da habitação realizaram uma articulação de quadros com 300 lideranças, em Brasília, para realizar pressão e tentar abrir um canal de comunicação com o governo federal. Fomos recebidos pela Secretaria Nacional de Habitação, mas o ministro não nos recebeu. O Congresso abriu, a partir do deputado Marcon⁵ e da bancada que trata do desenvolvimento urbano, espaço para uma audiência, onde se tentou, minimamente, propor aos parlamentares que fizessem alteração no orçamento e pressionassem o governo para deslocar recursos para rubrica da

No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Michel Temer** [Michel Miguel Elias Temer Lulia] (1940): político e advogado nascido em Tietê (SP), ex-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Foi presidente do Brasil entre 2016 e 2018 após a deposição por impeachment da presidenta Dilma Rousseff naquilo que inúmeros setores nacionais e internacionais denunciam como golpe parlamentar. Foi deputado federal por seis legislaturas e presidente da Câmara dos Deputados por duas vezes. Em março de 2019 foi preso durante a Operação Lava Jato. Quatro dias após a prisão conseguiu um *habeas corpus* que o permitiu sair do cárcere. Segue sendo investigado. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Dionilo Mateus Marcon** (1964): é um agricultor e político brasileiro. Filiado ao Partido dos Trabalhadores – PT, foi eleito para a Câmara de Deputados Federais em 2014 e 2018, onde atualmente é parlamentar. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Yeda Rorato Crusius** (1944): é uma economista e política brasileira. Foi governadora do estado do Rio Grande do Sul entre 2007 e 2011, sendo filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, eleita duas vezes presidente do Brasil. Seu primeiro mandato iniciou-se em 2011 e o segundo foi interrompido em 31 de agosto de 2016. Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela.

habitação, porque o que se sabe é que não há verbas nem para manter as obras em andamento.

Hoje seriam necessários apenas 2,2 bilhões para resolver a questão da moradia, mas o governo tem orçado somente 400 milhões. É um cenário bem complicado.

IHU On-Line – Um dos principais cortes foi no Minha Casa Minha Vida nível 1, correto...

Cristiano Schumacher – Exatamente. Há ainda alguma operação na *faixa 1,5 e 2*, em um patamar que sequer cobre as despesas administrativas. Vale dizer que o *nível 1* é a porta de entrada do programa, aquele de corte mais universal, em que se subsidiam 90% da moradia da pessoa, para famílias que recebem até R\$ 1,8 mil, para produzir uma casa, pagando prestações ao longo de dez anos com 10% de sua renda. A faixa 1,5 do programa atende famílias com renda de R\$ 1,8 mil até R\$ 2,6 mil para imóveis de até R\$ 200 mil, com subsídio de até R\$ 29 mil. A faixa 3 é para imóveis acima desse valor, para pessoas que têm plenas condições de financiar um valor alto.

IHU On-Line – O que é o Minha Casa Minha Vida Entidades?

Cristiano Schumacher – O movimento popular na fase de luta, de ocupação e de resistência foi construindo muitas possibilidades para enfrentar o problema da moradia, inclusive antes da invenção do Minha Casa Minha Vida, com experiências de autogestão, empreendimento solidário, o que remonta à história dos mutirões, do pessoal fazer casa de solo-cimento, construção com pequenos financiamentos, quando havia um programa no Rio Grande do Sul de subsídios para habitações de interesse social. Isso tudo passava por cooperativas, até que finalmente veio o Minha Casa Minha Vida.

As entidades brigaram muito para operar uma faixa em que o volume fosse pequeno, já que o programa contratava um milhão de casas por ano e apenas 30 a 40 mil eram por meio do Minha Casa Minha Vida Entidades, realizado por autogestão das comunidades. Isso implica que a comunidade desenvolve todo um processo de organização das famílias e de discussão sobre cooperativismo, sobre a concepção do bairro – de como serão os serviços públicos em torno da região. Assim a comunidade se apresenta na Caixa Federal, faz gestão, faz pressão para liberar os recursos, e a própria comunidade que será beneficiária da obra constitui comissões de fiscalização, gestão financeira e vai pagando conforme o andamento da construção. O resultado é extraordinário se comparado à produção do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, que é empresarial, produz muita unidade habitacional, mas tem um problema de pertencimento. Isso porque são famílias de lugares diferentes que passaram por um sorteio e que passam a ser vizinhas de apartamento, então são pessoas que se conheceram no dia em que receberam as chaves. Já no processo com as entidades, as pessoas se conhecem desde o início, o que vai gerando cidadania, engajando nos processos de mobilização, gerando capacidade de constituir vários projetos. Em Rio Grande, por exemplo, no Sul do Estado, há um consórcio de três cooperativas de uma área que foi doada pelo governo federal, durante a gestão da ex-presidenta Dilma, e com apoio importante da prefeitura, para a construção de 1.200 apartamentos e 240 casas.

IHU On-Line – Essas experiências não deslocam tanto as pessoas de seus lugares na cidade...

Cristiano Schumacher – Exatamente, é uma outra lógica. Outro tipo de aproveitamento do solo urbano, com função social. Na dinâmica das empreiteiras, da construção civil tradicional, lembrando, por exemplo, do modelo Restinga, em

Porto Alegre, joga-se o bairro para bem longe da cidade, o que obriga o poder público a cobrir as áreas intermediárias entre o centro urbano e as periferias, supervalorizando essas áreas intermediárias e facilitando a especulação imobiliária de terrenos.

Se a moradia não for reconhecida como um direito, com a reforma da Previdência em curso as coisas vão ficar muito complicadas. Se a política atual continuar, vamos nos tornar, em breve, um país de velhos abandonados nas calçadas.

“Isso significa fazer com que essas pessoas percebam que são protagonistas do processo histórico em que estão inseridas”

33

IHU On-Line – Com sua experiência na militância, quais as principais dificuldades que as pessoas que moram em ocupações enfrentam?

Cristiano Schumacher – As dificuldades são de toda ordem. Por mais que exista, de um lado, uma libertação do aluguel, da pressão de ter que deixar de comer para vestir um filho, as pessoas sofrem todo tipo de privação, não têm direito a saneamento, água, luz elétrica, mesmo querendo pagar pelo serviço. O que está em jogo não é uma briga com a companhia elétrica, mas pela posse de área social para que haja uma política pública.

Além disso, há todo tipo de situação, preconceito, histórias de pessoas que são discriminadas pelo barro no sapato. É comum não terem empregos porque não têm como comprovar o endereço, e as ocupações têm dificuldades de serem incluídas nos serviços públicos dos bairros – saúde, segurança, educação; são vários direitos violados. Apesar de tudo isso, a ocupação segue sendo um ato de dignidade daqueles que não querem ir para a calçada.

Tudo seria diferente se as pessoas tivessem condições de abrigar suas famílias e planejar suas vidas. É muito mais barato para o Estado garantir isso do que gastar com as consequências geradas pela desagregação, exclusão territorial, segregação social etc.

IHU On-Line – Ao longo da sua caminhada, que estratégias de articulação política se mostraram mais eficazes na luta pela moradia?

Cristiano Schumacher – A fundamental, aquela que pode servir de alicerce para tudo, é a construção do poder popular, da organização das pessoas e do engajamento social. Significa fazer com que essas pessoas percebam que são protagonistas do processo histórico em que estão inseridas. Isso passa por entender que juiz não é alguém superior, que prefeito, deputados não são pessoas superiores e que os problemas são reais e resultado de uma estrutura de classe, cuja mudança requer que as pessoas briguem por isso.

Quando isso acontece e as comunidades se organizam efetivamente, os processos avançam. É por isso que os mais organizados são aqueles que conseguem garantir os direitos e são “escolhidos” pelo Estado. O fundamental, levando em conta minha experiência, é que as conquistas vêm da organização do poder popular, porque assim as pessoas se empoderam, se fortalecem e tomam consciência da

própria situação. Isso é genial, é a insurreição de quem não quer ficar na calçada, esse é um momento de libertação muito importante.

“Viveremos um momento muito difícil e de muita resistência”

IHU On-Line – Como lidar com o poder público – prefeitura, judiciário, polícia?

Cristiano Schumacher – É preciso saber quem está a favor dos moradores e quem não está, e isso não é uma coisa simples, quando se trata da prefeitura e do judiciário. Quanto à polícia, ela é o braço armado do Estado. Serve, infelizmente, para proteger os ricos. A violência nos despejos é, tão somente, decorrência desta visão de mundo. Além disso, tem o papel de reprimir qualquer possibilidade de manifestação popular contra o Estado. O termo “polícia militar”, para nós das ocupações, significa violência nos processos de reintegração de posse. Infelizmente esse é o papel da corporação, quando, na verdade, deveria ser o de defender as comunidades e a cidadania.

Existem, no judiciário, juízes e procuradores que são progressistas, além de outros setores do Ministério Público e das Defensorias, assim como vários operadores do Direito que são sensíveis às questões de moradia, que reconhecem esse direito e ajudam a construir normas e ações que são importantes. Mas, grosso modo, à primeira vista, sempre que surge na mesa de um juiz um pedido de reintegração de posse de um proprietário rico, na maioria das vezes tem o parecer favorável, mesmo que a propriedade não cumpra a função social. O paradigma do patrimonia-

lismo continua muito forte na mentalidade do judiciário, que ignora a outra ponta do processo, onde está uma população que luta pelo mínimo de dignidade.

Veja que não se trata de expropriação compulsória, como prevê a lei, mas de o Estado comprar as áreas, ou as famílias captarem recursos para indenizar os proprietários. Há um imaginário de que as pessoas das ocupações fazem esbulho possessório como se quisessem roubar alguma coisa, mas se trata de ocupação em que as pessoas tentam sobreviver e implantar políticas públicas de habitação, indenizando os proprietários com um valor justo, não da especulação imobiliária, garantindo também o direito à moradia. O que deveria ser ilegal é que o interesse de uma pessoa sobreponha o interesse da cidade ou, pelo menos, de uma boa parte da cidade.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Cristiano Schumacher – Estamos tratando de um momento muito difícil do país, com o crescimento de um pensamento extremamente estranho à história do Brasil, que gera violência, exclusão social e segregação entre as pessoas. Entretanto é um momento em que precisamos construir unidade entre o povo, solidariedade para superar esse tempo e reconstruir um projeto nacional, pensar uma cidade justa para todos, onde todos estejam incluídos. Precisamos provocar a academia, os estudantes, os trabalhadores a pensarem que cidade queremos construir, como desejamos viver os próximos 50 anos. Queremos viver em uma cidade onde precisamos desviar das pessoas nas calçadas ou em uma cidade onde todos estão incluídos? Precisamos pensar uma cidade onde as crianças possam ir tranquilas para a escola, onde as pessoas têm trabalho, e que possamos ter coisas básicas, como oportunidade de moradia, lazer, estudo. As pessoas têm que decidir sobre isso e sobre muitas coisas que temos que construir pela frente. ■

Ciclo de Debates Políticas Públicas no atual contexto Brasileiro

Desafios e possibilidades para a democracia

agexcom
UNISINOS

11 de março a
25 de abril de 2019

Local: Campus
Unisinos São
Leopoldo e
Porto Alegre

ihu.unisinos.br/eventos



Apesar dos avanços da legislação, direito de propriedade ainda prevalece sobre o direito à moradia

Cristiano Müller observa que, quando há embate entre um grupo que ocupa área devoluta em busca do direito à moradia e o proprietário do terreno, o segundo sai vitorioso

Wagner Fernandes de Azevedo | Edição: João Vitor Santos

Não se pode descolar do debate acerca das ocupações urbanas a discussão em torno do direito à moradia. Mesmo assim, muitos insistem em julgar famílias que ocupam uma área abandonada para ali erguerem seus tetos. Por trás disso está o valor excessivo que a sociedade dá à propriedade privada e, assim, vê a busca por moradia como uma ameaça aos seus direitos. “As ocupações urbanas no Brasil se caracterizam basicamente pela espontaneidade. São grupos de pessoas que estão em estado de vulnerabilidade social, sem condições de pagar aluguel, ou que vivem em casas de parentes e que, em virtude da existência de um vazio urbano na cidade, que pode ser um prédio ou uma área de terras abandonada, passam a ocupá-lo de modo precário, sem qualquer infraestrutura, na esperança de que um dia aquele espaço seja sua moradia”, explica o advogado Cristiano Müller. Na fala de Cristiano, fica clara a necessidade de se derrubar o mito de que essas famílias vão sufocar o direito de alguém, quando, na verdade, buscam apenas o seu.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o advogado, que atua na área habitacional e de direitos humanos, destaca que a legislação tem avançado no sentido de assegurar o direito a um teto para toda família. “O Código Civil Brasileiro, a partir da reforma de 2002, recepciona todos esses instrumentos e avança mais ainda para a ‘desapropriação por abandono’, ‘função socioambiental da propriedade’, entre outros”, exemplifica. Entretanto, aponta que, na prática, a realidade é outra. “Quando está em jogo o conflito

entre o direito de propriedade e o direito à moradia se joga tudo isso fora e se fica com a lei processual civil que, mesmo com a reforma de 2015, ainda deixa fortalecido o direito do proprietário de despejar o ocupante”, pontua. E acrescenta: “vem também a criminalização dos movimentos sociais”.

Para Cristiano, diante dessa realidade, a saída possível é “buscar outros campos de mediação que tenham uma perspectiva de direitos humanos”. Ou seja, equalizar tanto o direito de quem busca uma casa, como de quem quer assegurar sua propriedade. Assim, o advogado desafia a encarar a falta de moradia, pois “fato é que as pessoas não desaparecerão após um despejo. O máximo que pode ocorrer é ocuparem uma outra área abandonada que provavelmente será de risco e sem cumprir função social”.

Cristiano Müller possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e doutorado em Direitos Humanos e Desenvolvimento pela Universidad Pablo de Olavide, de Sevilha, Espanha. Ainda realizou estágio pós-doutoral na PUCRS. Atualmente é coordenador jurídico do Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES e atua como conselheiro estadual de Direitos Humanos no Rio Grande do Sul.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 27-03-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2U710Wx>.

Confira a entrevista.

“A prática demonstra que as ocupações espontâneas são muito maiores que as áreas ocupadas de modo organizado e por movimentos sociais”

IHU On-Line – Como se caracterizam as ocupações no Brasil? Quais são as regiões com maior déficit habitacional?

Cristiano Müller — As ocupações urbanas no Brasil se caracterizam basicamente pela espontaneidade. São grupos de pessoas que estão em estado de vulnerabilidade social, sem condições de pagar aluguel, ou que vivem em casas de parentes e que, em virtude da existência de um vazio urbano na cidade, que pode ser um prédio ou uma área de terras abandonada, passam a ocupá-lo de modo precário, sem qualquer infraestrutura, na esperança de que um dia aquele espaço seja sua moradia. Muitas vezes, esses espaços se localizam em áreas de risco.

A prática demonstra que as ocupações espontâneas são muito maiores que as áreas ocupadas de modo organizado e por movimentos sociais. Essas ocupações passam por um processo agudo de desqualificação. Primeiro, a desqualificação da posse, já que não há nenhum tipo de titulação jurídica que garanta a permanência das famílias no local ocupado, apesar de haver casos de ocupações com mais de 100 anos de posse e que até hoje não foram regularizadas pelo poder público. Mesmo assim, as pessoas que vivem nesses espaços muitas vezes são despejadas em processos de reassentamentos sem garantia de direitos.

Essa falta de titulação é usada pelo poder público como justificativa para não levar aos moradores de uma ocupação os serviços públicos mais básicos, como energia elétrica,

água, arruamento, assistência social, entre outros. Mais ainda: essa falta de titulação (regularização fundiária) desqualifica também os moradores de uma ocupação que são tratados como subcidadãos de direito e lhes é negada diariamente cidadania porque vivem numa área ocupada (invadida).

Assim, acabam deixando de matricular as crianças na rede de ensino, ficam sem atendimento em posto de Saúde. Em alguns casos são, inclusive, vítimas de violência policial ou do proprietário da área ou até mesmo vítimas de violência do Estado quando sofrem uma ação de reintegração de posse determinada pelo Poder Judiciário, com uso de força para demolição das moradias e de prisão para quem resistir à ordem dada.

Sudeste

Não há dúvidas de que a região Sudeste do Brasil é a que concentra maior número de ocupações. Isso se dá em função do maior número do déficit habitacional. Porém, esse dado deve ser levado em conta com o número de habitantes de uma cidade.

IHU On-Line — Quais têm sido os ataques e ameaças aos movimentos de moradia? Como essas práticas se convertem em um processo de criminalização? Quais os desafios para superar esse cenário?

Cristiano Müller — Os ataques aos movimentos sociais de moradia surgem justamente quando estes movimentos tentam mediar uma

situação de grave violação dos direitos humanos, como é, por exemplo, uma ameaça de despejo. No Brasil, é muito curioso, pois existe uma legislação urbana consolidada (ao menos no texto da lei) que prevê a moradia como direito fundamental social (art. 6º da Constituição Federal), a aplicação da função social da propriedade através de instrumentos, mecanismos e diretrizes estatuídas pelo Estatuto da Cidade e pelos Planos Diretores das Cidades.

Além disso, o Código Civil Brasileiro, a partir da reforma de 2002, recepciona todos esses instrumentos e avança mais ainda para a “desapropriação por abandono”, “função socioambiental da propriedade”, entre outros. Porém, quando está em jogo o conflito entre o direito de propriedade e o direito à moradia se joga tudo isso fora e se fica com a lei processual civil que, mesmo com a reforma de 2015, ainda deixa fortalecido o direito do proprietário de despejar o ocupante. Seguido a isso vem também a criminalização dos movimentos sociais com o crime de esbulho possessório contra os ocupantes da área ou ainda verificação de crimes ambientais, se for o caso.

A única possibilidade de se superar um cenário grave como esse é buscar outros campos de mediação que tenham uma perspectiva de direitos humanos. Em alguns casos, o Poder Judiciário parece se dar conta disso quando estabelece limites para o cumprimento de uma ordem de despejo, quando estabelece uma mediação para uma ação que pode redundar no despejo dos ocupantes.

Fato é que as pessoas não desaparecerão após um despejo. O máximo que pode ocorrer é ocuparem uma outra área abandonada que provavelmente será de risco e sem cumprir função social.

IHU On-Line — Como os movimentos de luta pela moradia podem contribuir para diminuir as desigualdades urbanas?

Cristiano Müller — Os movimentos sociais de moradia já exercem um grande papel nesse ponto. Veja-se que as Ocupações Urbanas vivem num processo de desqualificação total e de subcidadania impostas pelo mercado imobiliário e pelo poder público. Pois os movimentos sociais e as organizações não governamentais que dão apoio a essas ocupações tratam de dar visibilidade para essas pessoas e coletivos garantindo que sejam ouvidas ao menos, que seja resgatada a humanidade das ocupações quebrando esse processo de desqualificação da posse e das pessoas. Esses atores são importantíssimos porque têm capacidade de articulação e de colocar na pauta do poder público o problema da moradia e de uma determinada ocupação, tornando o problema visível e procurando soluções que garantam os direitos humanos.

IHU On-Line — Em que medida podemos afirmar que o Estado se furta a cumprir a Constituição Federal no que diz respeito às garantias de moradia? Como superar os “limites” impostos pela especulação imobiliária?

Cristiano Müller — A resposta para essa pergunta remonta a todo o processo trágico de tomada do território brasileiro pelos europeus e a conseqüente desorganização urbana que daí se sucedeu. Nunca se pensou nas cidades como um espaço de usufruto comum, e sim numa compartimentação de classes sociais em que uns tinham mais direitos que outros. Lamentavelmente, isso persiste até hoje. É urgente a necessidade de se resgatar o sentido

de cidade comum para todos e todas e não somente as cidades para usufruto de um grupo específico.

Como garantir moradia para pessoas em estado de vulnerabilidade se elas nunca foram consideradas cidadãos de direito no Brasil? A única experiência recente de produção habitacional nacional em massa – o programa Minha Casa Minha Vida – está totalmente destroçado na “faixa 1”, que é onde se concentra em torno de 90% do déficit habitacional brasileiro. Essa realidade vem desde o governo Temer e continua com a mesma política no governo atual. Dentro dessa lógica, para quem o Brasil quer produzir moradia então? Temos que levar em conta ainda a emenda constitucional que cortou os gastos sociais no Brasil e que impede suplementações de verbas orçamentárias, o que é um absurdo num país tão socialmente injusto como o nosso.

“Os ataques aos movimentos sociais de moradia surgem justamente quando estes movimentos tentam mediar uma situação de grave violação dos direitos humanos”

IHU On-Line — O senhor menciona que a legislação urbana no Brasil é consolidada, mas é mal aplicada. Entretanto,

to, existem casos de aplicabilidade da legislação de forma mais avançada?

Cristiano Müller — Basicamente, o Estatuto da Cidade estabelece os princípios e as diretrizes para a política urbana nacional. Cabe aos municípios tratar de regulamentar esses instrumentos e torná-los operativos nas cidades. O caminho para isso é mediante lei municipal e estabelecimentos de estrutura local para aplicação desses instrumentos.

IHU On-Line — Quais os avanços das políticas habitacionais nos últimos anos? E quais os maiores desafios para essas políticas públicas?

Cristiano Müller — Não há como negar que o programa Minha Casa Minha Vida - MCMV representou um avanço na produção habitacional brasileira. Foram milhões de moradias construídas nos últimos anos, o que não deu conta ainda do déficit habitacional, mesmo sendo um programa muito importante.

Dois coisas são urgentes. Primeiro, que o programa não acabe e que sejam feitas as suplementações de verbas para as obras iniciadas, contratadas e em contratação e selecionadas. São milhares de famílias que verão frustradas suas esperanças de um teto e de sair, por exemplo, de uma área de risco ou de uma habitação precária. Nessa mesma linha, retomar definitivamente o programa na Faixa 1, a que mais demanda tem de moradia.

Por outro lado, é importante se fazer a discussão de que o programa MCMV não pode ser somente um instrumento de produção habitacional, deve ser também um instrumento de produção de cidades. Ou seja, deve questionar: qual cidade que queremos? Uma cidade que exclui ou que inclui? O programa deve dialogar com os demais instrumentos do Estatuto da Cidade que garantem o uso compulsório dos imóveis, por exemplo, na expectativa também de se garantir produção habitacional nas áreas mais centrais e dotadas de infraestrutura e não somente na periferia da periferia.

IHU On-Line — Além do direito à moradia, por que as ocupações vinculam suas reivindicações ao direito à cidade?

Cristiano Müller — As demandas das ocupações urbanas são sempre muito maiores do que a demanda por uma moradia ou um teto. São demandas amplas de reconhecimento de direitos na cidade e à cidade. Juntamente com a moradia, devem ser garantidos todos os serviços públicos essenciais, acesso à educação e à saúde de qualidade, mobilidade urbana para deslocamento com dignidade na cidade, lazer e usufruto dos espaços públicos.

As áreas ocupadas nas cidades, quando não um prédio no centro da cidade, estão em locais onde a cidade não chegou ainda com todos os seus serviços, porque lá está o vazio urbano no qual não foi aplicado nenhum instrumento jurídico do Estatuto da Cidade de indução de utilização compulsória da área, como o IPTU Progressivo, a desapropriação por abandono, entre outros. Uma vez ocupada uma área como essa, lá precisa chegar a cidade com os seus serviços públicos.

Além disso, a segregação nas cidades é visível e fica ainda mais evidente quando vemos os indicadores de segurança pública, mais especificamente o número de assassinatos de jovens e negros que residem em áreas precárias das cidades dominadas por facções criminosas, as quais impõem a sua própria lei em detrimento do Estado e do seu aparato de segurança que lá não chega. Por isso, a visibilidade dessas ocupações é importantíssima. No entanto, é regra que as ocupações sejam invisíveis e que as pessoas e comunidades que lá vivem sejam submetidas a situações de suspensão de direitos, o que vai até contra a humanidade das pessoas e sua dignidade humana.

IHU On-Line — Qual a importância de compreender as ocupações para além do estigma de “invasores”? Por que “ocupar” é diferente de “invadir”?

Cristiano Müller — Não é só uma disputa de palavras. Quando os europeus conquistaram as Américas, John Locke¹ criou o argumento teórico para justificar a conquista de territórios e das riquezas existentes. Dizia ele que os povos indígenas em estado natural poderiam ser submetidos à opressão porque não eram humanos, já que não tinham alma porque não temiam a Deus. Poderiam ter seu território ocupado e suas terras tomadas porque não cultivavam a terra.

No caso das ocupações urbanas, lamentavelmente, ocorre o mesmo

¹ **John Locke** (1632-1704): filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social. Locke rejeitava a doutrina das ideias inatas e afirmava que todas as nossas ideias tinham origem no que era percebido pelos sentidos. A filosofia da mente de Locke é frequentemente citada como a origem das concepções modernas de identidade e do “Eu”. O conceito de identidade pessoal, seus conceitos e questionamentos figuraram com destaque na obra de filósofos posteriores, como David Hume, Jean-Jacques Rousseau e Kant. Locke foi o primeiro a definir o “si mesmo” através de uma continuidade de consciência. Ele postulou que a mente era uma lousa em branco (tabula rasa). Em oposição ao Cartesiano, ele sustentou que nascemos sem ideias inatas, e que o conhecimento é determinado apenas pela experiência derivada da percepção sensorial. O pensador escreveu o *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, em que desenvolve sua teoria sobre a origem e a natureza do conhecimento. Suas ideias ajudaram a derrubar o absolutismo na Inglaterra. Dizia que todos os homens, ao nascer, tinham direitos naturais - direito à vida, à liberdade e à propriedade. Para garantir esses direitos naturais, os homens haviam criado governos. Se esses governos, contudo, não respeitassem a vida, a liberdade e a propriedade, o povo tinha o direito de se revoltar contra eles. As pessoas podiam contestar um governo injusto e não eram obrigadas a aceitar suas decisões. Deixou-se também à filosofia política. No *Primeiro Tratado sobre o Governo Civil*, critica a tradição que afirmava o direito divino dos reis, declarando que a vida política é uma invenção humana, completamente independente das questões divinas. No *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, expõe sua teoria do Estado liberal e a propriedade privada. (Nota da **IHU On-Line**)

quando se trata de retirar a humanidade das pessoas que ocupam uma área, nominando-as pejorativamente de invasores via processo de desqualificação da posse e daí das pessoas e comunidades mediante a suspensão de direitos. Ao se retirar a humanidade dessas pessoas e retirar-lhes a cidadania, significa que se pode fazer qualquer coisa contra elas, caso resistam a uma ordem de despejo, por exemplo.

Daí que surgem as violências policiais e estatais que ocorrem nas desocupações. Contra quem não é humano se utiliza de todas as forças do Estado para garantir os direitos humanos. O nome disso é Princípio da Inversão Ideológica dos Direitos Humanos. Por isso que é importante colocar a discussão em outro patamar e retomar imediatamente a humanidade das ocupações, começando pelo nome do ato de ocupar, que é a defesa do legítimo direito de morar por pessoas e coletivos em flagrante estado de vulnerabilidade social. Mediante o reconhecimento da necessidade de serviços públicos urgentes para as comunidades ocupadas e, também, mediante a interface com as universidades para a realização de oficinas com crianças, festas comunitárias e atividades de geração de renda que também garantam alternativa de sustento aos moradores.

IHU On-Line — Como garantir segurança para as famílias que sofrem ações de despejo?

Cristiano Müller — A minha prática na defesa dessas ocupações me ensinou que o serviço jurídico é muito importante, porém sozinho não garante segurança na posse para as famílias. ■

Leia mais

- **Podem as cidades existir sem direitos humanos?** Reportagem sobre conferência ministrada por Cristiano Müller, publicada na página do ObservaSinós, programa do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2usgWoA>.

Mais do que construir casas, Brasil precisa democratizar acesso à terra urbanizada

Para Orlando Alves dos Santos Junior, o problema do déficit de moradia no país é complexo e requer mudanças de concepções que assegurem não só teto, mas modos de vida dignos nas cidades

João Vitor Santos e Wagner Fernandes de Azevedo

É preciso reconhecer que, nos últimos dez anos, o programa Minha Casa Minha Vida possibilitou acesso a moradias. Porém, para o professor Orlando Alves dos Santos Junior, esse acesso já se dá num momento de avanço de lógicas privatistas sobre as cidades. É uma lógica histórica, que tem relação com a terra e a propriedade privada, mas que se acentua atualmente. Constroem-se casas, mas dentro da lógica que atende ao capital especulativo do mercado. Por isso, defende que uma política habitacional é algo mais complexo. “Um dos maiores desafios, embora não seja um desafio tão recente assim, é democratizar o acesso à terra urbanizada, bem localizada, com boa infraestrutura, das classes populares”, aponta.

Na entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, o professor observa que essas perspectivas mercadológicas segregadoras são justamente o que se precisa superar. “Efetivamente, é conseguirmos desenvolver projetos de cidade com maior justiça social, com maior democracia, maior participação, revertendo essa lógica segregacionista e excludente que marca historicamente a construção das cidades no Brasil”, observa. “Não se pode enfrentar o poder do capital imobiliário sem abrir espaços de participação das organizações comunitárias, dos movimentos sociais, das redes e fóruns que estão discutindo as cidades, da academia e das universidades que têm seu papel também nesse deba-

te. Enfim, uma radical democratização da gestão das cidades”, acrescenta.

É nesse particular que os movimentos sociais assumem sua importância. “Ocupações são fundamentais no enfrentamento desse projeto segregador, mas também hoje é muito interessante ver a reivindicação pelo comum”, analisa. Entretanto, para o professor, “desafio é conseguirmos articular esse conjunto de lutas. Estamos num momento muito difícil de inflexão ultraliberal que atinge também os grupos organizados da sociedade, seja pela mercantilização do espaço público, seja pela perseguição, pela coerção. O desafio é pensarmos as produções para particularmente unificar esses conjuntos de lutas num projeto de cidade efetivamente democrática”.

Orlando Alves dos Santos Junior possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestrado e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Ainda integra o grupo de pesquisadores do projeto Observatório das Metrópoles e também coordena o projeto Rede Nacional de Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. É autor e organizador de mais de dez livros, entre eles *As metrópoles e a questão social brasileira* (São Paulo: Revan, 2007).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais são os maiores desafios da sociedade brasileira naquilo que diz respeito ao direito à moradia? Orlando Alves dos Santos Junior – Um dos maiores desafios,

embora não seja um desafio tão recente assim, é democratizar o acesso à terra urbanizada, bem localiza-

“Um dos maiores desafios, embora não seja um desafio tão recente assim, é democratizar o acesso à terra urbanizada”

da, com boa infraestrutura para as classes populares. Efetivamente, é conseguirmos desenvolver projetos de cidade com maior justiça social, maior democracia, maior participação, revertendo essa lógica segregacionista e excludente que marca historicamente a construção das cidades no Brasil. Esse é o desafio que até hoje não se conseguiu enfrentar adequadamente, pois ainda existe o problema da concentração fundiária. Fala-se muito da concentração fundiária no campo, mas ela existe também nas cidades, o que impede que as classes populares morem em espaços com boa infraestrutura nos grandes centros urbanos.

Se observarmos as grandes cidades brasileiras, perceberemos a presença de enormes vazios urbanos nas áreas bem estruturadas, áreas controladas pelo capital imobiliário. Nesses locais, há grandes proprietários que impedem que essas terras sejam destinadas a projetos de habitação de interesse social. Posso falar do Rio de Janeiro, por exemplo, da Barra da Tijuca, uma região com extensas áreas vazias, mas que não são destinadas para habitações de interesse social. Muito pelo contrário, se constrói um sistema de mobilidade como BRT¹ e se promovem

remoções de comunidades de baixa renda da Barra da Tijuca, transferindo essas comunidades para áreas mais distantes. Então, sistemas de mobilidade muito caros são construídos para viabilizar a chegada dessas classes populares para trabalhar e para retornar a suas casas, já que as elites não aceitam a convivência com as classes populares.

Nesse caso, estou falando do Rio de Janeiro, mas posso falar de Cuiabá, onde estive há pouco e também lá é possível presenciar uma cidade com imensos vazios nas áreas centrais. Ao mesmo tempo, há pressão do mercado imobiliário para expandir o perímetro urbano de Cuiabá numa perspectiva especulativa com a terra, de forma a não permitir que as classes populares habitem em espaços bem estruturados das cidades. Esse é um modelo urbano segregacionista que vigora na maior parte das cidades brasileiras. Assim, temos a reprodução de um padrão desigual, marcadamente injusto, que condena as classes populares a viverem em favelas, em áreas ribeirinhas, sem infraestrutura e passíveis de desastres ambientais periódicos, como já vimos acontecer no Brasil.

IHU On-Line – O senhor citou Rio de Janeiro, Cuiabá, mas em que outras cidades e regiões o desafio de promover inclusão socioterritorial ainda é grande? E no que consiste essa inclusão?

Orlando Alves dos Santos Junior – Pois é, citei Rio de Janeiro e Cuiabá, mas poderia ter citado Re-

cife, Natal, Salvador, Porto Alegre, ou qualquer outra grande cidade brasileira marcada por essas fortes desigualdades. Cada uma dessas cidades tem características próprias. Por exemplo, o mercado turístico imobiliário no Nordeste é um agente produtor dessas desigualdades; há o agronegócio atuando em regiões como Cuiabá; há, também, as peculiaridades do mercado imobiliário financeirizado de São Paulo ou Rio de Janeiro.

São particularidades de cada cidade, mas que têm em comum o fato de serem marcadas por esse padrão de urbanização segregador e motivador de desigualdade social. O enfrentamento desse padrão desigual e segregador requer, em primeiro lugar, uma radical democratização da gestão das cidades. Este é um ponto central: não se pode enfrentar o poder do capital imobiliário, o poder das grandes corporações, o poder do agronegócio sem abrir espaços de participação das organizações comunitárias, dos movimentos sociais, das redes e fóruns que estão discutindo as cidades, da academia e das universidades que têm seu papel também nesse debate. Enfim, uma radical democratização da gestão das cidades.

Responsabilidade estatal

Em segundo lugar, o Estado tem uma responsabilidade no enfrentamento desse desafio. Significa que o mercado tem que estar subordinado à regulação pública. O Estado tem o desafio de desmercantilizar a produção da cidade, ou seja, a cidade tem

¹ **Veículo leve sobre pneus (VLP)** ou ônibus de trânsito rápido: (em inglês, Bus Rapid Transit – BRT, é um tipo de sistema de transporte público baseado no uso de ônibus. Um verdadeiro sistema BRT geralmente tem design, serviços e infraestrutura especializados para melhorar a qualidade do sistema e remover causas típicas de atrasos. Às vezes descrito como um “metrô de superfície”, o BRT visa combinar a capacidade e a velocidade do veículo leve sobre trilhos (VLT) ou do metrô com a flexibilidade, baixo custo e simplicidade de um sistema de linhas de ônibus. Para ser considerado um BRT, o sistema de transporte público de ônibus deve operar por uma faixa de rodagem exclusiva (corredor de ônibus) para evitar o congestionamento do tráfego. (Nota da **IHU On-Line**)

que estar a serviço das pessoas e não dos negócios.

Viver na cidade significa que ela deve estar contemplando as necessidades das pessoas, as necessidades de saneamento, de habitação, de mobilidade, de trabalho, de lazer, de cultura, de saúde. Enfim, as necessidades para as pessoas viverem dignamente na cidade devem estar garantidas pelo Estado e isso implica em desmercantilizar a cidade. Isso significa pensar em instrumentos de regulação do solo urbano, da produção imobiliária, pensar a possibilidade de limitar a propriedade privada nas cidades. Por exemplo, por que uma pessoa pode ser dona de 100 imóveis numa cidade? É preciso limitar essa propriedade que impede que a cidade cumpra seu papel social, implementando políticas que impeçam que um agente tenha poder de controlar o uso do solo.

Também é preciso pensar políticas integradas. Não podemos pensar a política urbana, a questão da moradia, desvinculada do trabalho, desvinculada das políticas de educação, saúde e mobilidade. Não podemos pensar a política de moradia e a política urbana desvinculadas da política agrária e da necessidade de também ter uma política territorial que garanta uma vida de qualidade no campo.

Descentralização de grandes centros

Assim, a reforma agrária e a democratização do acesso à terra rural também é um elemento central não só pensando do ponto de vista do abastecimento da cidade, mas também pensando uma rede integrada de cidades que não seja hiperconcentradora, isto é, que não seja uma estrutura de cidades profundamente concentradas em grandes metrópoles. Desse modo, poderia haver uma rede mais equilibrada.

Isso implica uma política territorial também regional, articulada a essa política territorial local. Ou seja, o enfrentamento desse modelo requer políticas ativas por parte do

Estado, associadas a políticas ativas de promoção da função social da cidade, de promoção da função social da propriedade, e associadas a uma profunda democratização da gestão das cidades. A questão da democratização da gestão das cidades é um elemento sem o qual acho impossível enfrentarmos esse modelo segregador de urbanização que está em vigor nas nossas grandes cidades.

“O Estado tem uma responsabilidade no enfrentamento desse desafio. Significa que o mercado tem que estar subordinado à regulação pública”

IHU On-Line – A partir dessa ideia de omissão do Estado que o senhor tratou, poderia nos dizer como se dá a construção dessas cidades em que não se cumpre a função social da propriedade, da terra?

Orlando Alves dos Santos Junior – Esse processo é decorrente de uma história que é concentradora da terra e está fundada na escravidão, na superexploração da força de trabalho e no poder oligárquico que promoveu uma colonização excludente. Então, temos raízes históricas da concentração da riqueza, da terra. E nunca fizemos uma reforma urbana nem uma reforma agrária que efetivamente democratizassem o acesso à terra e, assim, a riqueza no Brasil. Os avanços que tivemos

no Brasil nos últimos anos, com a Constituição de 1988 e, depois, com a instauração do Estatuto das Cidades², foram muito importantes, mas encontram inúmeros bloqueios para de fato serem efetivados.

Os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades que deveriam estar a serviço da promoção da função social da cidade apresentam baixa efetividade. A maior parte desses instrumentos não saiu do papel. O principal instrumento que está sendo implementado nas cidades é a operação urbana, que atende aos interesses do mercado. Outros instrumentos, como parcelamento e indicação compulsória, IPTU progressivo, desapropriação com títulos da dívida pública, não estão implementados na maior parte das cidades brasileiras.

E mais do que isso: o Brasil, nos últimos anos, viveu também os efeitos desse movimento de neoliberalização, ou seja, de mercantilização. Estamos vivendo uma situação em que em vez de o Estado estar atuando na desmercantilização das cidades, enfrentando a subordinação da nossa urbanização aos interesses da lógica do mercado, temos o inverso: a mercantilização, um aprofundamento da subordinação do Estado à lógica do mercado.

Competição entre cidades

Posso dar como exemplo não só a difusão das operações urbanas que já caminham nessa direção, mas também das parcerias público-privadas – PPP. E isso num contexto em que se difunde a ideia de que as cidades competem entre si. Competem pelo investimento, pelos capitais, e isso aprofunda essa lógica de subordinação das cidades ao mercado. Se ela tem que competir com cidades vizinhas para atrair investimentos de capitais, então acaba tendo que fazer o que o mercado quer.

² **Estatuto da Cidade**: denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo “Política urbana” da Constituição brasileira. Seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade. A União regulamentou as disposições constitucionais acerca de desenvolvimento urbano com base em competência prevista na própria constituição. (Nota da IHU On-Line)

Isso acaba, evidentemente, distanciando a cidade das pessoas, pois, em vez de a cidade estar a serviço das pessoas, ela passa cada vez mais a estar a serviço dos negócios, do capital, do mercado. Nós precisamos não de parceria público-privada, mas de uma parceria público-pública em que aquilo que embasa, que motiva a relação entre as cidades não seja a competição, e sim a cooperação. Essa lógica da parceria público-pública romperia com essa diretriz da competitividade e promoveria uma cooperação. Se tem déficit habitacional ou se falta saneamento na cidade vizinha, ou se ela tem carência de investimento em sistemas de mobilidades, as demais cidades deveriam estar solidárias na superação desses problemas, e não competindo.

É inegável que estamos vivendo uma cultura de difusão dos rankings, pela qual se dá essa difusão da lógica da competição. Divulga-se o índice de qualidade de vida e se diz que tal cidade é melhor do que a outra. Ou qualquer um desses rankings que colocam umas cidades em melhores colocações e aponta outras com maiores dificuldades em índices cada vez piores. É como se estivéssemos num campeonato de futebol, mas não é uma partida de futebol. Do outro lado não há um time como adversário, mas pessoas vivendo e que deveriam ter os mesmos direitos de dignidade que qualquer outro cidadão.

Avanços ultraliberais e aumento da desigualdade

Os rankings deveriam estar à disposição de políticas de solidariedade das quais pudéssemos identificar carências e desigualdades para que essas desigualdades fossem solidariamente enfrentadas e todas as cidades pudessem garantir o direito à cidade e qualidade de vida digna àqueles que nela vivem. Temos que enfrentar essa lógica de mercantilização da cidade que está sendo difundida. Há uma inflexão ultraliberal a partir do golpe parlamentar que vivemos no Brasil com o impeachment da Dilma e a presidência de

Michel Temer e, agora, com a eleição de Bolsonaro, que aprofunda esses princípios de mercantilização da cidade, que aprofunda também as desigualdades e essa lógica segregadora que nós, historicamente, viemos adotando no Brasil.

Estamos vivendo um momento muito delicado exatamente pelos riscos de aprofundamento dessas desigualdades. Não é sem razão que já estamos vendo o crescimento da informalidade nas ruas e o crescimento da população de rua. Ainda não existem estatísticas sobre isso, mas a experiência de passear pela cidade já evidencia que nos últimos anos houve um brutal crescimento da população em situação de rua. Estou falando das cidades de modo geral, pois isso já é consequência dessa inflexão ultraliberal e da ausência de políticas de integração social que possam enfrentar esse modelo segregador.

“É preciso limitar essa propriedade que impede que a cidade cumpra seu papel social”

IHU On-Line – Gostaria de retomar os últimos dez anos, quando os megaeventos traziam a perspectiva de que haveria mudanças e transformações nas cidades brasileiras. Tinha-se a ideia de que Olimpíadas e Copa do Mundo facilitariam o acesso a serviços etc. Como o senhor avalia o saldo final desses megaeventos?

Orlando Alves dos Santos Junior – Sobre os megaeventos, se tem um resultado a ser destacado

é o mico que o Brasil viveu, que as cidades viveram. De novo vou citar o exemplo de Cuiabá que está com o VLT (veículo leve sobre trilhos) parado até hoje. A PPP do Maracanã está suspensa, a PPP do Porto Maravilha³ está suspensa, obras estão inacabadas, há estádios que até hoje são subutilizados em várias cidades. O que os megaeventos fizeram foi aprofundar e difundir essa lógica privatista e mercadológica de gestão das cidades.

Não é à toa que os megaeventos se constituíram num dos principais processos pelos quais se difundiram e se adotaram parcerias público-privadas na gestão de transporte público no Brasil. Em várias cidades, por exemplo, estádios que foram reformados e construídos passaram a ser geridos por PPPs. Assim, a Copa do Mundo e as Olimpíadas se constituíram em veículos de difusão desse empreendedorismo neoliberal, num processo de difusão desse instrumento das parcerias público-privadas, e não estiveram a serviço da construção de cidades mais justas e democráticas, mesmo que eventualmente e pontualmente se possa identificar uma ou outra integração que tenha beneficiado a população. Em termos gerais, foram processos utilizados para legitimar projetos de mercantilização das cidades.

A Copa do Mundo e as Olimpíadas também foram acompanhadas por violações de direito à moradia, remoções e processos de reivindicações, ou seja, não temos um passivo a comemorar nesses dois casos. Acho que os megaeventos fazem parte dessa inflexão ultraneoliberal que vivemos no Brasil e foram efetivamente utilizados para realizar essa inflexão. Evidentemente, também acho que, como vivemos em processos contraditórios, o Brasil teve, nos últimos 15 ou 20 anos, políticas que devem ser ressaltadas, destacadas e que expressam a tentativa de promover uma política urbana mais

3 O IHU, na seção Notícias do Dia de seu sítio, tem publicado diversos textos sobre o tema. Entre eles *Cortiços do Porto Maravilha sob pressão*, disponível em <http://bit.ly/2L73bUf>; e *A outra história do Porto Maravilha*, disponível em <http://bit.ly/2YfxYL1>. (Nota da **IHU On-Line**)

justa, democrática, como é o caso da Política Nacional de Saneamento, da Política Nacional de Mobilidade, do Conselho das Cidades, do Minha Casa Minha Vida Entidades – muito mais do que o Minha Casa Minha Vida, que promoveu habitações, é verdade, que tentou atacar parte do déficit imobiliário, mas pelas lógicas do mercado.

Poucos avanços e ainda sob ameaças

Enfim, são tentativas que devem ser destacadas e que foram importantes quando se olha para a política urbana nacional. Mas tudo isso sofre o risco de ser perdido nessa inflexão ultraliberal. O fim do Conselho Nacional das Cidades, do Ministério das Cidades, do ciclo de conferências representa um retrocesso do ponto de vista da participação. Além disso, as políticas federais que foram aprovadas nesse período ainda estão longe de se tornarem efetivas.

É um arcabouço institucional interessante, que poderia ser utilizado e acionado para enfrentar alguns dos problemas na produção das cidades, mas que não encontram, nesse momento, vontade e condições políticas para se tornarem reais. Então, não quero deixar de reconhecer certos avanços que ocorreram, mas esses avanços são muito efêmeros quando se olha a correlação de forças e os avanços desse bloco conservador no Brasil nos anos mais recentes.

Você falou em dez anos, o que compreende o tempo justamente que esse bloco conservador já domina o Governo Federal, e então dá o golpe. É o momento de transição desse ensaio reformista, desenvolvimentista que foi feito na era Lula e Dilma desconstruído por esse bloco conservador que, já dentro do governo, bloqueia, impede e subordina as ações do governo aos seus interesses. Os megaventos já expressam isso e essa lógica acaba sendo vinculada muito aos grandes projetos de renovação urbana, de gentrificação⁴, de expulsão das

classes populares e de subordinação das cidades ao mercado.

“Nunca fizemos uma reforma urbana nem uma reforma agrária que efetivamente democratizassem o acesso à terra”

IHU On-Line – O senhor citou o aumento da população de rua, mas gostaria que falasse mais sobre essas pessoas que são vítimas de marginalização por esses processos que ocorrem nas cidades. Para onde os indivíduos e os coletivos acabam sendo jogados?

Orlando Alves dos Santos Junior – Uma parte significativa dessa população expulsa, marginalizada, excluída, vai acabar buscando espaços de reprodução social que ainda não são dependentes do mercado, como as áreas periféricas, as favelas ou as ruas. Ou seja, um espaço de exclusão onde não se consegue acessar condições dignas de vida. Mas tem uma parte que resiste, que se organiza, que se constitui em movimento social. Considero isso de grande relevância, pois os movimentos sociais se constituem como sujeitos de contestação a esse projeto de ex-

clusão social e estão também atuando nas cidades. Essa atuação se dá porque também estão promovendo ocupações de terrenos vazios, de áreas vazias, que não cumprem sua função social, e afirmando o direito e a legitimidade de destinar esses imóveis subutilizados para moradia popular, para que cumpram sua função social. Então, essas ocupações são fundamentais no enfrentamento desse projeto segregador. Mas também hoje é muito interessante ver a reivindicação pelo comum. Nós estamos diante da eclosão de muitos movimentos que não estão apenas reivindicando o direito à moradia e ocupando para morar. Uma parte significativa desses movimentos sociais está ocupando espaços da cidade como espaços comuns, para afirmar que a cidade deve estar a serviço das pessoas e não dos grandes interesses corporativos. O Estelita⁵, por exemplo, é um caso significativo desse modelo de ocupação.

Assim, cresce, no Brasil, dentro dos movimentos sociais a reivindicação para além da moradia, a reivindicação do comum. Ou seja, não quero só minha casa, quero a rua, quero a praça, quero a escola, quero o posto de saúde, quero ter o direito a pensar na totalidade da cidade. Isso tem também no Rio de Janeiro, se olharmos os movimentos que tentam disputar a área central, discutindo e tentando intervir sobre o projeto do Porto Maravilha, em que se quer afirmar que o Porto não pode estar a serviço das grandes corporações. Ainda mais se levarmos em conta que o centro é uma área que tem um passado negro, um presente negro, um futuro negro, enfim, que tem uma cultura afrodescendente que tem de ser reafirmada.

Londres, na Inglaterra. Ela se referia ao “aburguesamento” do centro da cidade, usando o termo irônico “gentry”, que pode ser traduzido como “bem-nascido”, como consequência da ocupação de bairros operários pela classe média e alta londrina. A expressão é usada para descrever o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada. (Nota da IHU On-Line)

⁵ **Ocupe Estelita**: movimento de resistência urbana que ocupou uma área de 10 hectares no Cais José Estelita, na bacia do Pina, no centro do Recife, em Pernambuco. O local é alvo de um empreendimento imobiliário na ordem dos R\$ 800 milhões e visa apagar um registro histórico importante da cidade, que é a memória arquitetônica da região. A desocupação da área, em junho de 2014, foi marcada por uma intervenção violenta da polícia militar local. O IHU, na seção Notícias do Dia, em seu sítio, publicou diversos textos sobre o tema. Entre eles *Cais Estelita. A luta por um projeto que garanta a diversidade de usos*. Entrevista especial com Tomás Lapa, disponível em <http://bit.ly/2FKqEY>; e *Ocupe Estelita e o novo ativismo*, disponível em <http://bit.ly/2173JUN>. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Gentrificação**: O termo é derivado de um neologismo criado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1963, em um artigo onde ela falava sobre as mudanças urbanas em

Espaço para a realização de felicidade

Há uma enormidade de pequenos movimentos acontecendo no Brasil que estão reivindicando e afirmando a cidade como bem comum. É claro que esses movimentos são fundamentais para os excluídos, os que sofrem as consequências e os efeitos dessa política segregadora. Poderia falar muito mais porque também acho que essa exclusão atinge de forma diferente os diversos grupos sociais: mulheres, gays, lésbicas, travestis, homossexuais, crianças, adolescentes, idosos, negros... Assim, é preciso pensar que a cidade é de todos e de todas e que pensar a cidade como bem comum é justamente pensar a cidade em que todas as pessoas e grupos sociais podem se apropriar como espaço de realização da sua felicidade.

O desafio é conseguirmos articular esse conjunto de lutas. Estamos num momento muito difícil de inflexão ultraliberal que atinge também os grupos organizados da sociedade, seja pela mercantilização do espaço público, seja pela perseguição, pela coerção. O desafio é pensarmos as produções para particularmente unificar esses conjuntos de lutas num projeto de cidade efetivamente democrática.

IHU On-Line – Gostaria de trazer exemplos de algumas cidades que conseguem resolver esses conflitos entre interesses

privados e interesses comuns?

Orlando Alves dos Santos Junior – Enquanto a cidade for produzida num modo estruturalmente injusto, como o capitalismo, onde vigora a lógica do lucro, vai ser muito difícil conseguir equacionar esses problemas. O que acho que temos são muitos exemplos de cidades que conseguiram se envolver em experimentos que caminham nessa direção. Vou citar o exemplo do Orçamento Participativo - OP, em Porto Alegre.

Enquanto existiu, o OP foi um experimento que produziu avanços importantes na participação democrática das cidades. Tive a oportunidade de acompanhar algumas etapas e ali tínhamos uma série de avanços no que diz respeito à democratização da gestão, à participação cidadã, à inversão de prioridades, a investimentos sociais que não são irrelevantes. Posso citar, ainda, o exemplo recente de Maricá, aqui no Rio de Janeiro, com a instalação das linhas de ônibus públicas com tarifa zero, implementada pela Prefeitura.

Então, há vários experimentos espalhados pelo Brasil na área da mobilidade, da habitação, de saneamento, da gestão que ilustram como o poder público pode cumprir um papel fundamental no enfrentamento dessa lógica privatista e mercadológica da produção de cidade. O enfrentamento dessa lógica é algo muito mais profundo que supõe que

nós temos a capacidade de inventar novas lógicas de funcionamento da economia que não sejam baseadas na exploração das pessoas. Só a superação dos imóveis, numa visão não capitalista de produção da cidade, é que pode abrir portas para uma outra cidade. Afinal, acredito que outra cidade é possível, assim como um outro mundo é possível.

Insistência na democracia participativa

Esse modelo econômico fundado no capital já mostrou que é destruidor da natureza, das sociabilidades, das cidades, e aí os exemplos são muitos. Veja os desastres que só aumentam, a desigualdade social no mundo é explosiva, a natureza não suporta e há enormes consequências sociais, ambientais e políticas desse modo de produção. Estou falando isso do ponto de vista mais utópico, mas não podemos abrir mão da utopia, de pensar uma nova cidade ou um novo mundo. Mas acho que, no momento, o enfrentamento pode ocorrer a partir da proliferação de experimentos que sejam promotores de uma nova democracia participativa, de alta intensidade, direta, de experimentos de urbanização democráticos, justos, de economia solidária. É uma fase em que nós precisamos ser capazes de promover o conjunto de experimentos que nos unem e nos dão a possibilidade de novos modelos de cidades, de pensar a economia. ■

Leia mais

- **A 'lição' das obras da Copa e Olimpíadas - Criação de mecanismos que subordinam o Estado ao setor privado.** Entrevista especial com Orlando Alves dos Santos Junior, publicada nas Notícias do Dia de 26-06-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2HJRgfQ>.

- **Olimpíadas Rio 2016: várias questões não foram respondidas.** Entrevista especial com Orlando Alves dos Santos Junior, publicada nas Notícias do Dia de 16-08-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2WrBR6Z>.

- **Megaeventos e a mercantilização das metrópoles brasileiras.** Entrevista especial com Orlando Alves dos Santos Junior, publicada nas Notícias do Dia de 14-01-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2YsK8cU>.

Análise de dados

Realidade habitacional na Região Metropolitana de Porto Alegre

Marilene Maia, João Conceição e Guilherme Tenher

O Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinos, programa do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU sistematiza e publiciza dados sobre as realidades subsidiando a sociedade para a participação mais efetiva no planejamento, monitoramento, avaliação e controle social dos direitos e das políticas públicas.**

A política da moradia tem sido alvo da análise do Observatório e revela dados que apontam urgências nas esferas nacional, estadual, regional e municipal.

No **Brasil**, mais de 6 milhões de famílias ou 20 milhões de pessoas precisam de moradia. Este número revela uma realidade imposta no país, que demonstra a falta de cuidado com políticas públicas essenciais, como as elaboradas na Constituição Federal, que assegura o direito à propriedade e a definição de que esta deve atender a sua função social, ou seja, ser utilizada para fins de moradia ou comerciais e não ficar ociosa. Além disso, conforme o Estatuto da Cidade, sancionado em 2001, todo cidadão brasileiro tem direito assegurado de acesso à terra urbana, à moradia e outros princípios básicos de habitação.

O País é signatário do **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, que reconhece o direito de todos a um adequado nível de vida para si e sua família, incluindo **alimentação, vestuário, trabalho e moradia**. Adjacente a esses princípios, o país segue diretrizes do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, particularmente a Resolução nº 2004/2841, que determina a prática de despejos forçados como uma grave violação aos padrões internacionais de direitos humanos, afetando diretamente o direito à moradia.

Em 2015, o **Brasil** possuía um déficit habitacional de **6,4 milhões de moradias**, de acordo com a Fundação João Pinheiro - FJP. Este déficit habitacional **aumentou 17%** em

três anos. Em termos absolutos isto significa que entre 2012 e 2015, o hiato de habitação no país aumentou em 925.181 moradias. É importante observar que ao longo dos anos analisados a causa de **ônus excessivo com aluguel**¹ foi se tornando gradativamente a maior entre as quatro causas elencadas. Em 2015, 50% do déficit habitacional no país era devido ao aluguel, seguido da coabitação familiar com 30%, habitação precária com 15% e adensamento excessivo com 5%.

O **Rio Grande do Sul** registrou um déficit de **239,5 mil moradias** em 2015. Entre 2012 e 2015, o déficit habitacional aumentou em 191.189 moradias. O ônus excessivo com aluguel, apesar de ser a maior causa do déficit habitacional em 2015, apresentou maior crescimento a partir de 2013, quando superou a coabitação familiar. Habitação precária e adensamento excessivo ficaram em terceiro e quarto lugar, respectivamente.

A Região Metropolitana de Porto Alegre registrou, em 2015, um déficit de 96,6 mil moradias. Na esteira no “fenômeno” nacional e regional esse número, na região, é 25% maior que aquele registrado em 2012, sendo assim, pode-se concluir que houve um aumento no déficit de 19 mil moradias em apenas três anos na Região Metropolitana de Porto Alegre.

¹A FJP considera o déficit habitacional como a soma de quatro componentes: domicílios precários, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. Os domicílios precários incluem no seu cálculo dois subcomponentes: os domicílios rústicos e os improvisados. Os domicílios rústicos são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. As condições de insalubridade desse tipo de domicílio podem trazer desconforto e risco de contaminação de doenças. Já os domicílios improvisados referem-se aos locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa, o que indica a carência de novas unidades domiciliares. A coabitação familiar também é composta por outros dois subcomponentes: os cômodos e as famílias secundárias. Os cômodos são domicílios particulares compostos por um ou mais aposentos localizados em casa, cortiço e outros locais. Já o segundo subcomponente da coabitação familiar diz respeito às famílias secundárias que dividem a moradia com uma família principal e desejam constituir um novo domicílio. O ônus excessivo refere-se ao número de famílias com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento e que destinam 30% ou mais da sua renda para aluguel urbano. O quarto e último componente do déficit habitacional urbano, o adensamento excessivo com aluguel, corresponde aos domicílios alugados com um número médio superior a três moradores por dormitório.

Em 2010, de acordo com os dados censitários, a Região Metropolitana de Porto Alegre registrou um déficit habitacional de 126,8 mil, ou seja, em cinco anos o déficit habitacional reduziu-se em 30,2 mil moradias. Neste mesmo ano, em 2010, 78,9% do déficit habitacional total da Região Metropolitana de Porto Alegre estava centrado em apenas sete municípios: Alvorada, Canoas, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão.

Os municípios de **Arroio dos Ratos** e **São Sebastião do Caí** foram os únicos que não apresentaram população em déficit habitacional sem nenhum tipo de rendimentos. **Porto Alegre** concentrava 28.900 pessoas atingidas pelo déficit que ganhavam entre o e 3 salários no ano de 2010. Nota-se que o maior déficit habitacional entre os domicílios de o a 3 salários mínimos estavam próximo do município de **Porto Alegre**.

Os dados relacionados à **acessibilidade e adequação de infraestrutura externa aos domicílios** revelam que o Brasil possuía cerca de 74,3 milhões de pessoas que conviviam com a **ausência de esgotamento sanitário** por rede coletora ou pluvial no ano de 2017. Por fim, 25,2% da população brasileira, ou seja, mais de **52 milhões de pessoas**, possuíam **restrições de acesso à internet** em seus domicílios também para o mesmo ano de análise, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Rio Grande do Sul em 2017, 45,0 mil pessoas não possuíam **banheiro de uso exclusivo** do domicílio, 260,0 mil pessoas residiam em uma casa com paredes externas construídas predomi-

nantemente com materiais não duráveis. Em 2017, no estado, cerca de **1,3 milhão de pessoas** não possuíam **abastecimento de água por rede geral** e 2,4 milhões de habitantes que possuíam restrições de acesso à internet em seus domicílios.

A **Região Metropolitana de Porto Alegre** em 2017 registrou 9,0 mil pessoas com ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio. No mesmo ano, 2,3% dos habitantes da região ou cerca de 34 mil pessoas residiam em uma casa com paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis. Na região, mais de **43 mil pessoas** não possuíam **esgotamento sanitário** por rede coletora ou pluvial no ano de 2017, bem como **201,9 mil pessoas** possuíam **restrições de acesso à internet** em seus domicílios.■

Déficit habitacional por faixa de renda na Região Metropolitana de Porto Alegre (2010)

Municípios	Sem rendimento	0 a 3 salários mínimos	3 a 6 salários mínimos	6 a 10 salários mínimos	10 ou mais salários mínimos	Total
Porto Alegre	1.019	28.900	6.573	7.431	4.544	48.467
Canoas	130	6.181	1.845	2.142	838	11.136
Gravataí	254	4.273	1.461	1.662	348	7.998
São Leopoldo	218	4.301	1.105	1.264	324	7.212
Novo Hamburgo	208	4.158	1.162	1.126	430	7.084
Viamão	149	3.637	1.381	1.431	443	7.041
Alvorada	105	3.638	1.411	1.236	250	6.640
Sapucaia do Sul	131	2.521	721	581	204	4.158
Cachoeirinha	197	1.917	545	821	178	3.658
Guaíba	51	1.619	606	540	205	3.021
Sapiranga	38	1.451	432	357	61	2.339
Esteio	20	1.043	379	478	175	2.095
Montenegro	25	977	246	237	144	1.629
Campo Bom	26	784	308	441	60	1.619
Taquara	21	1.019	197	205	91	1.533
Parobé	55	648	247	237	35	1.222
Estância Velha	23	574	201	239	101	1.138
Eldorado do Sul	44	610	214	107	52	1.027
Santo Antônio da Patrulha	27	572	146	173	37	955
Igrejinha	13	525	139	180	35	892
Charqueadas	25	447	121	123	103	819
Portão	20	515	89	163	28	815
Nova Santa Rita	43	304	122	126	35	630
Triunfo	11	375	107	81	32	606
Dois Irmãos	25	289	104	129	27	574
São Sebastião do Caí	0	365	112	60	29	566
Ivoti	15	281	84	111	22	513
Nova Hartz	31	246	108	107	5	497
Arroio dos Ratos	0	299	90	35	19	443
Capela de Santana	6	68	66	21	10	171
Araricá	7	90	38	27	0	162
Glorinha	3	46	19	27	10	105
Total	2.940	72.673	20.379	21.898	8.875	126.765

Fonte: Fundação João Pinheiro

Reforma da Previdência. Projeto conspira simultaneamente contra a justiça social e o equilíbrio das finanças públicas

Guilherme Delgado analisa a proposta de Reforma da Previdência encaminhada ao parlamento pela equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro

Patricia Facchin

Os três pilares que orientam as ações do Ministério da Economia na gestão Bolsonaro, dos quais já se conhece a proposta da reforma da Previdência, “não são atos solitários” da nova equipe econômica nem do Executivo, mas “processos de mudança de Estado, da ‘ordem econômica’ e da ‘ordem social’, com sérias implicações sobre a vida social e o sistema constitucional vigente”, avalia o economista Guilherme Delgado à IHU On-Line. Segundo ele, as ideias gerais da equipe econômica “contêm uma crença arraigada na redução do papel do Estado na economia e uma quase que idolatria religiosa na ação dos mercados desregulados e internacionalizados”.

De acordo com o economista, a reforma da Previdência enviada à Câmara dos Deputados está embasada em duas ideias “genéricas”. A primeira, diz, “é a narrativa do ‘déficit’ público contínuo, simbolicamente associada como defeito endógeno à Previdência Social”. A segunda, explica, “é a tese ou pressuposição de que existe um sistema previdenciário único, todo ele contaminado por privilégios, causa aparente do ‘déficit’ e de outras malignidades do setor público. Temos aqui meias verdades e completas falsidades entremeadas, que nos exigem um esforço prévio de esclarecimento”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, o economista comenta alguns pontos da proposta e destaca sete mudanças negativas, entre elas o rebai-

xamento geral e imediato das novas aposentadorias e demais benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS e Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, a eliminação da Previdência Rural, segundo o conceito constitucional de regime de economia familiar, a elevação geral do chamado tempo de carência para a aposentadoria e a desvinculação do salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Delgado adverte ainda que “quem entrar de forma compulsória ou ‘induzida’ no novo modelo é integralmente refém das condições de gestão dos fundos privados, encarregados de recolher contribuições compulsórias e aplicar financeiramente estes recursos, como também é refém das condições macroeconômicas da mutação dos ciclos econômicos. Por razões macroeconômicas de longo prazo, como por razão de gestão inadimplente ou fraudulenta desses fundos, a capitalização pode gerar qualquer resultado, que inclui zero ou negativo, porque não há benefício definido”.

Guilherme Delgado é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 28-03-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2FReq1L>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em seu discurso de posse, Paulo Guedes disse que sua proposta econômica

para o país seria orientada por três pilares: a reforma da Previdência, as privatizações ace-

leradas e a simplificação, redução, eliminação ou redução dos impostos. Como o senhor ava-

“Imaginar que uma reforma previdenciária na linha de cortes profundos de recursos da base da pirâmide (RGPS), combinada com uma reforma tributária de redução das finanças públicas geram ‘poupança’ como fonte automática da expansão econômica, é ideia fora do lugar”

lia esse tripé? Quais são suas vantagens e desvantagens?

Guilherme Delgado - As três propostas de reforma citadas, sobre as quais conhecemos o teor propositivo inicial de uma delas, não são atos solitários do ministro da Economia, nem mesmo do Poder Executivo. São processos de mudança de Estado, da ‘ordem econômica’ e da ‘ordem social’, com sérias implicações sobre a vida social e o sistema constitucional vigente. De comum essas ideias gerais contêm uma crença arraigada na redução do papel do Estado na economia e uma quase que idolatria religiosa na ação dos mercados desregulados e internacionalizados.

Mas, se olharmos para os países do chamado ‘capitalismo organizado’ (União Europeia, EUA principalmente), veremos que sistemas previdenciários e de seguridade social mitigam as desigualdades endógenas a esses sistemas, que requerem sistemas tributários com tributação progressiva e forte transferência de recursos às políticas sociais. Imaginar que uma reforma previdenciária na linha de cortes profundos de recursos da base da pirâmide (RGPS), combinada com uma reforma tributária de redução das finanças públicas geram “poupança” como fonte automática da expansão econômica, é ideia fora do lugar, mesmo para conservadores clássicos, como foi o caso, por exemplo, do programa de reestruturação econômica da dupla Roberto Campos/Otávio G. de Bulhões no período 1964/66. Esse programa apostou, sim, na

poupança compulsória dos fundos sociais, como o FGTS então criado, associando política social (seguro desemprego) com investimento no financiamento de longo prazo à construção civil. E a reforma tributária de então, embora não sendo modelo de progressividade ou de simplificação, aumentou expressivamente a participação do Imposto de Renda na receita geral. A unificação dos Institutos de Previdência criados na era Vargas foi um outro passo de compromisso com a história da era Vargas, que se manteve.

Por seu turno, privatização acelerada de bens públicos não chega a ser objetivo consistente, se não houver investimento relevante nos bens e serviços que estão sendo desativados da competência do setor público para serem oferecidos à área privada.

A crença ou suposição de que o setor privado interno e os mercados externos estariam ávidos por investir na infraestrutura de bens e serviços, clamando por redução do Estado Social, do seu sistema tributário e de sua capacidade de financiamento público, algo que está implícito neste discurso do tripé mencionado pelo ministro, é puro pensamento mágico de alguns, misturado com certa dose de cinismo de outros.

É preciso analisar o discurso ministerial mais além do apelo puramente retórico-ideológico, que é pura convicção pessoal, observando concretamente o que estes processos de reforma implicam no mundo real da economia e sociedade. Vejamos o que contém uma delas — a reforma da Previdência, objeto específico da próxima questão.

IHU On-Line - Um dos principais discursos da equipe econômica é que é preciso equilibrar as contas públicas, que estão no vermelho desde 2014 e, nesse sentido, a reforma da Previdência é central, segundo o governo. Como o senhor avalia este discurso? Se a reforma da Previdência não for feita, o que seria uma alternativa a ela?

Guilherme Delgado - Há duas ideias implícitas nesta questão, oriundas do discurso governamental, largamente repercutidas na cobertura midiática, que servem de suporte aparente à tese genérica de uma reforma irreversível em uma dada direção. A primeira ideia genérica é a narrativa do ‘déficit’ público contínuo, simbolicamente associada como defeito endógeno à Previdência Social. A segunda é a tese ou pressuposição de que existe um sistema previdenciário único, todo ele contaminado por privilégios, causa aparente do ‘déficit’ e de outras malignidades do setor público. Temos aqui meias verdades e completas falsidades entremeadas, que nos exigem um esforço prévio de esclarecimento.

Na verdade, há três sistemas previdenciários autônomos na ordem constitucional, com regras distintas, públicos distintos e finalidades também distintas. Apenas um é de Previdência Social — o Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo INSS, cujas regras e conceitos o incluem no sistema da Convenção 102/52 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, portanto passível de comparação internacional.

O segundo sistema — RPPS (Regimes Próprios de Previdência do Serviço Público) —, conquanto previsto constitucionalmente em outro campo (artigos 40-42, que tratam do serviço público), contém regras, públicos-alvo, formas de financiamento e gestão completamente distintas do RGPS. Compõem-se, segundo nos informa a Exposição de Motivos - EM 029/2019, de 2.130 RPPS na União, Estados e municípios de grande e médio porte. Ademais, na prática esse sistema se segmenta em dois blocos: o primeiro, dos servidores públicos civis da União, Estados e Municípios; e o segundo, das Forças Armadas da União e das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros dos Estados.

O terceiro (ou quarto) sistema, considerado a bipartição do anterior, é o da Previdência Complementar Privada, cuja regra de ouro é: “de contribuição definida exclusiva”, ou seja, não há benefício previdenciário predefinido às situações incapacitantes ao trabalho, como nos demais citados, que são regimes de repartição correntes das contribuições dos ativos aos benefícios dos inativos. Já no sistema da Previdência Privada, o benefício vai depender da capitalização individual de contas de poupança financeira no longo prazo, sob gestão de fundos específicos, sem quaisquer garantias de rentabilidade. Isto diferencia de forma crucial esse terceiro sistema dos demais (RGPS e RPPS), que se caracterizam por contribuição e benefícios predefinidos por regras legais.

Os três sistemas têm em comum o fato de consumirem recursos públicos. No caso específico do terceiro, naquilo que corresponde aos aportes do empregador (União, Estados e Municípios) e dos seus servidores aderentes ou compulsoriamente incluídos na Previdência Complementar dos Servidores Públicos a partir de 2013, quando se cria e regulamentada a Funpresp [Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal].

O discurso do ‘déficit’ na Exposição de Motivos n. 29/2019, que justifica

o atual projeto de Emenda Constitucional (PEC n. 06/2019), apresenta os dados de 2017 da despesa e do déficit de caixa do RGPS (2,4% do PIB), que desapareceria quando ocorresse às Contribuições Tributárias da Seguridade Social, ora vedadas pela EC do teto de gastos primários; enquanto os RPPS agregados geraram 3,1% de déficit de caixa e, neste caso, mais de metade deste oriundo das áreas militares.

Esses dados são do ápice da crise econômica (2017), inadvertidamente projetados décadas à frente, quando há toda uma base empírica disponível do período 2000-2013, equilibrada para o caso da Previdência Social, ou seja, com participação normal nas Contribuições do Orçamento da Seguridade Social, da ordem de 1,0 a 1,5% ao ano.

Observe-se que 2017 é o terceiro ano de forte contração econômica, com perdas absolutas e relativas de receita previdenciária na área do RGPS. Esse sistema abrange mais de 65 milhões de segurados ativos e pagamentos mensais de mais de 30,0 milhões de benefícios, enquanto os RPPS abrangem, segundo a própria EM, 5,7 milhões de segurados ativos e pouco mais de 3,8 milhões de beneficiários diretos inativos.

Vou resumir toda a informação aqui citada, cuja fonte é a própria EM 029/2019, adicionada de algumas outras informações, para que possamos entender os verdadeiros objetivos da atual reforma. Ademais esses dados são cruciais para desnudar meias verdades e até completas falsidades presentes no discurso oficial.

Os dados do déficit, conquanto fortemente incidentes sobre o segundo sistema, EPPS, segundo os próprios dados oficiais, presta-se quase que predominantemente a uma estratégia de extração de recursos do primeiro sistema (RGPS), como se verá no texto da PEC 06/2019. Por sua vez, o governo estima, segundo a citada EM, em 3,449 trilhões de reais o volume de recursos a serem retirados do RGPS em 20 anos, ou 76,7 % de um número ‘ideal’ de 4,5 trilhões, a serem extraídos dos dois primeiros

sistemas. E no caso dos servidores públicos os militares estão de fora dessa PEC; entrarão posteriormente, como se verá, praticamente isentos de restrições.

Na verdade, a estratégia oficial claramente explicitada na Exposição de Motivos, sob o título de ‘Novo Regime Previdenciário’, é a introdução, “...em caráter obrigatório do terceiro sistema, da capitalização individual, tanto no RGPS, quanto nos RPPS”, que implicaria no tempo a desestruturação dos demais sistemas, erigindo-se a Previdência Privada, mas formada por contribuições extraídas dos regimes públicos, para ser o sistema dominante, com pretensão de único. Mas a passagem desses dois sistemas anteriores para o terceiro implicaria numa gigantesca transferência de recursos públicos em período de 20 a 30 anos, que a EM evita falar. Vou brevemente aqui enunciar essa transferência, notoriamente produtora de déficit público.

A forma compulsória de migração de segurados dos RGPS e RPPS para o regime de capitalização individual está prevista na própria PEC, com exceção dos militares, de que falaremos mais adiante; e o custo financeiro dessa transferência é medido pelo volume de perda de arrecadação das contribuições previdenciárias de servidores públicos aderentes, como também dos segurados do RGPS ‘induzidos’ a fazê-lo pela PEC e legislação posterior, acrescido das respectivas contribuições patronais (União, Estados e Municípios). Mas estes entes estatais têm que carregar 31,5 milhões de beneficiários inativos, mais tantos quantos adquiram direitos no período de transição, até que estas pessoas morram; teríamos, portanto, nos regimes públicos, perdas importantes de receitas e mais acumulação de responsabilidades com inativos antigos e novos. Isto implica em déficit público elevado pela introdução do novo sistema de capitalização obrigatório, com liquidação paralela dos regimes de repartição. Nenhuma palavra é dita sobre o tamanho do déficit público que essa operação carrega. Mas há um exemplo concreto — o do regime

do General Pinochet e sucessores, que no período de 30 anos, do final dos anos setenta do século passado à primeira década do século XXI, introduziu compulsoriamente a capitalização individual a custo contínuo anual entre 3 e 4,0 percentuais do PIB de despesa (déficit) com o carregamento pelo ente estatal das aposentadorias e pensões antigas. Hoje as aposentadorias pagas por esse sistema, na faixa acima dos 70%, estão abaixo do salário mínimo chileno; mas nesse ínterim os fundos financeiros privados realizaram gigantesca apropriação.

IHU On-Line - Quais são os pontos positivos e negativos da proposta da Previdência apresentada pelo governo?

Guilherme Delgado - Os fundos de capitalização da Previdência Privada, nos termos em que já existem legalmente, é preciso lembrar o tempo inteiro, caracterizam-se por contribuição definida e benefício não definido. Essa regra por si só afasta o sistema da função previdenciária, que é de prover sustentação econômica aos trabalhadores incapacitados para o trabalho, mediante pagamento de benefícios, de alguma forma relacionados à remuneração do trabalho pretérito mais recente. Portanto, Previdência Privada é um jogo financeiro de longo prazo, em que somente os donos do cassino obtêm ganhos certos e definidos. Daí a unanimidade do mercado financeiro e dos seus apoiadores instalados no sistema midiático, no sistema político e noutras arenas, em apoiá-lo ostensivamente.

Esses fundos assim constituídos deteriam uma massa apreciável de poupança financeira, apta a apoiar investimentos de longa maturação, porque não são exigíveis pelos inativos antigos. Os que irão se aposentar no futuro pelo novo sistema terão que esperar por longo período a capitalização de suas contribuições por 30 ou 35 anos. É este o 'bezerro de ouro' que a proposta de reforma apresenta à nação como principal vantagem do novo sistema.

Mas essa 'poupança forçada' se obtém extorquindo os trabalhadores atuais e inativos do futuro mediante sete maldades elencadas na PEC 06/2019, a serem complementadas por uma Lei Complementar sucessiva no tempo futuro, estratégia que ignora até mesmo os conselhos ao Príncipe, de Maquiavel:

a) Rebaixamento geral e imediato das novas aposentadorias e demais benefícios do RGPS e RPPS, pelo menos 20% aquém dos valores atuais (cai de 80% para 60% do salário de contribuição), acrescido de um outro redutor, que é a média do salário de contribuição do todo o período contributivo desde junho de 1994, critério que substitui a fórmula atual, que considera apenas 80% das melhores contribuições do período. Observe-se que este rebaixamento imediato (do texto da própria PEC), não exclui novos rebaixamentos, que viriam por meio de legislação complementar, autorizada a arbitrar permanentemente as regras previdenciárias — pisos e tetos, rol de benefícios do sistema, tempo de contribuição, salário de contribuição, valor dos benefícios etc.

b) Eliminação tácita do salário mínimo como piso de benefício (cerca de 70% dos benefícios pagos pelo INSS são de salário mínimo), mediante desconstitucionalização do critério, bem como da obrigatoriedade de reajuste anual, que ficam remetidos a uma Lei Complementar, autorizada a arbitrar tais valores a partir de critérios do "ajuste fiscal".

c) Eliminação da Previdência Rural, segundo o conceito constitucional de regime de economia familiar, sujeito à prova de tempo de trabalho, mas não à prova de tempo de contribuição. Na prática eliminam-se todas as diferenciações do regime urbano em relação ao rural a partir de 2022 (tempo de trabalho de 15 anos substituído por 20 anos de tempo de contribuição, diferenciação dos tempos de aposentadoria para homem e mulher rurais, e piso de benefício no salário mínimo).

d) Elevação geral do chamado tempo de carência para a aposentadoria,

que é o número de anos de contribuição (ou trabalho no caso rural) que o indivíduo precisa comprovar, depois de ter completado a idade mínima para poder se aposentar. Esse tempo de carência é elevado de 15 para 20 anos, não obstante a alta e crescente rotatividade da mão de obra no setor urbano e quase absoluta predominância demográfica da agricultura de subsistência no regime de economia familiar rural.

e) Redução planejada em Lei Complementar do teto de contribuição do RGPS (atualmente de R\$ 5.839,00, ou cerca de 5,8 salários mínimos), ou cerca de 5,8 salários mínimos), como critério para "induzir" filiação subvencionada à Previdência Complementar. Observe-se que tanto menor seja o teto salarial do RGPS, tanto maior tende a ser o desequilíbrio atuarial do sistema.

f) Desvinculação do salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada – BPC, meio assistencial de proteção a idosos (65 anos) e inválidos na condição de extrema pobreza comprovada.

g) Elevação da idade mínima para 62 anos mulher e manutenção dos 65 para o homem, mas condicionado pela regra citada em 'a', no caso do RGPS, de que somente poderiam obter aposentadoria de 100% dos seus salários de contribuição aos 77 anos, no caso da mulher, e 80 anos no caso do homem, ambos com 35 anos de contribuição, condição que seria quase que geral para o RGPS.

Há ainda outros cortes também pesados — das pensões (caem a 50% do valor atual, sem o piso do salário mínimo), das aposentadorias especiais de professores e de profissões de graves riscos sanitários, que me eximo de comentar para não alongar em demasia o texto, mas que também compõem o mesmo rol de apropriações de recursos sociais com as finalidades que se quer impor.

IHU On-Line - Entre os pontos polêmicos da reforma está a proposta de mudar o sistema de previdência para um sistema de capitalização. Como

avalia esse ponto específico? O que os trabalhadores ganham ou perdem se essa mudança for feita?

Guilherme Delgado - A mudança para os trabalhadores que continuarem nos regimes de repartição compreende esse conjunto de maldades que acabei de descrever, com o agravante da perda de filiação induzida pela própria política previdenciária e trabalhista, com o objetivo implícito, mas também explícito de impor a Previdência Privada como sistema único, liquidante dos sistemas de repartição — RGPS e RPPS. E para as pessoas na extrema pobreza, que não interessam à Previdência Privada, a Exposição de Motivos promete depois (via Lei Complementar) criar um mecanismo que cinicamente chamam de “Inclusão Previdenciária”, que pagaria benefícios ultramitigados, ainda não detalhados, mas certamente bem abaixo do salário mínimo.

Em tais condições, quem entrar de forma compulsória ou ‘induzida’ no novo modelo é integralmente refém das condições de gestão dos fundos privados, encarregados de recolher contribuições compulsórias e aplicar financeiramente estes recursos, como também é refém das condições macroeconômicas da mutação dos ciclos econômicos. Por razões macroeconômicas de longo prazo, como por razão de gestão inadimplente ou fraudulenta desses fundos, a capitalização pode gerar qualquer resultado, que inclui zero ou negativo, porque não há benefício definido. Como no exemplo citado do Chile, os benefícios de longo prazo ficaram muito aquém do esperado com base nas contribuições aportadas. Mas o sistema de Fundos de Pensão, seus proprietários e gestores se deram muito bem.

IHU On-Line - **Na semana passada o presidente Bolsonaro apresentou ao Congresso uma proposta de reforma da Previdência para os militares, a qual inclui uma proposta de reestruturação da carreira,**

cujo impacto nas contas públicas será de 10,45 bilhões em uma década. Entretanto, a proposta não altera dois pontos polêmicos, como a manutenção integral da remuneração para militares da ativa e paridade de salários entre militares ativos e inativos. Como o senhor avalia essa proposta e qual é o significado dessa economia nas contas públicas?

Guilherme Delgado - O projeto relativo ao chamado regime de proteção social dos militares não contém nenhuma das restrições que elenquei na questão anterior, que se aplicam ao RGPS e ao RPPS civil. Aos militares das Forças Armadas e das Polícias Militares não se aplicam. E ainda por cima se lhes acrescentam, no exemplo das Forças Armadas, um plano de reestruturação de remunerações, obviamente oneroso. A única mudança introduzida no regime atual é cobrança da contribuição previdenciária, que os militares não realizam em relação aos ativos e que passariam a fazê-lo a partir de 2022, no mesmo nível dos servidores civis que já o fazem desde 2004, enquanto a contribuição dos inativos também passaria a ser feita no mesmo nível dos civis. Tudo o mais continua igual ao que já existia antes, caracterizando evidente privilégio com relação aos demais servidores públicos.

Observe-se que se o discurso do ‘déficit’ fosse verdadeiro, seriam os militares os maiores implicados, porquanto nunca foram penalizados pelas sucessivas reformas previdenciárias depois da Constituição de 1988. Nem pela EC 20/98, da era dos tucanos, nem pela EC 41/2003 da era petista, que afetou explicitamente os RPPS. Ademais, os números de déficit apresentados pela EM para o setor público estão notoriamente afetados pela área militar em mais de metade dos seus valores, e disso a PEC nem cogita de dimensionar ou apresentar, segundo seu próprio diagnóstico, aquilo que é aviado para os demais: corte de benefícios por meio de regras ultrarrestritivas. A paridade entre ativos e inativos, ou seja, a aposentadoria pela última

remuneração da ativa e o reajuste de benefícios automáticos dos ativos para com os inativos são mantidos exclusivamente na área militar, como também as pensões de 100%. E nada de inclusão dos militares na Previdência Privada, para seguir o exemplo clássico do general Pinochet.

IHU On-Line - **O vice-presidente, Hamilton Mourão, está defendendo a possibilidade de o governo enviar ao Congresso Nacional uma PEC para acabar com a vinculação de recursos do Orçamento Geral da União. A justificativa dele é que se a PEC for entregue ao Congresso e aprovada, o Congresso pode recuperar o poder de montar o orçamento. Como o senhor vê essa possibilidade? O que é mais desejável para o país, a vinculação de recursos no orçamento ou a desvinculação?**

Guilherme Delgado - Quaisquer sistemas permanentes de políticas públicas que implicam em fluxos permanentes de prestação de serviços, atendimento a direitos e outras quaisquer provisões de bens públicos requerem também dotações permanentes de recursos orçamentários. Um sistema previdenciário, ou educacional ou de saúde pública não começa e termina em cada ano fiscal. Orçamento público de base zero é quadratura do círculo. Mas não creio que o vice-presidente ignore este fato, até mesmo porque iria contra a própria tese do sistema de previdência dos militares. Creio sim, que se está tentando produzir uma manobra diversionista, para desviar o foco de atenção do projeto de previdência dos militares; e mais uma vez desqualificando o Congresso da tarefa que lhe é legítima desde os primórdios — a elaboração orçamentária.

IHU On-Line - **O que seria um modelo econômico alternativo para o Brasil hoje? O que a esquerda propõe como outra via ao modelo econômico em curso?**

Guilherme Delgado - Para ficar no campo específico da política so-

cial e das finanças públicas, até porque um projeto geral do campo de defesa dos direitos sociais (esquerda) levaria a outra entrevista, creio que temos que voltar à Constituição de 1988 e a partir do seu escopo repensar o país. O caminho invertido, qual seja o de atirá-la ao lixo e erigir os mercados financeiros desregulados, mas subvencionados pelo Estado, como via alternativa é aposta cega na idolatria do dinheiro.

A política social calcada em direitos sociais constitucionalizados requer obviamente uma outra reforma constitucional para adequá-la em termos de finanças públicas aos tempos atuais. Os muitos descaminhos produzidos no sistema financeiro público ao longo de 30 anos — privilégios tributários aos ricos, despesa financeira exorbitante, tratamento absolutamente desigual às dívidas e haveres públicos, sonegação fiscal e evasão cambial ostensivamente premiadas pelos contínuos Refis e repatriações de dinheiro desviado ao exterior etc. — são muitos dos departamentos que requerem uma verdadeira reforma do sistema financeiro público para adequá-lo ao padrão de igualdade social que a “Ordem Social” demanda. Mas o que se busca

é diametralmente oposto: expelir os pobres do RGPS e extorquir a classe média dos servidores públicos em um compulsório regime de previdência privada, a custos sociais e também fiscais exorbitantes.

Esse projeto não pode nem ser chamado de direita, porque de direita é o capitalismo organizado. É um projeto que somente se apresenta em momentos de alta patologia social. O grupo que o encarna nega peremptoriamente a solidariedade social, o direito social ou a misericórdia social, numa leitura cristã ou em qualquer outro eixo de ética social, como paradigmas de política social. Para esse grupo, fundamentado nos corifeus da sociopatologia da economia política — Von Hayek/Von Mises —, a sociedade não tem obrigações para com seus pobres e necessitados, daí a negativa aos direitos sociais e à tributação dos ricos.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Guilherme Delgado - Creio que pelo tamanho já alcançado pela entrevista, acréscimos tornar-se-iam cansativos. Finalmente, pelo que tenho sabido, porque ora estou fora do país, e pelo que acompanhei en-

tre 2016-2018 com a PEC da Reforma da Previdência do governo Temer (PEC 287-2016), essa proposta não tem condições de ser aprovada pelo Congresso, ainda mais com a oposição já declarada de nove governadores do Nordeste e a crescente tomada de posição pela sociedade do seu verdadeiro teor. O pensamento único governo-mídias corporativas não é suficiente para aprová-la. E uma nova reforma de verdadeiro perfil constitucional em defesa das Finanças Sociais, com mudanças significativas no sistema financeiro público (Moeda, Tributação, Orçamentos, Dívidas e Haveres Públicos), é inimaginável sair desse campo. Talvez seja este o impasse que se esteja criando ostensivamente, para daí produzir um outro jogo, definitivamente não democrático.

O que se tem em pauta ora sob etiqueta de Reforma da Previdência, conspira simultaneamente contra uma concepção de justiça social razoavelmente aceitável, e isso os propositores nem fazem questão de esconder; mas conspira também contra aquilo que tanto declaram almejar — o equilíbrio das finanças públicas.■

Leia mais sobre a PEC 06/2019

- **A cruel demolição da previdência social.** Artigo de Guilherme Santos Mello, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP), publicada nas Notícias do Dia de 25-02-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2JWdJbv>.

- **A reforma da Previdência, o emprego e a fadinha da confiança.** Artigo de Clemente Ganz Lúcio, sociólogo, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e Paulo Jager, economista e supervisor técnico do Dieese, publicada nas Notícias do Dia de 14-03-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2HSUltr>.

- **Entenda como a reforma da Previdência aprofunda as desigualdades.** Artigo de Eduardo Fagnani, doutor em economia e professor do Instituto de Economia da Unicamp, publicado nas Notícias do Dia de 26-03-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2CM3Cju>.

- **Da seguridade social ao seguro social. Reforma previdenciária pretende sepultar o pacto de 1988.** Entrevista especial com Eduardo Fagnani, publicada nas Notícias do Dia de 26-02-2019, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2F0dM50>.

O autointeresse não é incompatível com o bem-estar social. Leituras sobre a obra de Adam Smith

Angela Ganem volta ao autor para pensar o indivíduo e o coletivo desde a perspectiva do neoliberalismo

Patricia Fachin

As obras *Teoria dos Sentimentos Morais* e *A Riqueza das Nações*, do filósofo e economista britânico Adam Smith, fornecem “pistas teóricas para desconstruir o indivíduo neoliberal egoísta e perverso contemporâneo” e “elementos para a construção de um pacto social ético justo que evite a barbárie anunciada”, diz a pesquisadora Angela Ganem à **IHU On-Line**. Segundo ela, Smith faz “uma leitura crítica do capitalismo”, compreendendo-o como um “movimento cíclico de desenvolvimento e sujeito a crises”. Embora Smith seja conhecido pela tese de que a riqueza das nações é fruto da atuação de indivíduos motivados por seus próprios interesses, Angela pontua que “a leitura do mercado autorregulável em Smith supõe que sujeitos movidos por interesses privados não egoísticos e não necessariamente incompatíveis com interesses dos outros são viabilizados por uma mão invisível que gera bem-estar social”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, Angela explica que alguns autores fizeram leituras reducionistas da obra de Smith e, particularmente entre os teóricos do mercado, ressalta, “o sujeito cortado pela moralidade de Smith é substituído pelo homem econômico racional, egoísta e maximizador”. Nesse sentido, adverte, “a riqueza está associada à escassez e o valor é a utilidade”. Ela exemplifica: “Um século após, em Hayek, sua teoria do mercado sublinha as regras da concorrência e, assentado na teoria evolutiva darwiniana, do sucesso dos mais aptos”.

Entretanto, frisa, “na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith desenvolve o conceito de simpatia e de amor próprio que emergem de relações intersubjeti-

vas. Mas o sujeito simpático smithiano da *Teoria dos Sentimentos Morais* é o homem prudente da *Riqueza das Nações*, um sujeito que desenvolve seu amor-próprio dentro destas relações intersubjetivas. Esta é a grande contribuição de Smith para a compreensão do sujeito e dos seus comportamentos, sobretudo vis-à-vis ao sujeito egoísta, autocentrado dos nossos dias, que tem os traços das leituras reducionistas que seus herdeiros fizeram de sua obra”.

A economista proferiu a palestra “A ética e a filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra”, no último dia 27-03, no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, dentro do V Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. Acesse o vídeo da conferência em <http://bit.ly/2U3oc9q>. A programação completa do Ciclo está disponível em <http://bit.ly/2TGF7cS>.

Angela Ganem possui graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e doutorado em Economia pela Universidade de Paris X. Foi coordenadora da Pós-graduação em Economia da UFF, editora da Revista Econômica e diretora da Escola de Governo da Baixada Fluminense. Foi professora visitante e atualmente é professora colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ.

A entrevista foi originalmente publicada nas Notícias do Dia de 27-03-2018, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2HOvQhL>.

Confira a entrevista.

“Os filósofos modernos, entre eles Smith, se esforçaram para responder a uma importante questão: como os homens movidos por suas paixões, ao invés de guerrearem e se destruírem, conseguem viver em sociedade?”

IHU On-Line - Em que consiste a tese do liberalismo econômico de Adam Smith? Por que com essa teoria Smith se tornou uma das principais referências da economia moderna?

Angela Ganem - Penso que só é possível compreender a importância da contribuição de Smith e a solução do mercado como ordem natural no plano mais amplo da história das ideias e da revolução científica moderna dos séculos XVI/XVIII. Neste quadro se deu o mais expressivo movimento antropomórfico registrado na história em que o homem passa a sujeito e objeto do conhecimento. Os filósofos modernos, entre eles Smith, se esforçaram para responder a uma importante questão: como explicar a ordem social sem recorrer à explicação divina? Ou como os homens movidos por suas paixões, ao invés de guerrearem e se destruírem, conseguem viver em sociedade? Os contratualistas responderam a essa questão através da solução do contrato, em que a explicação mais acabada é a de Hobbes. Para os estudiosos da história das ideias do período, a tese explicativa do contrato social de Hobbes teria sido superada pela explicação do mercado de Smith, considerada a palavra final da modernidade. Neste sentido Smith se qualifica entre os grandes sábios modernos, a teoria do mercado se torna a matriz da ordem liberal e a economia política nasce como ciência.

IHU On-Line - Adam Smith é bastante conhecido por sua tese de que a riqueza das na-

ções resulta da atuação de indivíduos que, motivados por seus próprios interesses, promovem o crescimento econômico dos países e leva ao bem-estar da sociedade. Quem são os herdeiros de Smith que reduziram ou ideologizaram a sua teoria?

Angela Ganem - A explicação da ordem social pelo mercado ou pela mão invisível expressa o resultado de uma disputa teórica no seio da economia a partir de Smith e que vem até os nossos dias. Smith funda a economia observando-a tanto pela leitura do mercado como pela ótica da produção, da acumulação e do excedente. Na ótica da produção, a riqueza é gerada pelo trabalho através do excedente ou do mais-valor. Trata-se de uma leitura crítica do capitalismo, que o compreende em movimento cíclico de desenvolvimento e sujeito a crises.

Já a leitura do mercado autorregulável em Smith supõe que sujeitos movidos por interesses privados não egoísticos e não necessariamente incompatíveis com interesses dos outros são viabilizados por uma mão invisível que gera bem-estar social. Ocorre que dentro da trajetória dos teóricos do mercado, o sujeito cortado pela moralidade de Smith é substituído pelo homem econômico racional, egoísta e maximizador, e o bem-estar é traduzido pela noção de equilíbrio geral. A riqueza está associada à escassez e o valor é a utilidade. E um século após, em Hayek, sua teoria do mercado sublinha as regras da concorrência e, assentado na teoria evolutiva darwiniana, do sucesso dos mais aptos.

IHU On-Line - Quais são os problemas filosóficos e econômicos apresentados por Smith em *Teoria dos Sentimentos Morais* e em *A Riqueza das Nações*? Como esses problemas se conectam?

Angela Ganem - Não os vejo como problemas, vejo-os como fundamentos de duas obras seminais de Smith. *Teoria dos Sentimentos Morais* com o fundamento das virtudes, a simpatia no sentido de aprovação e reconhecimento, e *A Riqueza das Nações* com os interesses privados não necessariamente incompatíveis com o interesse do outro, como ponto de partida de sua explicação para a emergência da ordem do mercado. A dificuldade aparente está em mostrar a rica articulação das duas obras.

IHU On-Line - A senhora argumenta que é preciso analisar as duas obras em conjunto. Quais são os ganhos dessa abordagem?

Angela Ganem - A teoria de *Sentimentos Morais* é um tratado sobre a moralidade em que Smith escala as virtudes, mostrando o que é bom e deve ser desenvolvido e o que é mau e deve ser descartado, ou seja, aquilo que merece ser aprovado e do que não merece. Existe uma escala de virtudes, da prudência à magnanimidade em que o sujeito que cuida de si e de sua família é um sujeito virtuoso, prudente, e o segundo, que cuida do país, um sujeito magnânimo. O primeiro merece aprovação, o segundo, aplauso. Isto significa que

a ética emerge de relações sociais, não é apriorística.

Na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith desenvolve o conceito de simpatia e de amor próprio que emergem de relações intersubjetivas. Mas o sujeito simpático smithiano da *Teoria dos Sentimentos Morais* é o homem prudente da *Riqueza das Nações*, um sujeito que desenvolve seu amor-próprio dentro destas relações intersubjetivas. Esta é a grande contribuição de Smith para a compreensão do sujeito e dos seus comportamentos, sobretudo vis-à-vis ao sujeito egoísta, autocentrado dos nossos dias, que tem os traços das leituras reducionistas que seus herdeiros fizeram de sua obra.

IHU On-Line - Quais são, de modo geral, os argumentos

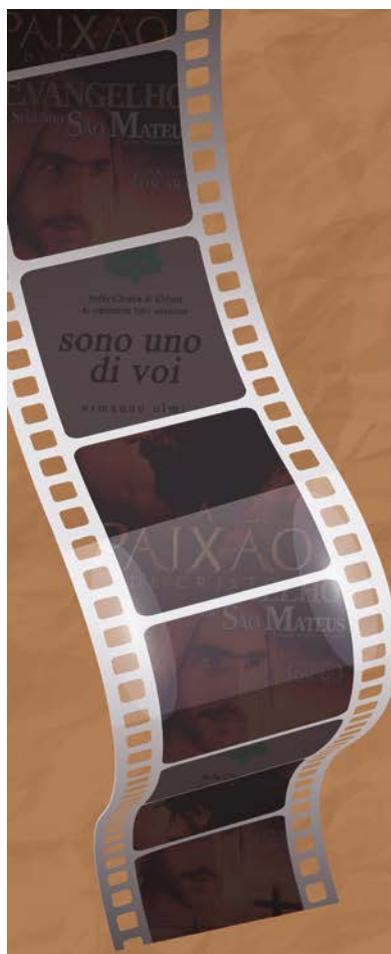
daqueles que propõem que as obras sejam analisadas separadamente?

Angela Ganem - Esta discussão diz respeito ao chamado problema Adam Smith inaugurado pela Escola Histórica Alemã no século XIX em que participaram defensores da unidade e os da ruptura da obra. Os defensores da ruptura têm como principal questão fundar a economia como autônoma, livre da moral, o sujeito como um ser isolado movido por interesses egoísticos, e a mão invisível da *Riqueza das Nações*, um prelúdio da Teoria do Equilíbrio Geral Walrasiana.

IHU On-Line - Qual é a atualidade dessas duas obras e como elas poderiam contribuir para pensar o desenvolvimento da

economia e a garantia do bem-estar das sociedades no nosso tempo?

Angela Ganem - O pensamento crítico filosófico e psicanalítico se volta hoje de forma contundente para a compreensão do indivíduo contemporâneo, seus valores, sua ética individualista. O indivíduo egoísta, indiferente ao outro, ou com ódio do outro, expresso na ascensão do nazifascismo nas sociedades contemporâneas é o oposto do sujeito simpático, ético, generoso, ligado ao olhar e ao reconhecimento do outro. Smith não apenas fornece pistas teóricas para desconstruir o indivíduo neoliberal egoísta e perverso contemporâneo como nos dá elementos para a construção de um pacto social ético justo que evite a barbárie anunciada. ■



16ª Páscoa IHU
Ciclo de Filmes
**CINEMA, CULTURA,
FÉ, TEOLOGIA**

30 de março a
04 de maio de 2019

ihu.unisinos.br/evento/cinema-cultura-fe-teologia

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

12/03 a 25/05 de 2019

UNISINOS
CAMPUS POA

IHU.UNISINOS.BR



UMA NOITE DE 12 ANOS
EU, DANIEL BLAKE
PANTERA NEGRA
HANNAH ARENDT
EX-PAJÉ



A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra

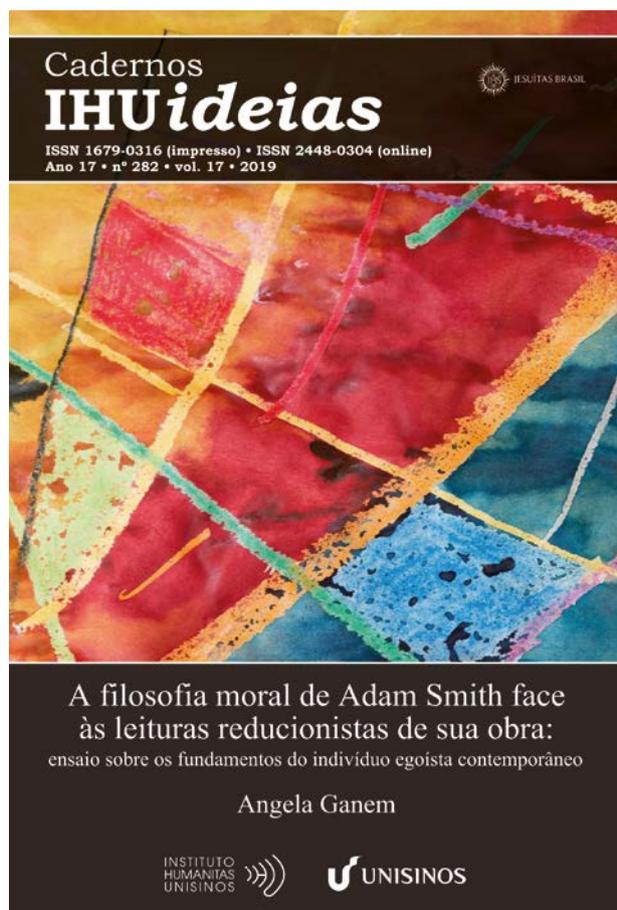
A edição 282 dos Cadernos IHU Ideias apresenta o artigo *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de suas obras*, de Angela Ganem. No texto, a autora visa apresentar inicialmente a contribuição da filosofia moral de Adam Smith, tendo como eixo o sujeito moral smithiano e suas relações intersubjetivas na emergência da ordem sócio/econômica do mercado. “Em seguida, pretende-se mostrar como e quando o sujeito simpático e as suas relações intersubjetivas sofreram revezes ao

longo da história da teoria do mercado na releitura de alguns de seus célebres herdeiros”, indica Angela.

Angela Ganem possui graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e doutorado em Economia pela Universidade de Paris X. Foi coordenadora da Pós-graduação em Economia da UFF, editora da Revista Econômica e diretora da Escola de Governo da Baixada Fluminense. Foi professora visitante e atualmente é professora colaboradora do Instituto de Economia da UFRJ.

A versão completa deste Cadernos IHU Ideias está disponível em <http://bit.ly/2WxidGZ>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU Ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



Outras edições em www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores



Metrópole, territórios e a reconfiguração das cidades

Edição 455 – Ano XIV – 29-09-2014

A revista IHU On-Line, inspirada pelo IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: territórios e políticas públicas, debate a importância dos observatórios a partir da nova configuração das cidades no século XXI, caracterizada pela presença das metrópoles que questionam radicalmente a hegemonia segmentária, implicando em novas possibilidades e exigências de convivialidade e sociabilidade. Contribuem no debate professores, pesquisadores e ativistas que atuam em Observatórios.



A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia

Edição 449 – Ano XIV – 04-08-2014

A desigualdade sobrevive. Aliás, o mundo contemporâneo tem testemunhado o aceleramento dos níveis globais de desigualdade. Em síntese, é isso que demonstra o livro do economista francês Thomas Piketty, O Capital no Século XXI (Le capital au XXIe Siècle, Paris: Seul, 2013). Ao analisar historicamente o capitalismo e desconstruir o mito da meritocracia, Piketty desafia a narrativa de que o liberalismo poderia resultar em uma sociedade mais igualitária. É diante deste horizonte, onde, via de regra, o fascínio com o aumento da renda é confundido com justiça social, que a IHU On-Line apresenta o debate sobre a desigualdade no século XXI.



30 anos da Constituição – A experiência cidadã incompleta

Edição 519 – Ano XVIII – 09-04-2018

30 anos depois de promulgada, a Constituição de 1988 nunca foi tão evocada. No Brasil, sufocado por crises, há ferrenhos defensores da Carta Magna e quem ainda lute pela sua plena efetivação – já que muitas das medidas não foram regulamentadas. Outros preferem o discurso da austeridade, considerando que a Constituição foi longe demais, estabelecendo direitos difíceis de serem viabilizados no orçamento. Some-se a isso certa confusão institucional em nosso tempo, em que Executivo, Legislativo e Judiciário ora se omitem de seus papéis, ora agem em sobreposição.



4º Ciclo de Estudos

REVOLUÇÃO 4.0

IMPACTOS NOS MODOS DE PRODUZIR E VIVER

09 de abril de 2019

19h30min às 22h

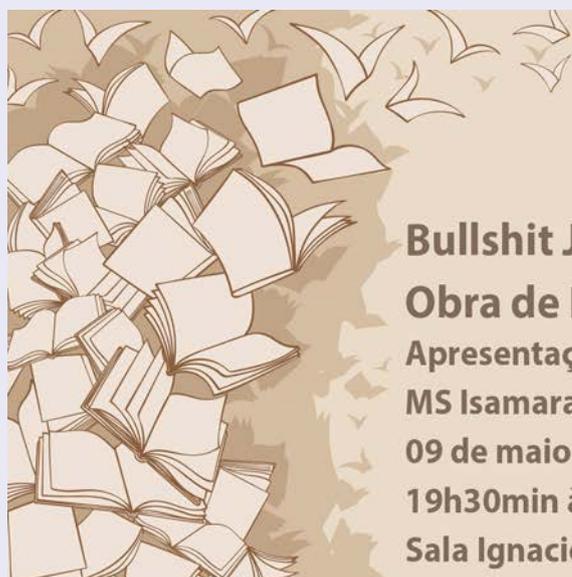
Revolução 4.0 e (des)igualdade no Brasil e na América Latina

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

MS João Roncati –
People+Strategy
Consultoria
Empresarial – SP



ihu.unisinos.br/evento/4-ciclo-revolucao-4-0



A CONTEMPORANEIDADE EM DEBATE INTÉRPRETES E OBRAS

4ª EDIÇÃO

Bullshit Jobs – A Theory.

Obra de David Graeber, 2018

Apresentação da obra pela Profa.

MS Isamara Allegretti – Unisinos

09 de maio

19h30min às 22h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU



**Da profanação à desidolatrização – Agamben, Flusser,
Didi-Huberman e o Brasil de hoje**

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza – PUCRS

11 de abril (quinta-feira) | 17h30min às 19h

ihu.unisinos.br/evento/ihu-ideias-2019

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br



twitter.com/_ihu



bit.ly/faceihu



bit.ly/instaihu



bit.ly/youtubeihu



medium.com/@_ihu